



FLACSO
BRASIL

MULHERES RURAIS

MARY GARCIA CASTRO (ORG.)

Série Cadernos FLACSO

N17

www.flacso.org.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Mulheres rurais [livro eletrônico] / Mary Garcia
Castro (org.). -- 1. ed. -- Brasília : Faculdade
Latino-Americana de Ciências Sociais, 2020. --
(Série cadernos flacso ; 17)
PDF

ISBN 978-65-87718-08-8

1. Agricultura familiar 2. Direitos humanos
3. Mulheres rurais I. Castro, Mary Garcia.
II. Série.

20-46558

CDD-630

Índices para catálogo sistemático:

1. Agricultura familiar 630

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

Série Cadernos FLACSO

N17

www.flacso.org.br





FLACSO
BRASIL

Série Cadernos FLACSO
Número 17

FLACSO Brasil
Diretora: Salete Valesan Camba

MULHERES RURAIS
Mary Garcia Castro (Org.)

ISBN: 978-65-87718-08-8

Outubro, 2020
FLACSO Brasil (da Série Cadernos FLACSO)
Rio de Janeiro, 2020

Editora: Marcelle Tenorio
Projeto Gráfico: Marcelo Giardino
Diagramação e Revisão: Margareth Doher

FLACSO Brasil
SAIS Área 2-A, s/n, 1º andar, sala 121
CEP: 70610-900, Brasília (DF), Brasil
E-mail: flacsobr@flacso.org.br

Série Cadernos FLACSO

N17

www.flacso.org.br

SUMÁRIO

Mulheres rurais – reprodução social e direitos humanos. Aportes de agências internacionais e literatura ativista. Panorâmica Brasil, hoje | 6

Mary Garcia Castro

Trabalhadoras rurais e empoderamento: relações conjugais e convívio familiar. Mulheres líderes de sindicato | 33

Telma Regina Batista Nascimento

A socialização de gênero na agricultura familiar | 51

Nilson Weisheimer

MULHERES RURAIS – REPRODUÇÃO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS APORTES DE AGÊNCIAS INTERNACIONAIS E LITERATURA ATIVISTA PANORÂMICA BRASIL, HOJE¹

Mary Garcia Castro²

RESUMO

Recorrendo a uma biografia variada em especial do campo de recomendações de agências internacionais e acessado autores relacionados a movimentos sociais, ilustra-se a importância do trabalho das mulheres na área rural para a reprodução social, em especial para a economia, para um desenvolvimento sustentável e uma vida de melhor qualidade, inclusive quanto à relação com a natureza e produção de alimentos mais saudáveis. Tal acervo também alerta para problemas quanto a direitos humanos que tendem a vulnerabilizações sociais em se tratando das mulheres nas áreas rurais. O artigo também engloba perfis de trabalhadoras rurais a nível de grandes números e grupos em mais graves casos de vulnerabilização social. Faz-se referências a questões sobre o empoderamento das meninas e das jovens no meio rural.

PALAVRAS-CHAVE: Mulher Rural; Gênero; Brasil; Reprodução Social.

RURAL WOMEN - SOCIAL REPRODUCTION AND HUMAN RIGHTS CONTRIBUTIONS OF INTERNATIONAL AGENCIES AND ACTIVIST LITERATURE BRAZIL, TODAY

SUMMARY

Using a varied biography in particular in the field of recommendations of international agencies and authors related to social movements, the article illustrates the importance of women's work in the rural area for social reproduction, especially for the economy, for sustainable development and a better quality of life, including the relationship with nature and production of healthier foods. This piece also warns on human rights problems that tend to turn rural women socially vulnerable. The article also encompasses profiles of rural workers at the level of large numbers and groups in more serious cases of social vulnerability-diversity among the poor. References are also made to dimensions more explored by social movements; as well as questions about the empowerment of girls and young women.

KEYWORDS: Rural Women; Gender; Brazil: Social Reproduction.

¹ Este texto foi originalmente preparado para o “Curso Segurança Alimentar e Nutricional com enfoque nas Mulheres Rurais”, programado pela Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (Flacso), sede Brasil, a ser realizado em 2020.

² PhD em Sociologia pela Universidade da Flórida, Estados Unidos, em 2005. Professora visitante no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora aposentada da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e pesquisadora na Flacso Brasil. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5471996580293552>.

APRESENTAÇÃO

Este texto recorre a uma biografia variada em especial do campo de agências internacionais e de autores relacionados a movimentos sociais, ilustrando chamadas sobre a importância do trabalho das mulheres na área rural para a reprodução social, em especial para a economia, para um desenvolvimento sustentável e uma vida de melhor qualidade, inclusive quanto à relação com a natureza e produção de alimentos mais saudáveis. Tal acervo também alerta para problemas quanto aos direitos humanos que tendem a vulnerabilizações sociais em se tratando das mulheres nas áreas rurais. O artigo está composto por cinco capítulos: o primeiro se norteia por considerações gerais e advertências; no segundo capítulo se recorre a documentos de agências internacionais; no terceiro aterrizamos no caso Brasil, mapeando perfis de trabalhadoras rurais a nível de grandes números e considerando grupos em mais graves casos de vulnerabilização social. Nesse capítulo, também, faz-se referências a dimensões mais exploradas por movimentos sociais e a questões sobre o empoderamento das meninas e das jovens no meio rural, o que remete a outro complexo construto da reprodução social, segundo literatura de feministas materialistas. Tithi Bhattacharya (2017) chama atenção, além dos fatores clássicos no debate sobre reprodução social, para o papel das mães na socialização em especial das filhas. Em capítulo final ratifica-se o princípio subjacente à literatura comentada, qual seja a importância de um saber agir comprometido com direitos humanos das mulheres rurais e o reconhecimento do seu valor para a reprodução social.

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

Segundo documento da Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (Onu Mulheres) Brasil, na América Latina, vivem 58 milhões de mulheres rurais. Elas são mulheres indígenas, afrodescendentes, quilombolas, camponesas, pescadoras, coletoras, ribeirinhas, extrativistas, agricultoras familiares, mulheres independentes do setor agrícola e mulheres que dirigem seus próprios negócios. São diversas no campo, na floresta e nas águas e enfrentam diferentes formas de discriminação. Mas compartilham alguns problemas comuns: sobrecarga de trabalho doméstico e de cuidados; invisibilidade da contribuição produtiva; baixo acesso aos meios de produção, a trabalho digno e a sistemas de proteção social.

Muitas também enfrentam situações de extrema pobreza e violência, bem como uma ausência histórica de direitos, especialmente aquelas que pertencem a povos indígenas e afrodescendentes³.

³ ONU MULHERES BRASIL. *Mulheres rurais são tema de consulta regional da América Latina e Caribe com 29 países*. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/noticias/mulheres-rurais-sao-tema-de-consulta-regional-da-america-latina-e-caribe-com-29-paises/>>. Acesso em: 10 mar. 2020.

A nível internacional e nacional nos últimos anos vem crescendo ações e campanhas por reconhecimento da importância do trabalho das mulheres rurais tanto para a economia como para a qualidade de vida no campo.

Com tal acento, as referências sugerem que as mulheres nas áreas rurais muito contribuem para a reprodução social do sistema, ou seja, para a economia, a reprodução da força de trabalho, e a socialização das novas gerações⁴.

Elas são responsáveis, em grande medida, pelo alimento destinado ao autoconsumo familiar e por práticas de manejo ambiental adequadas à seleção e preservação de sementes crioulas. Representam 48% da população rural e são responsáveis por menos de 16% dos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar⁵.

Neste texto, a referência básica é a mulher trabalhadora rural em especial nas unidades de trabalho família. Contudo se insiste que são muitas as mulheres trabalhadoras em diferentes situações. Por exemplo, segundo o Atlas das Mulheres Rurais da América Latina e o Caribe, publicado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (Fao), haveria basicamente três tipos de trabalhadoras rurais: as assalariadas, as que trabalham por conta própria e as que não são remuneradas. “Neste último caso, a mulher trabalha na sua propriedade agrícola, mas não declara no recenseamento. A renda, neste caso, “é da família” e, na grande maioria das vezes, não retorna para a mulher porque “o homem da casa” acaba decidindo o que fazer com o dinheiro” (SILIPRANDI, 2017)⁶.

2. PERSPECTIVAS E RECOMENDAÇÕES INTERNACIONAIS SOBRE AS MULHERES RURAIS

Não é nova a ênfase dada por agências internacionais voltadas à promoção de um desenvolvimento sustentável, à família e à mulher, principalmente tendo esta como membro da família e considerando tal unidade como relacionada quer à produção, quer ao consumo. Mas cada vez mais as agências internacionais têm alertado sobre a importância de ter a mulher rural, considerando a diversidade de ambiências, como sujeito de políticas sociais e demonstrado que seu trabalho em casa, na roça e no mercado vem em muito contribuindo para a melhoria da produtividade agrícola e para a segurança alimentar da família e da comunidade, como também para

⁴ Sobre o debate teórico em relação ao conceito de reprodução social com tal orientação, ver: FEDERICI; SILVIA, 2017 e BHATTACHARYA, 2017.

⁵ A Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável corresponde a um conjunto de programas, ações e diretrizes que orientarão os trabalhos das Nações Unidas e de seus países-membros rumo ao desenvolvimento sustentável. Concluídas em agosto de 2015, as negociações da Agenda 2030 culminaram em documento ambicioso que propõe 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas correspondentes, fruto do consenso obtido pelos delegados dos Estados-membros da Organização das Nações Unidas (Onu). Os ODS são o cerne da Agenda 2030 e sua implementação ocorrerá no período 2016-2030. Disponível em: <<http://www.agenda2030.com.br/-acesso>>. Acesso em: 5 fev. 2020.

⁶ Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/30327091/encontro-discute-participacao-de-mulheres-agroecologia-e-soberania-alimentar>>. Acesso em: 20 mar. 2020.

a produção de alimentos saudáveis, sendo básico reconhecer seu papel para o bem-estar dos que trabalham na terra. E, para tanto, não somente importando o nível dos rendimentos oriundos do trabalho, mas também o acesso a serviços e equipamentos voltados a necessidades da subsistência e reprodução familiar.

Assume-se a diversidade ou individualidades, como o ser homem e o ser mulher, o que é mais explicitado nos documentos de agências internacionais como o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), a Fao e a Onu Mulheres, entre outros e que tais individualidades comportam assimetrias, desigualdades e têm contribuições singulares para a família e para a organização da produção no campo. É comum, com tal orientação frisar a importância de que os Estados nacionais e poderes locais invistam tanto no princípio da igualdade de oportunidades para agricultores/as, quanto no da equidade, conceito que pede atenção às diferenças, por programas específicos considerando as necessidades das mulheres.

Em nome da igualdade de oportunidade entre homens e mulheres é comum que as agências insistam em orientação denominada “suprimir os hiatos” ou *cerrar las brechas*, com o objetivo de minimizar hiatos ou desigualdades entre homens e mulheres, e que esse seja um princípio transversal a todos programas e políticas públicas, independente de seus objetivos. A tônica por melhor conhecer diferenças leva em consideração que as relações sociais entre os sexos não se dão entre iguais e que a mulher não seria tão somente um membro de uma composição social – a família –, mas que suas vivências comportam vulnerabilidades várias, como também colaboram com saberes e práticas com valor tanto econômico como social.

Ou seja investir em políticas que levem em conta o objetivo de combater desigualdades entre homens e mulheres (*cerrar las brechas*) e respeitar e apreciar contribuições cognitivas das mulheres sobre o mundo da produção agrícola e dos cuidados para a reprodução da vida familiar e comunal não se restringe, ainda que importante, a um compromisso com direitos humanos, mas também se sustenta com o objetivo de implementar uma modelagem de desenvolvimento sustentável.

Os documentos elaborados sobre a mulher rural destacam alguns conceitos como gênero, divisão sexual do trabalho e empoderamento das mulheres. Conceitos que no Brasil, oficialmente, hoje, são estigmatizados o que já indica a fragilidade de políticas que pretendam “beneficiar” mulheres.

Gênero ou relações sociais entre os sexos é o conceito que ressalta que há que considerar as mulheres em diversas relações sociais, como é tratada, por exemplo, na família, em agências estatais, etc. O que se considera, muitas vezes, por estereótipos, o que é próprio da mulher e do homem. Sobre o conceito de gênero segue o IICA e vários outros organismos internacionais, operacionalização das Nações Unidas: como se indica no *Glosario de Naciones Unidas*. Aí se lê:

Gênero refere-se aos papéis, comportamentos, atividades e atributos que uma determinada sociedade considera adequada para homens e mulheres. Além dos atributos sociais e oportunidades associados à condição de ser homem e mulher, e as relações entre mulheres e homens, e meninas e

meninos, o gênero também se refere às relações entre mulheres e relações entre homens. Esses atributos, oportunidades e relacionamentos são construídos socialmente e aprendidos através do processo de socialização. São específicos em diferentes contextos/épocas e mutáveis. O gênero determina o que é esperado, o que é permitido e o que é valorizado em uma mulher ou um homem em um determinado contexto. Na maioria das sociedades, há diferenças e desigualdades entre mulheres e homens em termos de responsabilidades, atividades, acesso e controle de recursos, bem como oportunidades de tomada de decisão. Gênero faz parte de um contexto sociocultural mais amplo, como o são outros critérios importantes de análise sociocultural, como a classe, a raça, o nível de pobreza, o grupo étnico, a orientação sexual, a idade, etc. (ONU MUJERES, 2017, p. 67).

Note-se que gênero é um dos temas transversais do Plano de Médio Prazo (PMP 2018-2022) do IICA⁷.

Já no Plano Onu para 2012-2016 se lê:

O Brasil assumiu o compromisso de implementar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Portanto, a despeito de seus consideráveis avanços, deve continuar enfrentando o desafio da erradicação da pobreza, da promoção de uma agricultura mais sustentável, de mais saúde e bem-estar para todas e todos, de uma educação de qualidade para todas e todos, e da igualdade de gênero; assim como de garantir água potável e saneamento para toda a população, energia limpa e acessível, trabalho decente e crescimento econômico; além de estimular a indústria, a inovação e a infraestrutura; reduzir desigualdades; transformar, erguer ou manter cidades e comunidades sustentáveis; estimular o consumo e a produção responsáveis; combater a mudança global do clima⁸.

Por empoderamento se entende um processo em que há esforços para que as próprias mulheres conquistem autonomia e poder de decisão. Já em documento de 2018, após apresentação de indicadores sobre vulnerabilidades de meninas e mulheres na área rural em várias partes do mundo, a Onu Mulheres considera que para o “empoderamento das mulheres”⁹ haveria que ter a mulher como sujeito de políticas específicas, transversais ou relacionadas a tipos de ambiências sociais, com especial referência a desafios nas seguintes dimensões:

- i. trabalho decente e proteção social;
- ii. educação e capacitação;
- iii. acesso à energia sustentável e a tecnologias da informação;
- iv. acesso à água limpa e saneamento;

⁷ INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA. *Plano de Médio Prazo 2018-2022*. São José, C.R.: IICA, 2018.

⁸ Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/onu-no-brasil>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

⁹ Ver, entre outros, a ênfase nos conceitos de gênero e empoderamento das mulheres no site do IICA. Disponível em: <mujeresrurales.iica.int>._Acesso em: 1 nov. 2019. E no livro “Lutadoras”, uma compilação de visões e artigos sobre as mulheres rurais. Os textos, compilados pelo IICA, buscam evidenciar porque é urgente criar mais oportunidades para as mulheres do campo.

- v. eliminação de violências e práticas nocivas;
- vi. inclusão da mulher em tomadas de decisão e postos de liderança;
- vii. ampliar resiliência das mulheres em relação ao clima¹⁰.

Em documento básico do IICA para o período 2018-2020, gênero e juventude são ressaltados como transversais, o que também sugere escutar mais as mulheres em distintos grupos de idade (como o que corresponde à juventude – 15 a 29 anos) quanto a necessidades e potencialidades:

Temas como a igualdade de gênero e a integração da juventude nos processos de desenvolvimento agrícola e rural são fundamentais para os países do hemisfério e de extrema relevância para a atividade do IICA [...]. Alcançar a igualdade de gênero, que nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável tem um alto nível de prioridade, foi adotado pelos países e organismos internacionais como um tema de fundamental atenção. Do mesmo modo, reconhece-se que o futuro da agricultura estará extremamente relacionado ao envolvimento e à participação ativa da juventude em todos os aspectos e facetas da sociedade rural e da produção, comércio e consumo de produtos agropecuários. [Mulheres e jovens] compartilham diversas problemáticas, como:

- a) a insuficiente inclusão em processos econômicos, sociais e de desenvolvimento em geral, por situações como a baixa capacitação, o menor acesso a recursos (crédito, terra, capacitação, informações, tecnologia etc.), à educação e ao emprego de qualidade;
- b) o baixo nível organizacional;
- c) a pouca participação em espaços de tomada de decisão;
- d) a invisibilidade em estatísticas e falta de análises específicas de sua situação, especialmente da juventude (IICA, 2018)¹¹.

Entre os temas bases que pediriam investimento para maior equidade, para contribuir à igualdade de direitos e reconhecimento do valor para a produtividade rural, das mulheres, estaria o que se entende por trabalho, a questão patrimonial, o acesso à terra e a crédito.

Considerando a questão do trabalho chama-se atenção para a divisão sexual do trabalho e para a dupla jornada de trabalho. As mulheres teriam como encargo as atividades de reprodução, como os trabalhos domésticos e cuidados com os filhos, com os mais velhos e o ambiente doméstico e no campo da produção rural, ficariam, com a maior probabilidade, com os cuidados com a roça e a pequena produção em quintais e cuidados com pequenos animais, em especial o que se destinaria à subsistência do grupo doméstico ou comercialização em pequena escala. Enquanto os homens se fariam cargo dos trabalhos de produção mais rentáveis. Pela dupla jornada, configurada por desempenho em atividades de cuidados domésticos e trabalhos na produção, haveria um maior uso do tempo pela mulher, contabilidade invisibilizada, não reconhecida socialmente. Recomenda-se que as agências que lidam com as

¹⁰ Disponível em: <www.unwomen.org/es/digital-library/multimedia/2018/infographic-rural-women->. Acesso em: 20 ago. 2019.

¹¹ Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/30327091/encontro-discute-participacao-de-mulheres-agroecologia-e-soberania-alimentar>>. Acesso em: 20 mar. 2020.

mulheres rurais, como a de assistência técnica e nas políticas, mais consideração de tais trabalhos desempenhados pela mulher na esfera pública e privada, considerando inclusive o seu valor para a segurança alimentar e nutricional do grupo familiar e sua associação com desiguais expressões de produtividade rural, em que pese a qualidade do produzido pelas mulheres. Em um texto de consultoria para o IICA, no Brasil, uma comum recomendação de organismos internacionais:

No meio rural, o trabalho realizado pelas mulheres na produção, no roçado, nos quintais é naturalizado, considerado como uma extensão das suas responsabilidades domésticas, visto como uma ajuda e não como trabalho produtivo. No entanto, o trabalho que as mulheres realizam nos seus quintais, por exemplo, além de produzir alimentos saudáveis para a manutenção da família, incrementa a renda pela venda do seu excedente. O trabalho das mulheres é fundamental para garantir a segurança alimentar das famílias no campo e deve, portanto, ser reconhecido e valorizado (VIANA, 2014, p. 14).

A democratização do acesso à terra e o seu uso para mais equidade no plano da produtividade rural também esbarraria em desigualdades sociosexuais, com as mulheres menos familiarizadas com o *modus operandi* legal e financeiro, menor conhecimento quanto a direitos, tendo assim mais vulnerabilidades em termos patrimoniais, com menor acesso a crédito e possibilidades de autonomia econômico-social. Tal quadro embasa a recomendação por capacitação das mulheres quanto a direitos e investimentos do Estado em programas de documentação como por políticas de assistência técnica e de extensão, assim como ampliação de serviços sensíveis a tais necessidades, agravadas pelo fato das mulheres rurais terem menos condições de socialização com a linguagem das burocracias institucionais.

A importância de se investir mais no acesso da mulher rural à propriedade da terra é destacada em documento do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) sob a ótica da Agenda 2030, que reflete sobre efeitos negativos dos obstáculos a tal direito, considerando o papel da mulher na agricultura familiar no Brasil. Note-se que nessa peça se observa a intersecção de vulnerabilidades, sugerindo a necessidade de uma perspectiva integrada. Aí se lê:

No Brasil, a agricultura familiar é responsável por cerca de 70% do mercado de alimentos para algumas culturas de cultivo. A agricultura familiar pode contribuir para reduzir a pobreza e melhorar a segurança alimentar. Nesse sentido, as mulheres são agentes importantes na agricultura e no desenvolvimento rural, representando 43% do total de trabalhadores em áreas rurais de países em desenvolvimento (FAO, 2015) e, aproximadamente, 30% da força de trabalho rural total no Brasil (IBGE, 2006). As mulheres gastam em média 372 horas, por ano, em atividades rurais, enquanto a média para os homens é de 368 horas (FAO, 2015). A equidade no acesso aos fatores de produção e à informação poderia aumentar a produção agrícola no mundo em desenvolvimento em 2,5-4% (FAO, 2015). Apesar desses dados, as mulheres ainda enfrentam desigualdades estruturais, incluindo falta de infraestruturas e serviços, papéis culturais historicamente atribuídos, além de dificuldades, como a

volatilidade dos mercados, discriminação de instituições, restrições de direitos de propriedade intelectual, vulnerabilidade à mudança do clima e falta de acesso a programas sociais. As mulheres também são vulneráveis à instabilidade econômica pela restrição no acesso à terra, ao crédito e ao apoio financeiro. Em decorrência dessas vulnerabilidades, elas são mais suscetíveis aos impactos da mudança do clima nas zonas rurais. Para construir resiliência à mudança do clima e às restrições econômicas, a propriedade da terra por parte da mulher é crucial, uma vez que facilita o seu acesso a serviços de crédito e microcrédito (LIMA, 2016, p. 26).

Assistência técnica e extensão rural sensíveis a singulares necessidades das mulheres rurais são também tema recorrente e com vários objetivos, inclusive o de reconhecimento e divulgação ampliada de práticas positivas para a segurança alimentar e nutricional, saberes de muitas mulheres, embasados em conhecimentos ancestrais:

No Brasil, em 2004 cria-se a Política Setorial de Ater para Mulheres¹², cujo objetivo foi o fortalecimento da auto-organização produtiva das mulheres rurais e que expressa uma crítica às abordagens tradicionais que não reconheciam o papel das mulheres rurais no processo de desenvolvimento bem como o trabalho – produtivo e reprodutivo – por elas realizado (VIANA, 2014, p. 32).

Educação e capacitação das meninas e mulheres nas áreas rurais são tidas como desafios a serem enfrentados pelo Estado e que teriam a médio e longo prazo efeitos na produtividade rural e melhoria da segurança alimentar e nutricional. Informe da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)¹³ destaca a escola e a assistência técnica como básicas para tais fins, o que sugere que há que diversificar olhares, pesquisando a qualidade do ensino nas escolas rurais e que tipo de assistência técnica estaria chegando às mulheres, inclusive a meninas e jovens, considerando que:

maior igualdade de gênero na realização escolar tem um forte efeito positivo sobre o crescimento econômico. Estereótipos precisam ser abordados desde cedo em possíveis opções educacionais. Por exemplo, adaptando estratégias e materiais didáticos para aumentar o interesse das crianças pela leitura e meninas interesse por matemática e ciências, engenharia e matemática.

¹² Entre 2004 e 2009 foram executados 80 projetos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para mulheres, beneficiando 48 mil mulheres com investimento de R\$ 12 milhões. Entre 2010 e 2013 foram 43 projetos com 8.700 mulheres beneficiadas com valor de R\$ 20 milhões e em 2014, a perspectiva é efetivar nove contratos no valor de R\$ 7,8 milhões (VIANA, 2014).

¹³ OECD. *Cerrando las brechas de género*. Es hora de actuar, OECD, 2012. Disponível em: <https://www.oecd-ilibrary.org/social-issues-migration-health/cerrando-las-brechas-de-genero_9789264,08582>. Acesso em: 10 mai. 2019.

Várias agências, hoje, insistem também no acesso das mulheres rurais às Tecnologias da Informação (TICs), ou seja a novas tecnologias, para múltiplos objetivos como: suprir hiatos, ou *cerrar las brechas*, entre os homens e mulheres rurais quanto a informações por direitos; poderem as mulheres ampliar redes de segurança social, rompendo o comum isolamento da ambiência doméstica rural; participar de programas de capacitação; adquirir conhecimentos sobre avanços tecnológicos e de outra natureza para melhor participarem de uma inclusão produtiva rural. A comunicação mediada pela internet também pode ser acionada para redes contra violência doméstica e de outras ordens, além de ampliar o alcance da participação cidadã e da assistência técnica e de extensão.

A pesquisa e documentação dos saberes locais são tidas como básicas, seja para melhor desenhar práticas de segurança alimentar e nutricional como para o reconhecimento de saberes de mulheres rurais, como aquelas relacionadas a comunidades tradicionais. De fato, o valor do conhecimento tradicional das comunidades indígenas e camponesas foi reconhecido na reunião Cúpula da Terra, no Rio em 1992.

A 62ª Comissão da Onu sobre a Situação das Mulheres (CSW) teve lugar em março de 2018, em Nova Iorque, com o tema central “Empoderando mulheres e meninas rurais”. A CSW é uma das principais instâncias de negociação e de monitoramento de compromissos internacionais sobre direitos humanos das mulheres. É organizada pelo Conselho Econômico e Social da Onu (ECOSOC) com o apoio da Onu Mulheres.

A Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável¹⁴ é a principal plataforma de acordos e monitoramento dos objetivos globais. No âmbito dos direitos humanos das mulheres, a Plataforma de Ação de Pequim¹⁵ é o acordo global que reúne metas para o alcance da igualdade de gênero e empoderamento das mulheres.

Na agenda internacional mais recente, a ênfase nas meninas e jovens quando o foco é mulher rural. O IICA destaca esse grupo, alertando que a falta de equipamentos como escolas e de cultura contribuem para a alta emigração dessa população.

Note-se que agências internacionais reconheceriam como boas práticas do Brasil voltadas para as mulheres rurais vários programas, a maioria iniciados no período 2010-2014 e a necessitar pesquisas de avaliação sobre abrangência hoje, a saber: Programa Nacional de Documentação das Trabalhadoras Rurais; Programa Água para Todos e Todas; Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) para Mulheres; Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) – todas são resultado da mobilização das trabalhadoras rurais e estão elencadas no Encarte Brasil “Mais igualdade para as mulheres brasileiras: caminhos de transformação econômica e social” do Progresso das Mulheres no Mundo, editado pela Onu Mulheres. Outra iniciativa de relevo é o Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar para valorizar os produtos produzidos por

¹⁴ Disponível em : <<https://nacoesunidas.org/pos2015>>. Acesso em: 20 mar. 2020.

¹⁵ Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/declaracao_pequim1.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2020.

mulheres dedicadas à agricultura familiar e uma forma de dar visibilidade a sua produção.

3. O CASO BRASIL

3.1 PANORAMA GERAL: A NÍVEL DE GRANDES NÚMEROS

Estima-se que 45% da produção agrícola brasileira é feita por mulheres. Segundo o Censo Agropecuário de 2006, 12,68% dos estabelecimentos rurais têm mulheres como responsáveis, bem como 16% dos estabelecimentos da agricultura familiar.

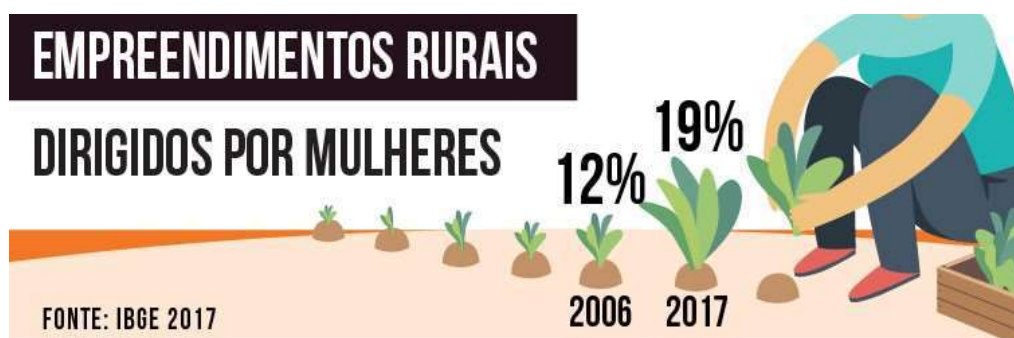
As mulheres são responsáveis por 45% da produção de alimentos no Brasil e nos países em desenvolvimento e reinvestem cerca de 90% do que ganham na educação e no bem-estar da família. Trabalham em média cerca de 12 horas semanais a mais que os homens, mas somente 20% são proprietárias das terras onde produzem.

No Brasil, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 15 milhões de mulheres vivem na área rural, o que representa 47,5% da população residente no campo no Brasil

É chamada comum na literatura, inclusive de organismos governamentais, que os dados disponíveis ficam aquém do necessário para o registro do trabalho e níveis de vida das mulheres rurais e melhor formulação de políticas públicas para esse grupo. O Ministério da Agricultura, Pesca e Abastecimento (Mapa) vem desenvolvendo campanhas para melhoria das coletas e bases estatística. O Mapa firmou um acordo com o IBGE, que está criando um banco de dados e aprimorando o levantamento de informações agropecuárias com perspectiva de gênero.

Note-se no infográfico realizado pelo Mapa/IBGE que viria aumentando os empreendimentos rurais dirigidos por mulheres.

Infográfico 1 - Empreendimentos rurais dirigidos por mulheres



Fonte: IBGE, 2017.

De acordo com os dados do IBGE, para 2014, 45,5% das mulheres rurais encontram-se inseridas no mercado de trabalho, já os homens rurais, compreendem 72,2%. A diferença se deve ao fato de que elas estão envolvidas em atividades domésticas, reprodutivas e de caráter produtivo na propriedade rural, que também é o seu lar. As mulheres possuem menos oportunidades de se inserir no mercado de trabalho, diferentemente dos homens, que despendem poucas horas semanais para o trabalho doméstico. De acordo com a Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar de 2013, as mulheres rurais em sua maioria (90,8%) dedicam 26,1 horas semanais ao trabalho doméstico, enquanto 43,1% dos homens dedicam apenas 10,2 horas semanais para o mesmo tipo de trabalho.

Note-se que os dados do IBGE sobre uso do tempo pelas mulheres rurais são questionados por pesquisas de campo, como as realizadas pelo projeto “Ater - Feminismo e Agroecologia”, que tem como objetivo uma “justa divisão do trabalho”. Dessa fonte o seguinte comentário:

O estudo de Butto et al. (2014), considerando pesquisas entre 2009 e 2010 na área rural do Rio Grande do Norte, registrou que as mulheres trabalhavam até 17 horas por dia, iniciando sua jornada às 4 horas da manhã e concluindo às 21 horas. Essa informação corrobora com os relatos obtidos durante as oficinas do projeto/processo Ater junto aos grupos de mulheres com a utilização da “dinâmica do relógio”, que identifica cada atividade realizada pelas mulheres desde o momento que acordam até a hora que vão dormir – compreendendo as 24 horas do dia. Esta dinâmica visa não só contabilizar, mas também, valorizar e visibilizar a jornada de trabalho diária das mulheres. Das 17 horas de trabalho, as mulheres rurais dedicam a maior parte do seu tempo às tarefas que compreendem o trabalho reprodutivo, ao trabalho doméstico e do cuidado (BUTTO et al., 2014). As atividades cotidianas das mulheres rurais são frequentemente confundidas pela família e por elas próprias, dificultando as percepções sobre o que compreende o trabalho reprodutivo e o que compreende o trabalho produtivo, ambos desqualificados. Faz-se necessária a adoção de metodologias específicas que compreendam as tarefas desenvolvidas pelas mulheres rurais dentro da organização temporal diária. Além da não valorização do trabalho das mulheres, passa por invisível o suporte, ou se quiser chamar de infraestrutura, que os homens possuem para gerar riqueza material, uma vez que eles (em sua maioria) não compartilham (com a mesma intensidade) as responsabilidades do trabalho doméstico e do cuidado familiar e ainda usufruem dos seus produtos (refeições prontas, aquecidas e servidas no prato; roupa e casa limpa; filhos e idosos seguros e bem cuidados, contas pagas, economia doméstica etc.). Ou seja, enquanto eles produzem mercadorias em seus empregos, as mulheres (re) produzem a vida através de seu trabalho invisível (MEDEIROS et al., 2017, p. 16).

O projeto Ater usa a seguinte tipologia sobre trabalho:

a) trabalho produtivo: aquele inserido no mercado de trabalho, que produz mercadorias, que gera valor (simbólico e econômico), por exemplo, as atividades agrícolas que são voltadas para a comercialização; b) trabalho reprodutivo: aquele que pode estar inserido no mercado de trabalho, mas que gera condições que garantam a manutenção da vida social e que não estão nas relações mercantis, como as atividades dos serviços de saúde,

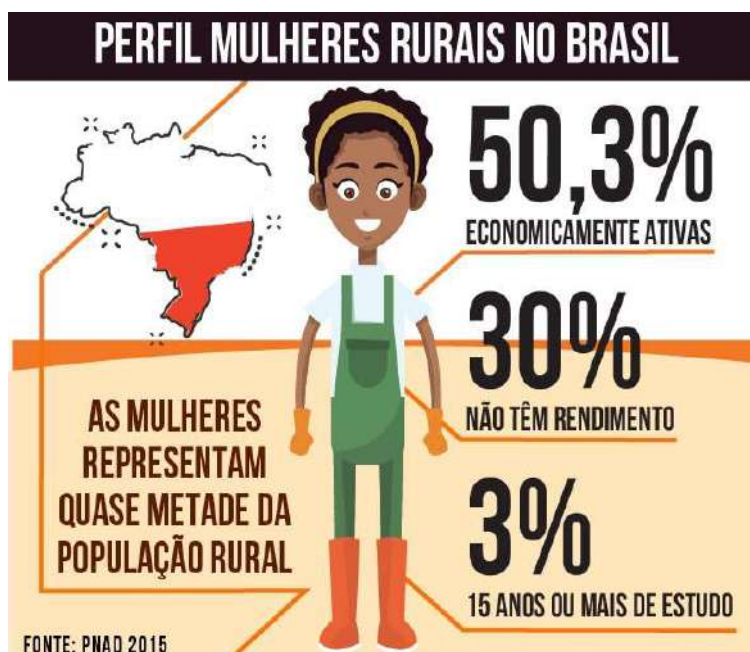
educação ou manutenção das áreas comuns, este é o trabalho considerado reprodutivo em âmbito público e é claro que, na situação atual, grande parte dele é privatizado; c) trabalho doméstico: aquele que tem como finalidade a manutenção da família em todos os aspectos: limpeza da casa, das roupas, preparação dos alimentos, cuidado com as crianças e idosos, a coleta de lenha e água etc. Assim, o trabalho doméstico não se limita ao espaço da casa, mas também aos arredores (às vezes nem tão perto) que propiciam a matéria-prima para a execução de algumas atividades domésticas (como cozinhar, que necessita da coleta de lenha e água, lavar roupa no riacho etc.) (MEDEIROS et al., 2017, p. 18)

O mapeamento da população rural deve ser considerado com cuidado, já que representa tendências, sendo a diversidade de situações, inclusive as desigualdades socioeconômicas, a norma. Por exemplo:

Algumas das disparidades podem ser percebidas através dos números fornecidos pelo Censo Agropecuário 2006, pois a Agricultura Familiar compreende 84,4% dos estabelecimentos rurais e ocupa uma área total de 24,3%. Enquanto a agricultura não familiar compreende 15,6% dos estabelecimentos e ocupa uma área total de 75,7%. O pessoal ocupado na agricultura familiar corresponde 74,4% da população que se dedica à agropecuária, enquanto a Agricultura Não Familiar ocupa 25,6% da população (PUNTEL; PAIVA; RAMOS, 2011, p. 10).

A seguir outros infográficos sobre mulheres rurais no Brasil, organizados no âmbito do convenio Mapa e Fundação IBGE.

Infográfico 2 - Perfil das mulheres rurais no Brasil



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 2015.

Considerando a cor e raça das mulheres habitantes da área rural, mais de 56% delas se declaram como pardas, 35% brancas e 7% pretas. As indígenas compõem 1,1% da população rural feminina. Considerando o rendimento médio, cerca de 30% ganhavam entre meio e um salário mínimo e quase 30% não tinham rendimento (PNAD, 2015).

Infográfico 3 - Cor e raça das mulheres rurais



Fonte: PNAD, 2015.

Segundo o último Censo Agropecuário do IBGE (2010), quase 20% dos empreendimentos rurais do país são dirigidos por mulheres. Em 2006, o percentual de mulheres rurais empreendedoras era de 12%. “É um salto significativo, mas ainda é muito pouco, quando sabemos que de 70% a 80% dos alimentos são produzidos pelas mulheres rurais, principalmente os alimentos para autoconsumo”, comenta Geise Mascarenhas, consultora da Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo do Mapa.

Dados do Observatório de Gênero na América Latina e Caribe da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal)¹⁶ revelam que 30,2% das mulheres brasileiras no meio rural não têm acesso a renda própria em comparação com 16,8% dos homens. E somente 11% delas possuem a titularidade da terra. Em relação às trabalhadoras agrícolas assalariadas temporárias, estudos de caso realizados pela Fao, Organização Internacional do Trabalho (OIT) e Cepal em países da América Latina e Caribe evidenciam a vulnerabilidade da mulher no campo decorrente do caráter intermitente do vínculo trabalhista, da baixa sindicalização e de normativas legais que não asseguram sequer os princípios do trabalho decente recomendados pela OIT.

¹⁶ Disponível em: <https://www.cepal.org/mujer/noticias/paginas/8/46418/2Factsheet_rural_version_fin_al_esp.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2020.

Escolaridade é outro indicador mais negativo para a população rural e em especial, aí, para as mulheres. De acordo com o Censo 2010, de fato o nível de instrução das pessoas residentes no meio rural é bem mais baixo do que o identificado nas cidades: 80% das pessoas com 25 anos ou mais e domicílio rural não têm escolaridade ou não finalizaram o ensino fundamental, enquanto a maioria das residentes em perímetro urbano pelo menos completou o ensino fundamental (56%). O Censo também revela a maior dificuldade de escolarização para as pessoas com cor ou raça indígena: sem instrução ou com ensino fundamental incompleto são 85% no meio rural e 55% no urbano (IBGE, 2010).

Na dinâmica demográfica da população rural chama atenção o envelhecimento e a emigração, em especial de jovens, sendo que entre esses, as mulheres, em maior número, participam do êxodo, o que segundo a literatura se relaciona à situação do campo, a falta de oportunidades educacionais e de realização profissional, bem como o déficit em equipamentos de lazer e divertimento:

Cada vez mais ganham repercussão questões sobre o êxodo e o envelhecimento da população rural. Além do aumento da expectativa de vida nas últimas décadas, outro fator que contribui para o envelhecimento da população do campo é o êxodo dos jovens rurais para o meio urbano. Acreditamos que este movimento é revelador da situação e percepção dos jovens sobre a realidade em que vivem e indicador de que estamos vivendo um acelerado período de transformação no qual a incerteza parece predominar. O meio rural brasileiro sofreu grandes transformações tecnológicas ao longo das últimas décadas, contudo inúmeras regiões ficaram aquém do desenvolvimento almejado.

Diversas comunidades rurais permaneceram à margem da grande modernização, não apenas nos aspectos relativos à tecnologia de produção agrícola, mas também de outras inúmeras tecnologias e serviços que conferem qualidade de vida e integração entre as pessoas. Acreditamos que este fator tenha influenciado significativamente para a reorganização das relações sociais e à expulsão de trabalhadores rurais de seu meio, acentuando a precariedade das condições de vida no campo. Neste cenário, a população rural que ingressa na idade ativa, neste caso os jovens rurais, enfrenta dificuldades para construir seu projeto de vida no campo e cada vez mais busca melhores condições de vida nos centros urbanos (PUNTEL; PAIVA; RAMOS, 2011, p. 21).

Sobre os jovens¹⁷ em áreas rurais, segundo sexo, tem-se que:

- segundo o Censo Agropecuário 2017, os mais jovens, com idade entre 25 anos e 35 anos, são 9,48% do contingente, bem abaixo dos 13,56% do censo anterior. Também o

¹⁷ “Se tratarmos os jovens sob a orientação da idade cronológica vamos nos deparar com diferentes critérios balizadores. No Brasil, o IBGE classifica como jovens as pessoas com idade entre 15 e 24 anos. Para fins de Políticas Públicas são consideradas jovens as pessoas com idade entre 16 e 29 anos. De acordo com o (IPEA, 2009), desde 2005 tem se envidado esforços que permitam a construção de uma Política Nacional de Juventude. A Secretaria Nacional de Juventude tem feito constantemente apelos para que os diversos ministérios, no planejamento e na execução das políticas setoriais, considerem as singularidades da juventude, levando em conta suas estratificações etárias – de 15 a 17 anos, de 18 a 24 anos e de 25 a 29 anos” (PUNTEL et al, 2011, p. 28).

grupo entre 35 e 45 anos de idade encolheu para 18,29%, quando em 2006 era de 21,93%¹⁸;

- de acordo com o IBGE (2010), a proporção de jovens dos 15 a 29 anos era de 26,9%, sendo que 27% dessa população viviam em áreas urbanas e 26,2% nas áreas rurais. Os homens ainda estão em maioria nas zonas rurais em relação às mulheres, correspondem a 26,4%. As mulheres representam 25,9% dessa juventude no meio rural (ALMEIDA DE FARIA; FERREIRA; ROCHA DE PAULA, 2018);

- na década de 1950, o contingente que mais emigrou das áreas rurais correspondia à faixa dos 30 a 39 anos de idade. Já nos anos 1990 ocorreu um deslocamento populacional, principalmente na faixa etária de 20 a 24 anos (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999). Outra característica marcante do processo migratório recente é a participação feminina. As mulheres migram mais que os homens, representando 52% do total da migração jovem. Configura-se, assim, um predomínio juvenil e feminino no processo migratório campo-cidade.

Vários estudos ressaltam a maior migração feminina, em particular das jovens, associando ao fato de que as mulheres historicamente tiveram menos oportunidades de autonomia econômica no campo e seriam afetadas por relações patriarcais o que as impulsiona buscar maior liberdade e autonomia. Recentemente a maior escolaridade das jovens colaboraria com sua emigração para a cidade, ainda que com maior probabilidade se daria sua incorporação em trabalhos precarizados e mal remunerados, como o emprego doméstico, mas cujo salário, colaboraria por envio, com ajuda à família que ficou na área rural. Ao final se retoma o tema gênero e geração.

3.1.1 GRUPOS EM MAIS GRAVE VULNERABILIZAÇÃO E DIVERSIDADE SOCIAL ENTRE OS POBRES

O Ministério da Cidadania administra o Cadastro Único para Programas Sociais, importante fonte de informação sobre diversas populações na área rural. Esse Cadastro Único coleta informações da população pobre e extremamente pobre. É, portanto, um registro administrativo com foco nas famílias com rendimento de até 1/2 salário mínimo *per capita* ou 3 salários mínimos por família. Considerando os dados disponíveis para 2014, segue um panorama da população mais pobre no meio rural, e tendo como referência publicação de 2016, do Governo Federal¹⁹.

¹⁸ Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/noticias/populacao-rural-envelhece-e-jovens-sao-minoria-no-campo>>. Acesso em: 17 mar. 2020.

¹⁹ BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. *Cadastramento diferenciado*. Diversidade no Cadastro Único. Respeitar e Incluir. Brasília, DF: MDSA; Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, 2016. “[...] No Cadastro Único, a exemplo da grande maioria das informações, a informação de domicílio em área rural/urbana é um campo auto declaratório. Assim, trata-se da percepção da família sobre a sua situação de moradia: caberá ao responsável familiar – pessoa que presta as informações para a inclusão da família no Cadastro informar se reside na área urbana ou rural. Dessa forma, o Cadastro trabalha com a análise subjetiva sobre a realidade em que vivem e o Censo trabalhará com definições estanques dadas a partir dos planos diretores das cidades ou definições estabelecidas pelo corpo técnico do Instituto” (BRASIL, 2016, p. 10).

Segundo os dados do Cadastro Único, 24,2% do total de famílias cadastradas estão no campo, contra 15,6% do total de pessoas do Censo (2010). A maior proporção rural/urbano do Cadastro Único, cuja informação vem das pessoas, em relação ao que trabalha com critérios administrativos do que é urbano e rural – é um indicativo de que a pobreza rural é maior do que a urbana.

A baixa densidade demográfica e a distância dos grandes centros dificultam os investimentos necessários para estender as redes públicas e concessões de abastecimento de água, energia elétrica, coleta de lixo e escoamento sanitário. Igualmente, há dificuldades de transporte e instalações que dificultam o funcionamento de escolas e unidades de saúde localizadas em áreas rurais.

Em 2014, o Cadastro Único contava com mais de 25 milhões de famílias cadastradas. Cerca de 6% desse contingente (1,5 milhões de famílias) declararam-se pertencentes a um dos 15 Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTEs) reconhecidos no formulário de cadastramento [a saber]:

- origem étnica: indígenas, quilombolas, ciganas, pertencentes às comunidades de terreiro;
- relação com o meio ambiente: extrativistas, pescadores artesanais; ribeirinhas;
- relação com o meio rural: assentadas da reforma agrária; acampadas rurais; agricultores familiares; beneficiárias do Programa Nacional de Crédito Fundiário;
- situações conjunturais: famílias de presos do sistema carcerário, de catadores de material reciclável, atingidas por empreendimentos de infraestrutura, compostas por pessoas em situação de rua²⁰.

Tais grupos nas áreas rurais tendem a congregar as famílias mais pobres. Os informantes, pessoas de referência (RF), apresentam as seguintes características sociodemográficas em comparação àqueles nas zonas urbanas:

- a proporção de homens RFs na zona rural é de 16,4%, enquanto na urbana é de 13,1%. As mulheres RFs do meio rural chegam a 83,6%, contra 86,9% no urbano;
- as famílias com mais RFs do sexo feminino que se declaram com domicílio rural são as de agricultores familiares (85,2%), de pescadores artesanais (84,6%) e extrativistas (84,5%). Apesar de a grande maioria das RFs no Cadastro Único serem mulheres, independente da clivagem urbano/rural, verifica-se que ainda é expressivo o número de pessoas do sexo masculino que são responsáveis pelo cadastro de sua família no meio rural, especialmente entre os grupos familiares mais ligados com a questão agrária, como acampados, assentados e beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). Possivelmente, isso é decorrente da persistência de elementos do patriarcado no meio rural, que dita papéis específicos para homens e mulheres, sendo os homens responsáveis pelas questões públicas da família, enquanto cabe às mulheres o cuidado do âmbito doméstico (BRASIL, MDSA, 2016)²¹;

²⁰ Disponível em: <<http://www.agenda2030.com.br/-acesso>>. Acesso em: 5 fev. 2020.

²¹ BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. *Cadastramento diferenciado*. Diversidade no Cadastro Único. Respeitar e Incluir. Brasília, DF: MDSA; Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, 2016.

- acesso a serviços públicos foi a dimensão analisada perguntando-se à pessoa de referência no Cadastro dos grupos populacionais tradicionais e específicos (GPTE) se os equipamentos seriam adequados ou não. As famílias consideradas em situação de extrema pobreza se destacam quando se tem a área rural como referência.

O total de famílias sem identificação cadastradas no meio rural em situação de extrema pobreza é de 65,5%, ao passo que para as famílias GPTEs esse número sobe para 72,8%. Portanto, ao mesmo tempo em que as famílias têm sua renda reduzida no meio rural, o pertencimento a algum GPTE agrava o acesso dos membros da família à renda²².

Dentro dos GPTEs, o grupo mais vulnerável é o de ribeirinhos, possuindo 57,9% das famílias sem acesso à energia elétrica, seguido pelos acampados, 47,2%; pelos extrativistas, 38,8%; pelos indígenas, 33,4%; pelos pescadores, 25,3%. As famílias assentadas da Reforma Agrária, quilombolas, agricultores familiares e famílias beneficiárias do Programa Nacional do Crédito Fundiário possuem uma porcentagem maior de famílias com acesso à energia elétrica, e uma menor diferença entre famílias urbanas e rurais no que se refere ao acesso a esse serviço.

Em relação ao acesso de água, o alerta de que as famílias do meio rural estão numa situação de acesso à água muito mais vulnerável do que as famílias do meio urbano. Entre as famílias do GPTEs, 24,5%; e entre as que não estão o GPTEs, 30%. Em contraste, no meio urbano, o acesso à água pela rede geral pelo GPTEs é de 71,6% das famílias contra 86,4% das famílias não GPTEs.

Dentro dos GPTEs, todos os grupos analisados estão em situação de alta vulnerabilidade, sendo que o grupo mais vulnerável são os extrativistas que possuem 92,3% de suas famílias sem acesso à rede geral, e o grupo menos vulnerável, os quilombolas, que possuem 50,2% das famílias sem acesso à rede geral. Nesse item a localização do domicílio demonstra ser um fator importante, visto que entre o total de GPTEs com acesso inadequado à água, 75,5% estão no meio rural e 28,4% no meio urbano (BRASIL, MDSA, 2016).

A análise sobre as famílias mais pobres, como as registradas no Cadastro Único sinaliza para a diversidade de casos inclusive nesse grupo quanto a vulnerabilizações. Entre as famílias GPTEs estariam em situação mais crítica os relacionados ao meio ambiente, sobretudo ribeirinhos e extrativistas, e étnicos, principalmente, os indígenas.

Decolando de tal quadro sobre pobreza e vulnerabilizações sociais em áreas rurais, Bonnal (2013, p. 43) respaldado por estudos clássicos sobre o Brasil e as desigualdades sociais no agro, considera que “a formação da pobreza rural é consubstancial do modelo de colonização” e, a partir de um enfoque multidimensional da pobreza, identifica os seguintes fatores para explicar a situação vivida pela população pobre no campo, que perdura ao longo do desenvolvimento econômico e social do Brasil: (i) a falta de terra; (ii) a falta de capacidades humanas; (iii) a falta de outras formas de capital; (iv) o acesso e a participação limitados nos mercados; (v) a

²² ONU MULHERES BRASIL. *Mulheres rurais são tema de consulta regional da América Latina e Caribe com 29 países*. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/noticias/mulheres-rurais-sao-tema-de-consulta-regional-da-america-latina-e-caribe-com-29-paises/>>. Acesso em: 10 mar. 2020.

privação de renda e de acesso aos serviços básicos; (vi) a falta de infraestruturas; (vi) a falta de trabalho. Detalhando tais dimensões estruturais da pobreza rural e da exclusão social a indicadores que “referem-se tanto ao acesso a serviços e bens públicos em geral [...] como também à posse de bens de consumo, condições mais favoráveis de trabalho, acesso à terra, condição de moradia, acesso à água, esgoto, energia elétrica e posse de bem de consumo duráveis” (BONNAL, 2013, p. 109).

3.2 DIMENSÕES EXPLORADAS POR ESTUDOS RELACIONADOS A MOVIMENTOS SOCIAIS

A seguir sublinha-se dimensões ressaltadas como básicas para compreensão de situações vividas por famílias e em especial mulheres nas áreas rurais, tanto em termos de recursos necessários, direitos humanos em falta, assim como contribuições delas para um desenvolvimento sustentável e segurança alimentar, ou seja contribuições para a reprodução social. Limitamo-nos à indicação de temas e sugestão de alguma literatura de agências e autores/as relacionados/as a movimentos sociais, para maior exploração por parte dos leitores:

- **acesso à água:** é comum a chamada em documentos de agências internacionais e em estudos e análises da sociedade civil, sobre a importância da mulher rural nos cuidados com o abastecimento. Ver Cordeiro; Morales; Batista Silveira; Silva Clemente (2015);
- **saberes e práticas localizados:** saberes desenvolvidos por mulheres rurais, como conhecimento das plantas e seus usos, de remédios naturais, práticas como hortas e quintais agroflorestais colaboram para uma segurança alimentar saudável o que vem sendo registrado por estudos de casos, o que se registra em Quaresma (2015);
- **agroecologia:** as mulheres vêm se destacando não só em práticas próprias da agroecologia como por sua participação ativa em instituições voltadas para tal conhecimento. Sugere-se, entre outros estudos, o de Serrano (2015). A participação das mulheres na consolidação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica é enfatizada em literatura sobre mulheres rurais. Na Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), elas se organizam desde 2004 em um grupo de trabalho específico – o GT Mulheres – que mantém esse debate vivo dentro da rede e visibiliza permanentemente as suas proposições. Elas exigem ter espaços próprios de organização e, nos encontros nacionais, conseguiram que seja garantida a paridade de gênero, ou seja, entre os participantes tem que estar presentes o mesmo número de homens e mulheres. Ver Hora; Macedo; Rezende (2015).
- **divisão sexual de trabalho e o sentido da família no meio rural:** “A agricultura familiar camponesa é a principal produtora de alimentos do país e é uma agricultura que tem o trabalho mais sustentável, que busca a valorização das tradições e dos saberes locais. E, por ser familiar, traz em si questões que não podem ser invisibilizadas” (MEDEIROS; SILVEIRA LEITE; GALGANI; LIMA OLIVEIRA, 2017, p. 23). Com tal chamada se alerta para a ambiguidade da família, em especial para a mulher: local de afeto, de realização da maternidade, de cuidados, e em certa medida de um poder feminino, que é pela mulher valorizado. Contudo é também sítio que se

estrutura em divisões sexuais de trabalho e de poder, não necessariamente positivas para as mulheres. Tal equação pode ser modificada, em especial, se agências, como a assistência técnica, a escola e os operadores de política se sensibilizem com a dinâmica de tais divisões e não colaborem para a sua reprodução: “A lógica da família como uma unidade homogênea, na qual os interesses são sempre comuns e representados por uma só pessoa, não é real, uma vez que mulheres e jovens têm olhares e interesses distintos do interesse do marido/pai” (MEDEIROS et al., 2017, p. 30);

- **vida associativa:** destaca a literatura elaborada a partir do ativismo, a importância da auto-organização das mulheres para a “superação das diferentes opressões, em especial para àquelas mulheres assessoras técnicas que estão inseridas em organizações e movimentos mistos, que na maioria das vezes, sequer conseguem pautar internamente a discussão de gênero para a equipe, sendo considerada uma não questão para a organização (VIANA, 2014, p. 8);

- **assistência técnica com perspectiva de gênero:** a assistência técnica é comumente destacada por potencialidade para colaborar para o reconhecimento do trabalho da mulher e seu direito por ser sujeito de decisão quanto a recursos e serviços que colaborem com seu trabalho na produção, no doméstico e na reprodução, o que predominaria em perspectiva de agroecologia. Contudo é tema de debate e tende a críticas à orientação oficial, historicamente, tida como conservadora. Ver a produção do projeto Ater, Feminismo e Agroecologia, sobre caminhada e resistência das mulheres por uma assistência técnica com enfoque de gênero:

O projeto, nomeado Ater, Feminismo e Agroecologia, se constituiu como um instrumento político para nos fortalecer, enquanto pesquisadoras ativistas, engajadas com a agroecologia na perspectiva do feminismo. O referido projeto foi financiado pela Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais e Quilombolas do Ministério do Desenvolvimento Agrário (DPMRQ/MDA). [...] a proposta foi se constituindo durante o processo de execução, entre 2014 e 2017. Não se tinha um esboço desenhado, mas existia um norte (ou sul), que apontava para visibilizar, reconhecer, pesquisar e fortalecer as experiências de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), proporcionadas pelos editais públicos de Ater Mulher e Ater Agroecologia do MDA.

[...] Por volta de 1948 a Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) adquire institucionalidade com a criação do Sistema Brasileiro de Extensão e, em 1968, transforma-se na Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater) com objetivo maior de promover a transferência tecnológica agropecuária para os produtores rurais (Fonseca, 1985) [...] Uma das tendências do debate sobre assistência técnica escolhe se aproximar das/dos camponesas e camponeses, amplia-se e forma a base da discussão agroecológica no Brasil. Outra importante forma de resistência ainda é pouco sistematizada, e expressa a luta das camponesas, no questionamento ao modelo de agricultura vigente que não enxergava as mulheres. Predominava uma agricultura feita por homens e para homens, com imposição dessa lógica para toda a família. Segundo essa lógica, as camponesas eram proibidas pela assistência técnica a guardar suas sementes ou ter raças de animais que sempre criaram. Viram os plantios de sua família perderem a diversidade e serem homogeneizados em nome de um mercado cuja consequência foi o uso intensivo de agrotóxicos, fertilizantes e diversas técnicas de artificialização da natureza. Ainda assim,

as camponesas se mantiveram guardando suas sementes, cultivaram em seus quintais algumas espécies que para elas eram importantes e, na medida do possível, preservaram suas raças preferidas de animais. No entanto, nem todas tiveram a oportunidade de se manterem na resistência, sendo levadas a fazer opções em relação ao que guardar e ao que perder. Mas os materiais e os conhecimentos preservados foram e são fundamentais para o desenvolvimento da perspectiva agroecológica (MEDEIROS et al., 2017, p. 35).

- **comercialização de alimentos, o lugar das feiras:** tendo como base estudos de casos, destaca-se que o campo de comercialização é importante para a autonomia financeira das mulheres, merecendo destaque em políticas de fomento, bem como para criação de redes de mulheres, lugares de encontros, como as feiras, minimizando o isolamento dessas, ou seu confinamento à casa e à propriedade familiar. Ver Medeiros et al., 2017.

Outras reivindicações de mulheres rurais organizadas, em especial para políticas públicas, fazem referências a questões estruturais como posse da terra, crédito e desigualdades na distribuição de recursos. De forma sumária se apresenta a seguir alguns destaques nessa linha, de proposições para políticas para reduzir hiatos entre homens e mulheres, por equidade de gênero no mundo rural, em documentos da sociedade civil e pronunciamentos de lideranças em Organizações Não Governamentais (ONGs) com ênfase em direitos das mulheres no Brasil,

Em março de 2018 teve lugar nas Nações Unidas, em Nova York, a 62ª seção da Comissão sobre Status da Mulher (CSW). Na Declaração de Santo Domingo, regional sobre a América Latina, o tema priorizado foi “Desafios e oportunidades para o alcance da igualdade de gênero e do empoderamento das mulheres e meninas rurais”. A seguir referências a alguns destaques por delegadas brasileiras²³.

Para as lideranças brasileiras, nesse encontro, **trabalho, crédito, políticas de habitação** e uma **vida sem violência** seriam algumas das necessidades mais urgentes para o empoderamento das mulheres que vivem no campo, na floresta e em regiões de águas.

Para Maria da Graça Amorim, coordenadora de Mulheres da Conjuntura Política Nacional para a Agricultura Familiar (Contra Brasil) e coordenadora geral e da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Maranhão (FETRAF-MA), “o empoderamento das mulheres do campo também exige **políticas diferenciadas de assistência técnica e extensão rural**. Muitas vezes, o que as mulheres querem não é o mesmo que os maridos e filhos querem”. Outra demanda é que seja **retomado o programa de habitação rural**, “importantíssimo para garantir autonomia, empoderamento e se livrar da violência” (ver nota 21).

²³ Disponível em: <<https://www.unwomen.org/en/csw/csw62-2018>>; <<https://www.unwomen.org/en/csw/csw62-2018/official-meetings>>; <<https://www.unwomen.org/en/csw/csw62-2018/official-documents>>; <www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2018/02/PT-Decl-Sto-Domingo>. Acesso em: 15 fev. 2020.

Mazé Moraes, secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), faz uma avaliação das políticas públicas. Para ela,

vivenciamos um momento difícil, com muitos retrocessos em direitos. E nós do campo temos sentido muito fortemente essa realidade na pele. Desde a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário e sua transformação em Secretaria, a redução dos recursos dos programas de enfrentamento à violência, o fato de a Casa da Mulher Brasileira não ter sido aberta em todos os estados, o que era uma pauta da nossa Marcha das Margaridas. Muitas vezes, as mulheres não têm onde recorrer e nem segurança para fazer uma denúncia de violência contra elas. Outra questão para nós é **a questão da documentação das trabalhadoras rurais** (ver nota 21).

A **violência de gênero no campo**, nas florestas e nas águas é área de preocupação dos movimentos de mulheres rurais do Brasil. Para Maria da Graça Amorim, coordenadora de Mulheres da Conjuntura Política Nacional para a Agricultura Familiar (Contra Brasil) e coordenadora geral da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Maranhão (FETRAF-MA), a situação se agrava devido ao isolamento das vítimas. “No campo, as mulheres sofrem mais, inclusive porque estão mais distantes até de registrar uma ocorrência em caso de violência doméstica, por exemplo. A maioria dos municípios **não tem nem delegacia para registro**”, aponta Maria.

Além da violência de gênero, que tem como ponto alto os feminicídios, os crimes cujas circunstâncias apontam para atos políticos contra mulheres ativistas de direitos humanos vêm se tornando parte da realidade nacional. Viriam também aumentando casos de assassinatos de lideranças rurais, segundo a ONG Contra Brasil²⁴.

²⁴ Cita-se o caso de Marineuza Lopes, de 37 anos, assassinada em fevereiro de 2018 enquanto colhia milho com o marido em uma fazenda na área rural de Amambai (MS). A presidenta da União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Mato Grosso, Terezinha Rios Pedrosa, de 56 anos, e o marido Aloísio da Silva Lara foram assassinados no município de Nossa Senhora do Livramento (MT), em setembro de 2017. Em junho daquele ano, a líder quilombola Maria Trindade da Silva Costa, de 68 anos, foi encontrada assassinada na zona rural da cidade de Moju (PA). Kátia Martins, presidenta da Associação dos Trabalhadores do Assentamento 1º de Janeiro, foi morta, em maio de 2017, na frente do neto de apenas oito anos, em Castanhal (PA). Em janeiro de 2018, a liderança indígena Vanderlânia Pereira, de 21 anos, da etnia Kaxinawá, foi morta com um golpe de facão na frente da filha de dois anos, no município de Feijó (AC). Em 2014, dias após organizar protestos em Brasília contra a proposta de emenda constitucional que altera o critério de demarcação de territórios indígenas, a líder kaiowá Marinalva Manoel, 27, foi assassinada a golpes de faca em Dourados (MS). Francisca das Chagas Silva, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Miranda do Norte, no Maranhão, foi assassinada com requintes de crueldade, aos 34 anos, em fevereiro de 2016, próximo ao povoado quilombola de Joaquim Maria, onde era liderança. Em janeiro de 2016, Nilce Magalhães, líder dos pescadores e ativista do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) foi assassinada, em Porto Velho (RO), e teve o corpo jogado em uma barragem com mãos e pés amarrados. Em novembro de 2017, Alexandra de Oliveira, de 40 anos, foi assassinada em uma emboscada montada pelo marido em uma estrada rural no município de São Pedro do Turvo (SP). Também em junho de 2017, Helen Moreira foi vítima de feminicídio na região do Quilombo Ilha em Vera Cruz (BA).

3.3. EMPODERAMENTO DAS MENINAS E DAS JOVENS NO MEIO RURAL: UM DESAFIO

Acessa-se para a construção desta parte em especial o trabalho de Nilson Weissheimer (2019), baseado em pesquisa direta com jovens, homens e mulheres, na economia de trabalhos familiares no Recôncavo, Bahia, em 2018.

Os jovens no campo são cerca de 8 milhões, com idade de 18 a 29 anos. Eles foram responsáveis por acessar 37,4% dos recursos destinados ao Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), entre os anos de 2002 e 2013.

Weissheimer (2019) chama atenção para o lugar da família e por aí o entrelace para os jovens da socialização com valores e com o trabalho, e a equação entre pai e patrão, com forte influência da autoridade paterna. Já no caso das meninas, a mãe e por aí os trabalhos domésticos seriam referências básicas, o que cada vez mais se chocaria com outros estímulos que chegam por agências de modernização, como os meios de comunicação e as tecnologias de informação.

Ressalta-se a baixa autonomia financeira dos jovens, em especial das meninas e das moças. Por pesquisa direta com jovens no Recôncavo baiano, Weissheimer (2019, p. 35) constata desigualdades, por sexo, a saber: “Entre os homens 31,8% diz que fica com recursos provenientes de atividades autônomas, situação vivida por 19,3% das mulheres. [...] as jovens entrevistadas apresentam percentuais maiores do que os homens quando as respostas são: ‘não obtenho nenhuma remuneração pelo meu trabalho’”.

Mudanças no meio rural viriam ampliando horizontes dos jovens quanto a papéis e projetos, sendo que alguns autores se referem a uma “crise de identidade camponesa” (CHAMPAGNE apud WEISSHEIMER, 2019), considerada um dos estímulos à emigração. Não ao azar, a emigração de jovens mulheres é mais alta.

Contudo se a referência é a outra agência de socialização, além da família, é a escola, tem-se que essa também não teria força tão abrangente, ainda que se alerte que com a maior probabilidade migrem os de mais alta escolarização. Note-se que a média de anos de estudos da população de 15 anos ou mais é, praticamente, a metade do registrado para a população urbana. Entre os jovens de 15 a 24 anos de idade, a média de anos de estudo é maior na área urbana em todas as regiões do Brasil.

A socialização dos jovens, meninos e meninas, se dá também com intensidade, entre pares, via encontros de lazer e diversão. Contudo outra dimensão negativa para o mundo rural, em relação ao urbano, seria a carência de equipamentos com tal fim. Tal déficit também contribuiria para a crescente emigração de jovens do campo. Destaca Weissheimer (2019) que os jovens agricultores familiares do Recôncavo apresentam uma baixa participação nos eventos culturais como ir ao cinema; aos estádios de futebol; dançar em bailes e danceterias. Apontaram lanchonetes e sorveterias, assim como a igreja, os espaços mais frequentados nos “últimos 30 dias”.

A pesquisa revela que as desigualdades no acesso à diversão e lazer são marcantes quando considerado o sexo do entrevistado. Ou seja, “haveria um viés de gênero na configuração das práticas de lazer entre os jovens estudados, de modo que

podemos dizer que se o lazer dos homens é restrito, o das jovens mulheres é ainda mais” (WEISSHEIMER, 2019, 45).

Embora o trabalho de Weisheimer (2019) tenha focalizado jovens na agricultura familiar no Recôncavo baiano, e portanto não necessariamente reflita a realidade de outros jovens em outros tipos de organização social e regiões, é sugestivo sobre a progressiva perda de atração da área rural, principalmente para as jovens, o que pede mais pesquisas com distintos tipos de juventudes e coloca desafios em relação à escola e outras agências no campo, ou como tornar esse mais atrativo para os/as jovens, o que passa por ampliar a autonomia material em especial das jovens, e proporcionar lugares mais amigáveis e prazerosos para realização de culturas juvenis e projetos próprios. Haveria de investir mais no encontro entre políticas públicas e sujeitos sociais juvenis, em especial focalizando as jovens, seus projetos, considerando a diversidade de tipos rurais.

Note-se que o estudo de Weisheimer (2019), assim como vários que focalizam gênero e geração, destaca a importância de desenhar mais projetos educacionais nas áreas rurais que se preocupem com a formação das meninas, inclusive com perspectiva de gênero e autonomia das jovens, e que considerem seus projetos de vida e aspirações por qualificação para horizontes criativos. Este é o foco dos trabalhos de Ciríaco, Rodrigues dos Anjos Júnior e Machado Gouveia Lins (2019). Assim como, Nagel Paiva; Patta Ramos (2011); Almeida de Faria; Ferreira; Rocha de Paula (2018).

Enfatiza-se também em outras pesquisas sobre jovens no meio rural e gênero, a chamada de que os imaginários dos e das jovens são parte de ambientes rurais cada vez mais conectados ao urbano, por tecnologias de comunicações. Destaca-se distâncias entre oportunidades imaginadas, em especial culturais, assim como as condições de vida de trabalhadores rurais na economia familiar, ou em pequenas propriedades, ou como a posição de assalariado tolhe impulsos juvenis por melhor vida.

Assim informações de meios “modernos” e a socialização mais tradicional por pais e mães, ocasionariam tensionamentos com resultados ainda pouco reconhecidos para a reprodução social de ideologias e empoderamento dos jovens: “Aparentemente, a tendência à reprodução de fórmulas e valores de orientação hegemônicos e vinculados à cultura urbana ainda exerce um papel contundente na construção dos projetos vitais dessas jovens” (PIZZINATO; HAMMAN; MARACCI-CARDOSO; MOREIRA CEZAR, 2016, p. 15).

4. DESAFIOS PARA UM SABER AGIR COMPROMETIDO COM DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES RURAIS QUE COLABOREM COM SUAS POTENCIALIDADES PARA A REPRODUÇÃO SOCIAL

A importância de olhares atentos a singularidades das mulheres e das jovens na área rural foi ressaltada em várias referências deste texto, considerando inclusive o papel das mulheres para a produção, para a reprodução da vida do campo, para a segurança alimentar e para a agricultura familiar. Tais vetores são ressaltados em

literatura de agências internacionais e por peças oriundas de autores vinculados a movimentos sociais preocupados com direitos humanos das mulheres. Muito se tem escrito sobre a importância das políticas públicas sensíveis a gênero com tais objetivos, direitos humanos das mulheres nas áreas rurais e sua contribuição para a reprodução social da economia política e para uma sociedade menos desigual. Em 2015, autores ligados a organizações de mulheres no agro alertavam para muitos desafios, em especial minimizar a desigualdade de atenção do Estado ao agronegócio e à agricultura familiar e à perspectiva da agroecologia. Considerava-se um risco beneficiar o primeiro:

A agricultura familiar cumpre papel estratégico para a segurança e a soberania alimentar do país. No entanto, é recente a elaboração de políticas públicas voltadas para seu fortalecimento. Os programas recém-criados propiciam acesso a mercados institucionais para comercialização dos produtos agropecuários. Além disso, oferecem alternativas à reprodução do modelo tecnológico do agronegócio e à integração com as agroindústrias, possibilitando produção com bases agroecológicas, que integrem fatores produtivos, biológicos, econômicos, sociais e culturais e que considerem tanto o conhecimento científico quanto os conhecimentos seculares das comunidades tradicionais. Agricultoras de todo o Brasil vêm conquistando papel de destaque, mostrando-se pioneiras e capazes de aliar o conhecimento adquirido durante toda a vida no campo com as exigências burocráticas e tecnológicas necessárias para garantir a participação nos programas. Existem ainda muitos desafios a serem superados, todavia as limitações devem possibilitar um novo olhar para o rural, no intuito de valorizar o trabalho dispensado pelas mulheres, sobretudo pela forma de produção com bases agroecológicas e pelo modo de vida em que se edifica (CARVALHO, 2015, p. 96).

Nas análises sobre políticas relacionadas à segurança alimentar e ao fomento da produção rural é comum destacar que os resultados positivos desses, em muito, são frutos do papel das mulheres rurais. No entanto, a questão que se coloca é por que mesmo em situações em que ocorreram algumas mudanças, como, por exemplo, conquista de autonomia econômica, as mulheres continuam realizando o trabalho doméstico que ainda é considerado uma atribuição só sua; pouco se alterando a divisão sexual do trabalho e do poder na família? Persiste o não reconhecimento do valor do trabalho das mulheres no campo e pouco se viria investindo em equipamentos e oportunidades nos territórios rurais, em especial naqueles que predomina a agricultura familiar, o que poderia colaborar para a mobilidade das mulheres jovens na realização de suas expectativas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA DE FARIA, Guélmer Júnior; FERREIRA, Maria da Luz Alves; ROCHA DE PAULA, Andrea M. Narciso. Êxodo Rural Feminino: razões e consequências da migração da juventude rural feminina. **VI Congresso em Desenvolvimento Social**, ago. 2018.

Disponível em: <congressods.com.br/anais_sexto/ARTIGOS_GT01/EXODO%20RURAL%20FEMININO%20RAZOES%20E%20CONSEQUENCIAS%20DA%20MIGRACAO%20DA%20JUVENTUDE%20RURAL%20FEMININA.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2020.

BHATTACHARYA, Tithi (Ed.). **Social Reproduction Theory**, Pluto, Londres, 2017.

BONNAL, Philippe. 2013. Referências e considerações para o estudo e a atuação dos programas de desenvolvimento Territorial (PRONAT e PTC) na perspectiva da redução da pobreza em territórios rurais. In: MIRANDA, Carlos; BRENO, Tibúrcio (Eds.). **Políticas de desenvolvimento territorial e enfrentamento da pobreza rural no Brasil**. San José: IICA, 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **Cadastramento diferenciado. Diversidade no Cadastro Único. Respeitar e Incluir**. Brasília, DF: MDSA; Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, 2016.

CAMARANO, Amélia A.; ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil**: panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

CARVALHO, Ludmilla Luciano. Agricultoras familiares, resistência e construção de alternativas ao agronegócio. In: HORA, Karla; MACEDO, Gustavo; REZENDE, Marcela (Orgs.). **Coletânea sobre estudos rurais e gênero**: Prêmio Margarida Alves. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015. Disponível em: <<https://exposicao.enap.gov.br/items/show/252>>. Acesso em: 12 mar. 2020.

CIRÍACO, Juliane da Silva; RODRIGUES DOS ANJOS JÚNIOR, Otoniel; SANTOS DE OLIVEIRA, Celina; SANTOS DE OLIVEIRA, Julyan; MACHADO GOUVEIA LINS, Gleyvison. **Os determinantes das escolhas ocupacionais das jovens mulheres das áreas rurais do Sul do Brasil**, v. 19, n. 2, 2019. p. 81-101. Disponível em: <<https://bdtd.ucb.br/index.php/rbee/article/view/8553>>. Acesso em: 25 fev. 2020.

CORDEIRO, Rosineide; MORALES, Paola Alejandra; BATISTA SILVEIRA, Sandra Maria; SILVA CLEMENTE, Flavia. **Mulheres Rurais e Lutas pela Água na América Latina**. **Temporalis**, Brasília, ano 15, n. 30, jul./dez. 2015.

FEDERICI, Sílvia. **Calibã e a Bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

HORA, Karla; MACEDO, Gustavo; REZENDE, Marcela (Orgs.). **Coletânea sobre estudos rurais e gênero**: Prêmio Margarida Alves. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015. Disponível em: <<https://exposicao.enap.gov.br/items/show/252>>. Acesso em: 12 mar. 2020.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA. *Plano de Médio Prazo 2018-2022*. São José, C.R.: IICA, 2018. LIMA, Amanda Barroso; ABREU DOS SANTOS, Beatriz; VASCONCELOS, Isadora Cardoso. **Desafios e perspectivas para as mulheres rurais no Brasil sob a ótica da Agenda 2030 para o Desenvolvimento**

Sustentável Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo. Brasília: PNUD Brasil, 2016.

MEDEIROS, Laécia; SILVEIRA LEITE, Jalil Gema; ESMERALDO, Galgani; LIMA OLIVEIRA, Maria do Socorro. *Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste*. Recife: UFRPE; UAST; UFC; Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional; Faturpe Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário; Sead; Casa Civil Governo Federal Parceira e ActionAid, Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste, 2017. Disponível em: <<https://www.facebook.com/peladivisaostadotrabalhodomestico/?pnref=story>>; <https://www.youtube.com/results?search_query=pela+divis%C3%A3o+justa+do+trabalho+dom%C3%A9stico>. Acesso em: 15 fev. 2020.

OECD. **Cerrando las brechas de género.** Es hora de actuar, OECD, 2012. Disponível em: <https://www.oecd-ilibrary.org/social-issues-migration-health/cerrando-las-brechas-de-genero_9789264,08582>. Acesso em: 10 mai. 2019.

ONU MULHERES BRASIL. **Mulheres rurais são tema de consulta regional da América Latina e Caribe com 29 países.** Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/noticias/mulheres-rurais-sao-tema-de-consulta-regional-da-america-latina-e-caribe-com-29-paises/>>. Acesso em: 10 mar. 2020.

PIZZINATO, Adolfo; HAMANN, Cristiano; MARACCI-CARDOSO, João Gabriel; MOREIRA CEZAR, Marcelo. Jovens mulheres do âmbito rural: gênero, projetos de vida e território em fotocomposições. *Psicol. Soc.*, v. 28, n. 3. Belo Horizonte, set./dez. 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1807-03102016v28n3p473>>. Acesso em: 13 mar. 2020.

PUNTEL, Jovani Augusto; PAIVA, Carlos Águedo Nagel; RAMOS, Marília Patta. **Situação e perspectivas dos jovens rurais no campo.** Ipea-CODE, 2011. Anais I Circuito de Debates Acadêmicos. Disponível em: <<http://ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area3/area3-artigo20.pdf-acesso>>. Acesso em: 17 mar. 2020.

QUARESMA, Amanda Paiva. Mulheres e Quintais Agroflorestais: a “Ajuda Invisível” aos olhos que garante a Reprodução da Agricultura Familiar Camponesa Amazônica. In: HORA, Karla; MACEDO, Gustavo; REZENDE, Marcela (Orgs.). **Coletânea sobre estudos rurais e gênero:** Prêmio Margarida Alves. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015. Disponível em: <<https://exposicao.enap.gov.br/items/show/252>>. Acesso em: 12 mar. 2020

SERRANO, Júlia Scaglioni. Mulheres da Borborema. Construindo a igualdade de gênero e a agroecologia. In: HORA, Karla; MACEDO, Gustavo; REZENDE, Marcela (Orgs.). **Coletânea sobre estudos rurais e gênero:** Prêmio Margarida Alves. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015. Disponível em: <<https://exposicao.enap.gov.br/items/show/252>>. Acesso em: 12 mar. 2020.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres agricultoras no Brasil:** sujeitos políticos na luta por soberania e segurança alimentar. Disponível em: <http://www.rimisp.org/wp-content/uploads/2013/05/Paper_Emma_Siliprandi-12.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2020.

VIANA, Raquel. **Produto 1**: Documento técnico contendo análise das diretrizes e ações do Documento Base da Conferência Nacional de Economia Solidária e sua interface com as mulheres rurais. Brasília: IICA/MDA-NEAD, 2014.

WEISHEIMER, Nilson. **Juventude e agricultura familiar no Recôncavo da Bahia**. Cruz das Almas: UFRB, 2019.

TRABALHADORAS RURAIS E EMPODERAMENTO: RELAÇÕES CONJUGAIS E CONVÍVIO FAMILIAR – MULHERES LÍDERES DE SINDICATO

Telma Regina Batista Nascimento²⁵

RESUMO

O artigo discute a conquista de saberes e o conseqüente empoderamento das trabalhadoras rurais do Sindicato dos Trabalhadores e Agricultores Familiares (Sintraf) de Serrinha, Bahia, através do seguinte problema: quais são os traços do empoderamento das trabalhadoras rurais à frente da gestão do Sintraf Serrinha? Quais são os saberes a eles implicados? Esses saberes colaboraram ou não para o empoderamento dessas trabalhadoras no contrato de casamento/conjugalidade? Fundado na abordagem qualitativa, pesquisa de campo por etnopesquisa e entrevista, a pesquisa realizada inspirou-se na autobiografia. Sua principal constatação foi que os saberes conquistados no espaço público do Sintraf Serrinha por essas mulheres possibilitou empoderamento que se replicou no espaço privado da família e no contrato de casamento/conjugalidade.

PALAVRAS-CHAVE: Sindicalismo rural; Saberes; Empoderamento; Família; Contrato de casamento/conjugalidade.

RURAL WORKERS AND EMPOWERMENT: CONJUGAL RELATIONSHIPS AND FAMILY RELATIONSHIP OF UNION LEADING WOMEN

ABSTRACT

The article refers to the acquisition of knowledge and the consequent empowerment of rural workers in the Union of Family Workers and Farmers (SINTRAF) in Serrinha, Bahia, taking into account the following questions: What are the traits of the empowerment of rural workers in the Sintraf Serrinha management? What knowledge is involved? Did this knowledge collaborate or not for the empowerment of these workers in the marriage / conjuality contract? Based on a qualitative approach, field research with an ethno-research bias and interviews , the research follows autobiographic procedure A main finding is that the knowledge gained in the public space of Sintraf-Serrinha by these women enabled their empowerment that was replicated in the private space of the family and in the marriage/ conjugal contract.

KEYWORDS: Rural Unionism. Knowledge; Empowerment; Family; Marriage/conjuality contract.

²⁵ Telma Regina Batista Nascimento é Mestra em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia (2009) e Doutora em Família na Sociedade Contemporânea pela Universidade Católica do Salvador (2020). É professora assistente da Universidade do Estado da Bahia, exercendo a docência dos componentes Currículos, Educação do Campo e Estágio Supervisionado no Departamento de Educação – Campus XI/Serrinha-BA. Membro do Grupo de Pesquisa Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social (EPODS) e do grupo de pesquisa Laboratório de Estudos Pesquisas e Extensão em Geografia e Educação (LEPEGE).

** Nossos agradecimentos a Profa. Dra. Lúvia Alessandra Fialho da Costa e a Profa. Dra. Mary Garcia Castro, respectivamente nossa orientadora e coorientadora, pelas contribuições que marcaram de modo inequívoco, a tese de doutorado que deu lugar a este artigo.

INTRODUÇÃO

A experiência de vida da mulher trabalhadora rural, suas vivências cotidianas, suas histórias pessoais e, sobretudo, suas histórias de participação política no Sindicato dos Trabalhadores e Agricultores Familiares (Sintraf) de Serrinha, interior da Bahia, motivaram realizar uma pesquisa entre 2016 e 2020. Neste artigo incluímos parte das conclusões dessa pesquisa. Analisamos dinâmicas de empoderamento feminino, mais especificamente como a atuação e circulação de mulheres num universo que se fez e se quis de “lutas” e embates políticos, reverberou na sua condição de mulher na família, particularmente no plano do contrato de casamento.

Essas trabalhadoras foram sujeitas e objetos de vários saberes e em razão disto, buscamos o resgate dos caminhos percorridos por elas, utilizando a autobiografia enquanto possibilidade de conhecimento da trajetória transcorrida. Muitas das histórias delas coincidem e se confundem com a nossa própria história. Desse modo, a interface entre a nossa experiência, enquanto legado do empoderamento das gerações de mulheres de nossa família e a experiência consolidada pelas trabalhadoras do Sintraf Serrinha, mais que um simples acontecimento; revelou-se nas palavras de Silva e Mendes (2015), uma possibilidade de compreensão. Compreensão do próprio contexto e das dimensões e implicações pessoais que nos permitiram ser/existir através de interfaces com as pessoas e o mundo a nossa volta.

Assim, a pesquisa, em geral, se materializou no seguinte objetivo: desenvolver um estudo acerca dos saberes relacionados ao possível empoderamento das trabalhadoras rurais, na gestão do Sintraf Serrinha; analisando como se configuraram as divisões de poder na esfera do privado e investigando se tais saberes colaboraram ou não para o empoderamento dessas trabalhadoras no âmbito do contrato de casamento/conjugalidade.

A autobiografia que permitiu a aproximação de questões relativas à conquista de conhecimentos/saberes e seu possível rebate nas relações de poder entre homens e mulheres e do feminismo tão presentes na nossa vida, se transformou em inspiração para essa construção epistemológica, que tomou como referência a questão: quais são os traços de empoderamento ou não das trabalhadoras rurais à frente da gestão do Sintraf Serrinha? Quais são os saberes implicados? Esses saberes colaboraram ou não para o empoderamento dessas trabalhadoras no contrato de casamento/conjugalidade?

A complexidade da investigação nos desafiou na busca de uma abordagem teórica capaz de estabelecer aproximações hermenêutico-compreensivas em torno dos principais conceitos a ela implicados. Nesse sentido, a discussão em torno do empoderamento, dos saberes e do contrato de casamento, conceitos centrais a esta investigação, levaram em conta as (con)tradições históricas, econômicas e políticas do contexto onde o trabalho está inserido – o Território do Sisal.

Estruturado em um modelo societal excludente, o Território do Sisal traz em si as marcas indeléveis do processo de colonização brasileira: concentração da propriedade, da riqueza e do poder. Onde às adversidades físico-naturais atribuídas à

seca, destacaram Lima e Coelho Neto (2017), se somaram esquemas de autoritarismo político liderados por redes familiares que combinavam a propriedade da terra, o beneficiamento, a industrialização e a comercialização do sisal.

Moldadas, como diria Almeida (1987), quase sempre em uma ideologia patriarcal de base escravista, sustentada no aviltamento do trabalho manual e da relativização da vida humana, as famílias sisaleiras hegemônicas, parafraseando Rêgo (2008), ultrapassavam a esfera privada, invadindo assuntos públicos. E se hegemonizavam na política partidária, segundo Almeida (1987), através do clientelismo, do populismo e das relações de trabalho onde o favor e a alternativa da violência preponderaram nos contratos de trabalho, sobrepujando os direitos das cidadãs/ãos. Fato que culminou no controle da estrutura política local e por aí em baixíssimos níveis de desenvolvimento humano.

Naturalizados, os baixíssimos níveis de desenvolvimento humano do território destacamos (2009), não constituíam algo suficientemente visível para serem nomeáveis. Já que no cotidiano encontravam expressão na dura rotina daquelas que lidavam com o lado mais agudo da seca – as trabalhadoras rurais. Invariavelmente condenadas à invisibilidade, de pouca ou quase nenhuma autonomia, essas mulheres na maioria das vezes ficavam confinadas no espaço privado, sancionando historicamente as desiguais relações de poder entre homens e mulheres, como destacaram Hora e Butto (2014).

Fato que evidenciou a urgência, conforme Safiotti (2009), da construção de uma equidade que permitisse a superação das relações de hierarquia e dominação entre homens e mulheres, para nós tão presente no território sisaleiro, especialmente no município de Serrinha/BA. Originário de uma família patriarcal/extensiva, o município se constituiu num lócus onde ao longo do tempo, os homens estiveram à frente da cena histórica. A presença deles era notória nos registros dos fatos que marcaram, dentre outras coisas: a origem do município, através da figura do desbravador e fundador – Bernardo da Silva e dos chefes dos troncos familiares – a exemplo do capitão Apollinário da Silva, como destacou Araújo (1926). O Dr. André Negreiros Falcão, médico radicado em Serrinha e o Coronel Luiz Nogueira, ambos ovacionados pelo Jornal “O Serrinhense” (1927).

Nos raríssimos momentos em que a presença feminina notabilizou-se foi para ilustrar os atributos femininos, próprios das mulheres da elite. O frescor delicado da juventude, a beleza, graça e a elegância das mulheres adultas, a exemplo de Belinha Maciel, foram ressaltados pelo Jornal “O Serrinhense” (1927). Já Franco (1996), deu ênfase imagética às mulheres participantes de concursos de beleza. Entre as mulheres das camadas populares, as atividades manuais, os serviços de natureza doméstica, o comércio ambulante, serviços de beleza entre outros, foram os aspectos mais destacados por esse autor (1996).

Desse modo, a forma como as mulheres foram retratadas ao longo do tempo na sociedade serrinhense do século XX, evidenciou nas palavras de Pateman (1993), que a emergência de um modelo de patriarcado pautado na fraternidade, não se mostrou menos sexista/excludente. Esta exclusão se revelou mais aguda entre as mulheres das classes populares, especialmente as trabalhadoras rurais. Responsáveis

pelos cuidados relativos à maternagem e a família, elas também eram a força de trabalho que assegurava a sobrevivência através da agricultura familiar/camponesa. Invisibilizadas, como ressaltaram Butto e Hora (2008), pela divisão sexual do trabalho, historicamente foram umas das mais suscetíveis à vulnerabilidade/exclusão social, especialmente em tempos de crises e retrocessos democráticos.

Apesar do fenômeno histórico da exclusão, especialmente vivenciada pelas mulheres do meio rural, a população do Território do Sisal, conforme Humberto Nascimento (2003), encontrou “brechas” para se manter. E, ao dialogar com outras referências, que não aquelas estritamente relacionadas ao sofrimento decorrente também da histórica ausência de políticas públicas de desenvolvimento local sustentável, a fé e a teimosia das sisaleiras, retroalimentadas, como ressaltaram Magalhães e Abramovay (2007), pelo comunitarismo muito presente no Território, serviram como valioso instrumento de ruptura com os desafios do cotidiano.

Em se tratando do Território do Sisal, com o apoio de forças externas, principalmente dos setores católico-progressistas, gradativamente as trabalhadoras e os trabalhadores rurais sisaleiros começaram a questionar suas condições de vida. A necessidade de intervenção que emergia no bojo dessa consciência coletiva retroalimentava-se com a entrada de novos saberes. Esses saberes não decorreram da experiência de educação formal, haja vista que como destacaram as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (2001), o histórico descaso do Estado brasileiro com a educação dos povos do campo. Eles decorreram dos fóruns de discussão promovidos pelos “círculos bíblicos”; os quais de acordo com Humberto Nascimento (2003), promoviam a leitura do evangelho associada à leitura da realidade. Processo que segundo Paludo (2001), valorizava a cosmovisão camponesa, promovendo a construção de um saber que permitisse não apenas a compreensão, como a transformação da própria realidade.

Na escala local, a luta das trabalhadoras rurais pelo direito de filiação no Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a conseqüente tomada do sindicato do controle do poder executivo municipal refletiu esse processo de empoderamento coletivo. Haja vista que permitiu, conforme Veronezzi (2018), que as trabalhadoras enquanto agricultoras, esposas, mães e militantes consolidassem as condições para o enfrentamento das desigualdades de gênero e de classe social que se acirravam quando a elas se somavam a condição de trabalhadora rural/agricultora familiar/camponesa.

A participação em movimentos/ativismos sociais como associações comunitárias, cooperativas e sindicatos foi uma conquista, nas palavras de Franca (2018), que permitiu às trabalhadoras rurais a ruptura com os estereótipos de uma figura feminina “frágil”, “sem serventia”, “submissa” e de “papel secundário”. Alçando, segundo Moraes (2016), a vivência de uma maior liberdade e autoestima; da consolidação de novos vínculos interpessoais; do acesso e do interesse por novos conhecimentos/saberes; do sentimento de autoconfiança; da aquisição do poder da fala e da liderança e principalmente do acesso às políticas públicas.

Diante do exposto, o debate acerca das possibilidades instauradas pelos conhecimentos/saberes construídos em meio aos processos de empoderamento das

trabalhadoras rurais do Sintraf Serrinha, constituiu um aspecto a ser considerado. Pois que, poderia apresentar pistas das possíveis transformações ocorridas no espaço privado do lar, mais especificamente no âmbito do contrato de casamento/conjugalidade. Civilmente constituído na modernidade, segundo Pateman (1993), o contrato de casamento refletiu a organização patriarcal da natureza corporificada em um contrato primitivo, em um contrato primevo – o pacto/contrato sexual. O pacto/contrato sexual, de acordo com Pateman (1993), constituiu-se não apenas no fundamento invisibilizado da sociedade do contrato, como da perpetuação do patriarcado e da dominação masculina até os dias de hoje. Desse modo, a discussão acerca do contrato social e do contrato de casamento constituiu um pilar fundamental para que tivéssemos um parâmetro para analisar, se o empoderamento conquistado no espaço público pelas trabalhadoras teria se replicado no mundo privado.

Ao se reconhecerem como integrantes de um grupo formado por sindicalistas rurais e não por mulheres “do lar”, as trabalhadoras rurais evidenciaram a produção de subjetividades norteadas por regras que, de acordo com Salvaro, Lago e Wolf (2013) extrapolaram as marcações historicamente prescritas como dona de casa e esposa de agricultor; criando novas formas de existência. E, ao se inserirem na gestão do Sintraf Serrinha, destacamos (2009), as trabalhadoras/agricultoras se declararam como “igual” na cena política, assumindo a condição de portadoras de direitos.

2. APORTES TEÓRICOS/METODOLÓGICOS

O conjunto dos fenômenos pesquisados neste trabalho esteve marcado pela relação entre subjetividade e objetividade histórica. O questionamento se essa biografia seria única ou se replicaria entre as trabalhadoras rurais; se havia literatura acerca da dominação masculina no meio rural e se as trabalhadoras rurais – sujeitas dessa pesquisa identificavam/reconheciam essa dominação, denunciando-a ou aceitando-a, foram aspectos muito presentes na gênese desse estudo. De fato, uma esfera retroalimentou com tal intensidade a outra, a ponto das questões relativas às relações de poder entre homens e mulheres e do feminismo tão presentes na nossa vida, transbordarem na forma de uma construção epistemológica que embora profundamente implicada, impôs a exigência do rigor científico.

Então, diante da singularidade do fenômeno em foco, optamos pela abordagem qualitativa. A qual, como diria Macedo (2000), foi adotada pelo trabalho como esforço de superação das regularidades universalizantes, rumo ao tateamento de um fenômeno que emergiu no plano do vivido. E, através da pesquisa de campo com inspiração na etnopesquisa, buscamos uma compreensão dos significados e sentidos, tecidos no cerne das relações de poder entre as mulheres e os homens no contexto familiar do meio rural do município de Serrinha/BA. Como forma de acessar as informações em campo, utilizamos como instrumento mediador a entrevista. Todas as trabalhadoras/agricultoras tiveram suas identidades preservadas por nomes fictícios, escolhidos a partir de critérios definidos por elas próprias, a saber: Fátima, Maria José, Maria dos Prazeres, Jovina, Genolina, Carmelita, Valdomira, Helena.

Coincidentemente, em sua totalidade elegeram nomes de mulheres que foram grandes referências em suas vidas: irmãs, mães, avós, sogras e líderes políticas.

Entrevistamos oito trabalhadoras/agricultoras que estavam à frente da gestão do Sintraf Serrinha. Quatro das bases sindicais localizadas nas comunidades rurais e quatro do grupo gestor da sede do sindicato. Essas trabalhadoras/agricultoras entrevistadas tiveram suas vidas atravessadas pelos desafios da sobrevivência, onde o trabalho precoce e extenuante lhes impossibilitou de viver plenamente a infância e a adolescência; retirando-lhes também a oportunidade de seguir adiante nos estudos. Quando adultas essas mulheres tiveram que lidar com a sobrecarga de trabalho e de responsabilidades na “casa e na roça”. E, em alguns casos, também tiveram que lidar com relacionamentos abusivos. Mas, a despeito de todos os desafios vividos, se encontraram e se fortaleceram na luta sindical, enquanto caminho para conquista de uma vida melhor para si, para suas famílias e para suas comunidades.

2.1 FRUTOS ORIUNDOS DO CAMPO: ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES

A aplicação dos instrumentos para coleta/colheita das informações ocorreu na sede do Sintraf Serrinha. Realizamos a coleta/colheita de informações sempre as quartas e aos sábados, dias em que ocorria maior afluência das trabalhadoras/agricultoras à sede por conta das reuniões, assembleias e atendimentos relacionados aos serviços oferecidos pela organização. Quando as participantes eram as gestoras das bases, ocorria pela manhã, no horário que antecedia as reuniões e assembleias ou ao final destas. No caso daquelas que faziam parte do grupo gestor da sede do sindicato, a coleta/colheita das informações ocorria sempre à tarde, turno mais tranquilo, onde havia maior disponibilidade. O contato com as informações que emergiram nas falas das agricultoras de imediato nos levou a puxar os fios políticos e epistemológicos imprescindíveis a sua compreensão, dentre os quais destacamos: traços do empoderamento, conhecimentos/saberes, contrato de casamento/conjugalidade.

O primeiro aspecto a ser considerado na análise das informações foram os traços do empoderamento conquistados pelas agricultoras na gestão do Sintraf Serrinha. Esse empoderamento evidenciou-se através do autorreconhecimento como agricultora familiar. Carregado de afeto, esse autorreconhecimento trouxe consigo o respeito/zelo quase que sagrado com a “casa, a roça e os bichos”. Pois que, a casa não era simplesmente uma casa, mas a expressão dos laços familiares ali consagrados; a roça não era simplesmente uma roça, mas nas palavras de Shiva (1997), a terra que alimentou e sustentou gerações; os bichos não eram simplesmente bichos, mas os companheiros/testemunhas (e porque não dizer os imolados?) da difícil jornada pela sobrevivência. Daí esse afeto estar implicado não apenas na sobrevivência física, mas emocional.

O autorreconhecimento como agricultora familiar, também decorreu da satisfação/orgulho em garantir com qualidade a segurança alimentar de suas famílias: “Sou agricultora familiar porque não vendo o dia. Trabalho para mim e para minha

família. Aprendi isso no sindicato”²⁶. Tal clareza permitiu rupturas com as marcas do passado colonial, do trabalho fundado em relações escravistas. Bem como, da ruptura com os limites impostos pelo domínio masculino na gestão da produção familiar e dos recursos financeiros dela auferidos, tornando-a mais democratizada. O sindicato se mostrou tão relevante para essas mulheres, que a participação não arrefeceu sequer nos momentos em que no plano privado, a vida assumia os contornos dramáticos da violência doméstica.

Embora tenha convivido algum tempo com esse tipo de situação, as agricultoras não se curvaram a ela. Persistiram e apesar das possíveis marcas produzidas pela violência doméstica, não apenas a superaram, como a transformaram em bandeira de luta através de um trabalho de conscientização quanto aos riscos dos relacionamentos abusivos: “[...] Eu sofri vários tipos de violência. [...] hoje, graças a Deus, eu consigo [...] mudar a visão de outras mulheres relacionadas a um relacionamento abusivo. [...] Então, tanto coletivamente como uma vizinha. Né [sic]?”²⁷. Desse modo, as trabalhadoras/agricultoras não apenas conseguiram sair de um ciclo vicioso e se projetar de forma empoderada na vida, como inspiraram outras mulheres a fazê-lo.

Através da inserção no Sintraf Serrinha, elas saíram de um ponto de invisibilidade para o autorreconhecimento como sujeitas de direitos. Muitas conquistas se sucederam nesse processo. No entanto, uma das mais importantes foi o direito à titularidade da terra e o acesso ao crédito rural, rompendo com séculos de domínio masculino. Mais recentemente, as trabalhadoras/agricultoras peitaram “lutas de rua”, em favor das mulheres vítimas de violência; obtendo como resultado a instalação de um Centro de Apoio à Mulher. Também integraram a Comissão Intermunicipal da Polícia Civil junto ao Ministério Público, a Polícia Militar trazendo a ronda Maria da Penha, de Feira de Santana para as comunidades rurais e bairros do município de Serrinha: “[...] Porque o que é de feminicídio na nossa cidade tá [sic] de fazer medo. Né [sic]?”²⁸. Paralelo a essa parceria, elas insistiam na luta histórica em favor da instalação de uma Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (Deam). Todavia, apesar do apoio de suas entidades de classe em nível local, regional e federal, esse objetivo não foi alcançado. em relação às pautas relativas às mulheres vítimas de violência, o Sintraf investiu em ações de fortalecimento da independência financeira das mulheres rurais. Isto porque : “[...] quando a mulher depende financeiramente do homem, ela se torna incapaz de poder tomar qualquer decisão”²⁹. Dentre as estratégias voltadas para esse fim, destacaram-se a promoção de cursos voltados à formação política de lideranças; bem como para a comunicação comunitária. Além dos cursos sobre o beneficiamento de frutas; de produção de temperos; de produção de artesanatos. O sindicato também estimulou a produção de hortaliças, a criação de pequenos animais, incluindo aí acompanhamento técnico também para o escoamento da produção. Outra relevante ação foi a formação de grupos/cooperativas de produção que trabalhavam em parceria com uma organização responsável pela

²⁶ GENOLINA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 9 dez. 2019.

²⁷ GENOLINA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 9 dez. 2019.

²⁸ FÁTIMA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 10 dez. 2019.

²⁹ FÁTIMA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 10 dez. 2019.

chegada dos produtos ao mercado consumidor – o Arco Sertão³⁰. Todos esses esforços que primaram pela consolidação da autonomia financeira, fundamental para o empoderamento, especialmente de mulheres vítimas de violência. Entretanto, era preciso facilitar o acesso: “[ao] capital giro, pra gente poder desenvolver mais os nossos trabalhos”³¹.

Além da luta contra a violência doméstica, houve outra relevante – o acesso a um serviço de saúde pública de qualidade. Nesse sentido, uma das principais metas era a construção de um hospital/maternidade para atendimento da mulher do campo e da cidade. Mesmo sem ter sucesso nessa meta de extrema relevância, as trabalhadoras/agricultoras não arrefeceram o enfrentamento. Fizeram uma audiência pública na Câmara de Vereadores, apresentando uma emenda para o orçamento da saúde já para o ano de 2020. Porém, entre esse objetivo e a sua consecução, existia um desafio – a histórica dificuldade do poder público compreender a relevância de um hospital-maternidade voltado para o atendimento de mulheres no município.

Então, diante dos desafios enfrentados na luta por políticas públicas com foco no feminismo/gênero, as agricultoras perceberam que a organização inexoravelmente remetia à conquista de novos conhecimentos/saberes. De posse desses conhecimentos/saberes, elas alçaram uma leitura/compreensão política da própria realidade e da realidade coletiva. Daí a aquisição desses conhecimentos/saberes também terem como objetivo auxiliar as/os outras/os trabalhadoras/os agricultoras/os a “se informar, conscientizar, mobilizar e organizar a agricultura familiar”³². Isto porque era preciso: “[...] organizar [a] agricultura familiar [...]. Mostrar aos agricultores as vantagens de ser sindicalizado [...]”³³. Fato que demonstrou que na esfera do campesinato do município de Serrinha, foi por força também da participação das trabalhadoras/agricultoras, que o Sintraf despontou como uma importante instituição na organização e na luta em favor dos interesses dessas mulheres e de suas comunidades.

O ativismo das trabalhadoras/agricultoras evidenciou uma determinação sem igual, inclusive entre as mulheres da zona urbana. E tudo isto só foi possível porque elas apoderaram-se da sua entidade de classe, transformando-a para que refletisse seu projeto de ser humano e de sociedade. E ao acolher e refletir esse projeto, o Sintraf transformou as trabalhadoras/agricultoras em suas principais guardiãs. A confiança nelas depositadas retornou em forma de orgulho: “[...] eu tenho orgulho [...] Eu posso dizer da minha instituição, que me deu o direito de participar de tudo isso [...]”³⁴. Além de aguçar a sede de conhecer/saber: “[os] conhecimentos que hoje eu tenho [...] ainda

³⁰ Localizado no Sítio Alagoinhas, Serrinha/BA, às margens da BR 116, o Arco Sertão, de acordo com o site Arco Sertão Central (2020), é uma central, formada por cooperativas de produção da Agricultura Familiar e da Economia Solidária. Atualmente conta com 36 cooperativas de produção filiadas. Sua missão é comercializar produtos da agricultura familiar e economia solidária. Disponível em: <<http://www.arcosertaocentral.com.br>>. Acesso em: 6 fev. 2020.

³¹ MARIA JOSÉ (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 3 dez. 2019.

³² MARIA DOS PRAZERES (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 4 dez. 2019.

³³ JOVINA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 5 dez. 2019.

³⁴ GENOLINA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 9 dez. 2019.

é pouco! Eu ainda tenho muito a aprender [...]”³⁵. Tal fato deu mostras acerca do papel dos conhecimentos/saberes no empoderamento das agricultoras.

Sendo assim, se a política tornou a vida privada, mais política transformou a vida em pública. Desse modo, as “lutas de rua”, se deram pela necessidade de expressar algo fundamental: o acesso aos direitos. Não foi um aprendizado fácil “falar dos direitos”: “[...] Ah, antes eu era muito calada [...]. Antes não tinha coragem de pegar um microfone [...] hoje se eu for falar no microfone, eu falo em qualquer lugar, falo assim em público, não tenho muito medo mais não [...] eu tô ali [sic] [...] eu sou uma pessoa [...] que gosta de ser política. [...]”³⁶. Ou: “Eu era uma pessoa que [...] vivia só dentro de casa assim, mas não conhecia a luta do trabalhador rural”³⁷. No entanto, alçada a participação e o poder de expressão no espaço público, nada mais impediu essas mulheres de manifestar sua aptidão política, em suas itinerâncias pessoais e coletivas. Daí a relevância do sindicato enquanto espaço de fomento de conhecimentos/saberes para essas mulheres, que historicamente foram alijadas do direito à educação em espaços escolares. Pois que a sobrevivência era o foco central e a sua garantia exigia, não raras vezes, o abandono da escola. Abandono este decorrente do êxodo precoce (porque ocorria já na infância) para ocupar os postos de trabalho doméstico na cidade: “[...] os pais da gente [...] acabava dando a gente para as pessoas que tinha umas condição melhor, pra que a gente servisse na cozinha deles. Né? [sic] Aquilo eu considero hoje trabalho escravo; que eu acredito que foi isso [...] já quando eu era criança. Né? [sic]”³⁸. Então, se no âmbito da família, o acesso aos estudos era tão difícil, impensável seria na condição de agregada, análoga à condição de uma escrava.

Tanto para as agricultoras que permaneceram na roça, quanto para aquelas que migraram para as cidades, a dura rotina de trabalho e/ou à distância a ser percorrida para chegar até uma escola; foi algo revelador quanto à impossibilidade de viver em plenitude sua infância e adolescência e também quanto à falta de oportunidades de educação nos espaços escolares: “Minha adolescência não foi [...] como é que diz [...] muito boa, né [sic]! Porque [...] a gente tinha que trabalhar na roça [...] estudava longe [...]”³⁹. Assim, em face da falta de oportunidades, da socialização de gênero, da falta de autonomia e/ou especialmente da impossibilidade de permanência na escola, algumas das agricultoras optaram pelo matrimônio. Enquanto saída individualizada, o matrimônio ou os desdobramentos das separações que, em certos casos o sucedeu, foi à sobrecarga de trabalho reprodutivo/produtivo não reconhecido e para as chefes de família – o trabalho com remuneração menor que os homens. Em tal situação, dificilmente haveria tempo livre para os estudos.

Tendo em vista os fatos descritos acima, compreendemos a relevância atribuída por essas mulheres aos conhecimentos/saberes adquiridos no sindicato. Pois que mesmo no momento histórico, onde as lutas dos ativismos/movimentos das trabalhadoras/agricultoras familiares provocaram maior sensibilidade por parte do

³⁵ GENOLINA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 9 dez. 2019.

³⁶ CARMELITA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 6 dez. 2019.

³⁷ MARIA JOSÉ (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 3 dez. 2019.

³⁸ GENOLINA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 9 dez. 2019.

³⁹ VALDOMIRA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 11 dez. 2019.

Estado (no período de 2002 a 2016) frente aos desafios vividos por elas; o acesso à escola não foi tão fácil. Fato que demonstrou que a falta de oportunidades, pareceu perdurar em praticamente todas as fases das vidas dessas mulheres. Daí a relevância largamente atribuída por elas à participação no Sintraf Serrinha: “[...] o movimento é uma escola pra gente, pra mim mesmo foi uma escola, que eu aprendi muitas coisas boas”⁴⁰. Uma escola com metodologia própria, onde a dimensão política esteve inquestionavelmente implicada à conquista de direitos na “sociedade e na vida”. Uma escola onde ficou notabilizada a íntima relação entre conhecimento/saber e poder:

[...] eu acho que a conquista mais foi [...] elas poder sair da zona rural e vim pra cidade [sic]. Mas [...] não [...] pra morar, [e sim atrás] de uma conquista, um conhecimento melhor. [...] ser donas delas mesmo. [...] Porque [...] uma mulher empoderada [...] pode exercer um cargo, ela pode trabalhar, ela pode ser uma dona de casa, realmente, pode sim! Mas que ela tenha essa autonomia⁴¹.

Através dos conhecimentos/saberes construídos no Sintraf foi possível lutar por uma vida melhor, especialmente para a comunidade mais próxima e cara – a família. E trouxe como consequência a elevação do nível de escolaridade de suas filhas: “[...] hoje eu tenho uma filha que fez duas faculdades [e] está fazendo doutorado. E isso para mim é muito, muito gratificante! [...]”⁴². O acesso ao conhecimento também contribuiu para o questionamento/desconstrução da cultura machista:

[...] Eu tento o tempo todo mudar aquele pensamento machista dos meus filhos, inclusive que ele ouvia do pai. Aqueles comentários machistas que hoje eu tô tentando mudar [sic]. [...] Quando você tira o pensamento machista [...] de seus filhos, ele acaba também lhe ajudando em casa. Porque ele passa a lavar um prato, passa a varrer uma casa, então isso vai facilitando também [...]”⁴³.

Desse modo, os conhecimentos/saberes construídos pelas trabalhadoras/agricultoras foram fundamentais para o questionamento da divisão sexual do trabalho no espaço privado, redimensionando-o em bases mais coletivizadas.

O conjunto dos fatos discutidos até o presente momento acerca da repercussão dos saberes na vida demonstrou que um importante resultado foi a conquista de uma maior autonomia por parte das agricultoras. Isto porque tais saberes permitiram uma melhor compreensão acerca das relações de gênero em que elas estavam inseridas no contexto da família; como a luta contra os efeitos do domínio masculino nesse âmbito e em esferas mais amplas. Pois que as trabalhadoras/agricultoras rechaçaram na esfera privada os caprichos masculinos e na esfera pública a vitimização, defendendo altivamente sua dignidade. Os conhecimentos/saberes construídos através da

⁴⁰ CARMELITA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 6 dez. 2019.

⁴¹ VALDOMIRA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 11 dez. 2019.

⁴² FÁTIMA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 10 dez. 2019.

⁴³ GENOLINA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 9 dez. 2019.

participação no Sintraf foram fundamentais também para que elas adquirissem a devida clareza/atitude quanto ao seu projeto de vida.

Em relação à influência exercida pela participação das agricultoras no Sintraf Serrinha sobre o contrato de casamento/conjugalidade, um dos argumentos que sustentaram a aversão e a postura litigiosa de seus cônjuges, foi o fato de que elas estariam privilegiando as atividades do sindicato em detrimento das “tarefas do lar”. Esse argumento foi defendido por 37,5% dos companheiros/esposos. A depender das circunstâncias, as cobranças dos companheiros/esposos não eram veementes, porque as agricultoras se desdobravam para não deixar lacunas no cumprimento das tarefas domésticas. Todavia, nas situações em que elas não conseguiam, tais cobranças eram inevitáveis. Outro fato que sustentou a reação negativa dos esposos/companheiros foi o acesso das esposas/companheiras aos conhecimentos/saberes: “[...] ‘Estar no sindicato seria conhecer mais’. Então ele preferia que eu continuasse na ‘caverninha’”⁴⁴. A ruptura representada pela participação das trabalhadoras/agricultoras pareceu relacionar-se com atos de violência impetrados por alguns cônjuges. Tal fato constituiu uma evidência da relação intrínseca entre os conhecimentos/saberes e o empoderamento das trabalhadoras/agricultoras. Algo muito perigoso ao domínio masculino presente no contrato de casamento/conjugalidade.

Entre os companheiros/esposos que faziam parte do Sintraf Serrinha – 62,5 % eram favoráveis à participação das esposas/companheiras no sindicato. Em algumas situações, ambos já possuíam itinerâncias nos ativismos/movimentos que antecederam e se encontraram no Sintraf. Em outros casos, os esposos/companheiros já eram sindicalizados e as esposas/companheiras não participavam de nenhum ativismo/movimento social. No entanto, eles as incentivaram a participar para que não ficassem fora do movimento. Dentre as trabalhadoras/agricultoras que tinham cônjuges/companheiros nesse grupo foi bastante enfatizado o reconhecimento da família e da comunidade quanto ao trabalho desenvolvido por elas no Sintraf: “Na minha família, tudo bem! Graças a Deus, todo mundo me apoiava [...] porque diziam assim ‘Você é uma pessoa que o que se passa lá, você traz aqui pra comunidade!’”⁴⁵. Fato que contribuiu para a redução da distância entre o papel político desempenhado pelas trabalhadoras/agricultoras e pelos homens em suas comunidades.

Houve apenas um companheiro/esposo que se mostrou indiferente. No entanto, em razão da maledicência de amigos e da crise no casamento mudou de opinião, passando a questionar a participação da esposa/companheira: “[...] acho que os amigos começaram a ficar falando coisas com ele. Aí ele começou a questionar um pouco. Então eu disse a ele ‘Você não vá atrás de seus amigos, que onde eu tô eu sou uma mulher de respeito! [sic] [...]’”⁴⁶. A ocupação do espaço público, aliada à crise no casamento, a tornou sujeita ao rótulo de conduta duvidosa. Passível como diria Ferreira (2016), ao monitoramento de pessoas como os amigos do esposo. No entanto,

⁴⁴ Alusão ao “Mito da caverna” de Platão utilizado como metáfora na palestra ministrada pela Profa. Dra. Janeide Bispo, no Sintraf Serrinha, em 2017.

⁴⁵ MARIA DOS PRAZERES (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 4 dez. 2019.

⁴⁶ CARMELITA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 6 dez. 2019.

essa situação foi enfrentada pela agricultora com coragem e determinação. A inevitável ruptura do casamento não trouxe sofrimento, haja vista sua pequena; mas, suficiente capacidade financeira para manter a família. Houve momentos em que a cobrança dos companheiros/esposos se deu em razão da interferência da jornada prol militância na vida sexual do casal:

Às vezes ele dizia assim: “Êta! Que tu hoje tá cansada! Tu deitou e dormiu a noite toda!”. Aí eu dizia: “Oh! É o cansaço. Né?! Mas isso aí é por causa do dia da luta [...]. Tinha dia que a gente não tava afim de fazer amor. [...]. Aí ele achava... “É o cansaço, né?” [sic] Mas, isso é coisa da vida, depois tudo passa⁴⁷.

Todavia, a cumplicidade e o diálogo existente foram capazes de atenuar a situação entre o casal.

Além dos companheiros/esposos, as filhas questionaram o tempo de cuidados e atenção que deixaram de dispor, em razão da ausência provocada pela militância das trabalhadoras/agricultoras. As cobranças dos companheiros pareceram mais fáceis de lidar do que as cobranças das filhas: “É! Agora só que ela tá assim [...]. [...] Depois da morte da avó, ela ficou assim. Que eu tô tendo dificuldade com ela pra saí [sic] de casa. Mesmo com a tia junto com ela [...]. [...] ela tem medo [...] sabe que eu saio, mas não sabe se eu volto. Então essa dificuldade que eu tô tendo com ela até hoje [sic]”⁴⁸. Algumas queixas levaram anos para serem expressas. E foram feitas por uma filha adulta, que cheia de atribuições (professora, doutoranda e com extensa agenda de viagens) avaliou que conseguia dar mais atenção à filha, do que recebeu da mãe militante.

Surgiram cobranças do contorno externo às famílias das trabalhadoras/agricultoras. Algumas vieram da vizinhança. Motivada por uma briga entre seu filho e o filho de outra agricultora entrevistada, uma vizinha a acusou de negligência. As cobranças e críticas também vieram da escola em razão da impossibilidade de uma das agricultoras em acompanhar as reuniões de pais e mestres:

[...] às vezes eu não podia participar da reunião de pais. Aí acabava mandando a menina. Né? [sic] Mesmo às vezes ela não sendo de maior, mas eu acabava mandando ela pra a reunião; pra que ela trouxesse [...] os problemas ou a discussão que houve lá no colégio – os encaminhamentos pra mim. E aí eu fui chamada atenção também no colégio por não tá participando, por tá mandando a menina. Né! [sic]⁴⁹.

Esse fato revelou que para as trabalhadoras/agricultoras divorciadas e chefes de família, os desafios eram maiores porque eram vividos quase que solitariamente. A ausência de um cônjuge não as tornou imunes à cultura machista presente na

⁴⁷ MARIA DOS PRAZERES (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 4 dez. 2019.

⁴⁸ JOVINA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 5 dez. 2019.

⁴⁹ GENOLINA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 9 dez. 2019.

vizinhança e na escola por exemplo. Fato que revelou dentre outras coisas, a ausência do Estado no suporte às mulheres, mães, trabalhadoras/agricultoras familiares, que ao longo do tempo, tiveram que suportar altíssimos níveis de pressão.

O conjunto das informações levantadas nos permitiu inferir que a conquista do espaço público colocou as agricultoras diante do imperativo da conciliação das várias jornadas de trabalho (casa/família, roça e sindicato): “[...] na cabeça dele a mulher é [que] tinha que fazer tudo! Se ela quer trabalhar, ela tem que trabalhar e cuidar de dentro de casa primeiro para depois ir trabalhar. Não tinha essa, não era muito de fazer nada dentro de casa não”⁵⁰. Apesar das dificuldades vividas ao longo do processo, outras conseguiram se adaptar, criando estratégias para lidar com a situação. Outras ainda, de tão determinadas, asseguraram a participação sindical através de uma rígida organização e distribuição do tempo. Em outros casos, mesmo tendo a anuência dos esposos para participação sindical, a sobrecarga de tarefas só minorou quando as filhas e os filhos cresceram e passaram a auxiliá-las. Dessa forma, a divisão de tarefas domésticas na família das agricultoras esteve implicada a um movimento de aproximação do domínio masculino. Onde não raras vezes, a divisão de tarefas foi marcada pela subordinação e servidão enquanto condição do sexo/gênero feminino: “Não vou dizer assim, que não tem a colaboração do marido, tem”. [...] Mas no trabalho doméstico mesmo, de mão na massa e dentro de casa, mais sou eu... [sic] E essa cunhada”⁵¹.

Houve também um movimento de afastamento do domínio masculino: [...] quando eu não tô [sic] em casa, meu filho lava prato, meu marido varre casa, meu marido lava roupa, faz comida. Quando eu tô [sic] lavando roupa, meu marido faz comida. A gente não tem isso! [...]”⁵². Tal movimento se caracterizou: a) pela ruptura com relações conjugais desgastadas pela “exploração” doméstica; b) pela institucionalização de uma nova divisão sexual do trabalho a partir da construção de novos saberes e a instituição de uma vivência cotidiana da solidariedade; c) por uma nova divisão sexual do trabalho onde havia aceitação dos filhos e resistência dos pais/cônjuges; d) por uma divisão sexual do trabalho em transição; e) por um consenso familiar e coletivismo na divisão sexual do trabalho. Em face do exposto, inferimos que enquanto importante indicador sobre a conquista de uma maior autonomia das trabalhadoras/agricultoras no âmbito da família e da conjugalidade/contrato de casamento, a divisão de tarefas domésticas na família revelou que embora marcados por nuances conservadoras, houve avanços consideráveis quanto à redução da sobrecarga de trabalho das agricultoras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização de uma investigação de cunho autobiográfico evidenciou, como diriam Silva e Mendes (2015), uma inquestionável implicação entre o eu e o outro,

⁵⁰ HELENA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 12 dez. 2019.

⁵¹ JOVINA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 5 dez. 2019.

⁵² MARIA JOSÉ (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 3 dez. 2019.

entre a singularidade de uma história de vida e a amplitude de uma história coletiva. Então, ao nos debruçarmos sobre o empoderamento vivido pelas agricultoras e os saberes a eles implicados, constatamos que eles indiscutivelmente repercutiram no espaço público. No entanto, o espaço privado representado pelo contrato de casamento/conjugalidade e pela família também foram indelevelmente tocados. Alguns dos traços do empoderamento dessas mulheres se mostraram através do autorreconhecimento como agricultora familiar.

Autorreconhecimento que se deu numa perspectiva que apresentou uma dimensão simbólica, enquanto experiência pessoal implicada ao afeto à casa, aos animais e à roça. Que apresentou uma dimensão econômica não exatamente capitalista, mas a do produzir para viver num tempo que provavelmente não se enquadraria na lógica voraz das demandas de mercado. Um tempo capaz de evocar memórias relevantes de suas histórias de vida e que se projetava e se resignificava na diversificação da produção agrofamiliar. E, por fim uma dimensão política sob o prisma de uma ruptura com relações trabalhistas de base escravista. Bem como, a crescente conquista de maior poder de decisão na gestão e distribuição dos recursos financeiros auferidos através da agricultura familiar.

Evidências acerca dos saberes implicados ao empoderamento emergiram através da inserção na luta sindical, permitindo uma melhor leitura/compreensão política da própria realidade evidenciada, por exemplo, através da clareza quanto à vivência do trabalho em condições análogas ao trabalho escravo. Ou ainda de uma melhor leitura/compreensão da realidade coletiva no intuito de “informar, conscientizar e mobilizar; com vistas a organizar a agricultura familiar”. Saberes que precisam ser potencializados através da luta em favor do acesso e elevação da escolaridade não apenas das gestoras do Sintraf Serrinha; como das crianças, jovens e adultos de suas comunidades.

Sobressaíram também traços acerca do empoderamento das trabalhadoras/agricultoras no contrato de casamento. A participação delas no Sintraf Serrinha foi avaliada negativamente por uma pequena, mas significativa parte de companheiros/esposos dessas mulheres. Isto em razão de que, ao retirá-las do confinamento doméstico, a participação permitiu-lhes o acesso a novos e ameaçadores conhecimentos. Algo que certamente gerou instabilidade ao domínio masculino no âmbito do contrato de casamento/conjugalidade. No entanto, elas receberam o incentivo e apoio da maioria dos esposos/companheiros. Algo revelador quanto à mudança de postura desses homens em relação à circulação/ocupação dos espaços públicos por suas esposas/companheiras.

Apesar do avanço na divisão das tarefas domésticas, não houve avanços quanto ao compartilhamento dos cuidados com as filhas e os filhos. A responsabilidade cabia quase que integralmente às agricultoras. Quando muito, essa responsabilidade era partilhada com outras mulheres da família: tias e/ou avós e/ou filhas mais velhas. Tal constatação revelou a abertura de outros campos de luta. Um campo de luta no seio da família através da divisão equitativa dos cuidados com as filhas e filhos com os cônjuges. Outro através da desnaturalização da cultura machista ainda presente na esfera privada familiar e na esfera pública representada por vizinhas/os e escola. E outro ainda no âmbito das políticas públicas com foco no sexo/gênero. Isto como

forma de que as mães e mães solteiras e/ou divorciadas obtivessem as condições necessárias para militar/ trabalhar e deixar suas filhas/os seguras/os e protegidas/os.

Então, diante de toda discussão provocada/travada nessa investigação, concluímos que o empoderamento conquistado por essas mulheres no espaço público do Sintraf Serrinha se replicou no espaço privado do contrato de casamento/conjugalidade e família. Esse empoderamento trouxe em si o conteúdo absolutamente revolucionário dos conhecimentos/saberes. Foi através dos conhecimentos saberes que essas mulheres se reconheceram na sua identidade de sexo/gênero, de agricultora familiar e de sujeitas de direitos. Foi através dos conhecimentos/saberes que as trabalhadoras/agricultoras participaram individual e coletivamente na luta contra a violência doméstica; na luta por políticas públicas para saúde. E, na afirmação no seio da família, do seu direito individual e coletivo de ocupar e expandir suas aptidões políticas no espaço público.

O estudo também evidenciou que o Sintraf Serrinha precisa avançar mais em ações comprometidas com a elevação da escolaridade de suas gestoras, intensificando também a luta por políticas públicas de educação no e do campo. Pois que, certamente contribuirá não apenas para a potencialização da luta das agricultoras em termos da agenda de sexo/gênero/feminismos, com rebates diretos na melhoria da qualidade nas comunidades; como também no fortalecimento do movimento sindical rural. Tendo em vista a necessidade de aprofundamento de aspectos que não foram possíveis de serem aprofundados nesse estudo, recomendamos estudos posteriores para uma abordagem mais acurada das seguintes questões⁵³: poder e prazer; sexualidade e afeto, direitos sexuais e reprodutivos; violências domésticas, institucionais e violência no campo; entre outros. Recomendamos também estudos acerca das relações entre família e poder no Território do Sisal; além de estudos sobre novas masculinidades no sindicalismo rural serrinhense.

Chegamos a esse ponto do percurso, onde a análise apurada das experiências que encontraram eco na *praxis* das trabalhadoras rurais/agricultoras familiares do Sintraf Serrinha, entre limites e desafios, a potencialidade política dessas mulheres. Eis que aprendemos muito e este aprendizado teve o dever de se revelar epistemologicamente. Então, o rigor científico perseguido aqui se justificou enquanto crítica e ruptura com os processos de colonização/dominação. E se dispôs à colaboração com sistemas sociais orientados pela égide da inclusão e humanização; a partir das condições de pesquisa instauradas pelo fenômeno representado pelo empoderamento das trabalhadoras rurais/agricultoras familiares inseridas na gestão do Sintraf Serrinha. Investigação esta que se propôs abordar rigorosa, mas, sensivelmente o legado resultante das relações decorrentes do contrato de casamento/conjugalidade e do convívio familiar de mulheres líderes de sindicato. Isto como forma de dar visibilidade às transformações nas relações de poder, onde objetivamente estas precisavam ser revistas: na intimidade; aspecto que revelou a intrínseca relação entre o saber/poder na histórica transformação das vidas público-privada dessas mulheres.

⁵³ Sugestões quando da qualificação da tese, base deste artigo, pela professora Mary Garcia Castro (2019).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A. M. Notas sobre a família no Brasil. In: _____ et al. **Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; UFRRJ, 1987.

ARAÚJO, A. J. **A família de Serrinha**. Serrinha, Ba: Tipografia do “O Serrinhense”, 1927.

ARCO SERTÃO CENTRAL. **Cooperados**. Arco Sertão Central – Armazém da Agricultura Familiar. Disponível em: <<http://www.arcosertaocentral.com.br/cooperados/serrinha>>. Acesso em: 18 jul. 2020.

BOUDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Diretrizes operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo**. Brasília, 2004.

BUTTO, A.; HORA, K. E. Mulheres e Reforma Agrária no Brasil. In: LOPES, A. L.; BUTTO, A. Z. [Orgs]. **Mulheres na reforma agrária a experiência recente no Brasil**. Brasília: MDA, 2008.

CASANOVA, P. G. Interdisciplina e Complexidade. **As novas ciências e as humanidades, da academia à política**. São Paulo: Boitempo, 2006.

FRANCA, M. A. C. **Será o homem a cumeira da casa? Ou sou dona do meu próprio nariz? Violência contra mulheres rurais na Bahia**. 2018. 331 f. Tese (Doutorado Interdisciplinar) - Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

FRANCO, T. **Serrinha: a colonização portuguesa numa cidade do sertão da Bahia**. Salvador: EGBA/Assembleia Legislativa do Estado, 1996.

HORA, K.; BUTTO, A. Políticas públicas para mulheres rurais no contexto dos Territórios da Cidadania. In: BUTTO et al. [Org.]. **Mulheres rurais e autonomia: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos Territórios da Cidadania**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014.

LIMA, J. S.; NETO, A. S. C. Território do Sisal-Bahia: da difundida precariedade ao fortalecimento dos ativismos sociais. **Revista do Programa de Pós-graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES**. jan./jun. 2017, p. 51-71. ISSN 2175 -3709.

LOZANO, M. S. P. L. **Políticas públicas e mulheres trabalhadoras rurais brasileiras**. 2017. 405 f. Tese (Doutorado Interdisciplinar) - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

MAGALHÃES, R. S.; ABRAMOVAY, R. A formação de um mercado de microfinanças no sertão da Bahia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 2007, v. 22, n. 63, p. 107-120. Disponível em: <http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/outros_trabalhos/2006>. Acesso em: 21 jun. 2007.

MORAES, L. L. **Entre o público e o privado**: a participação política de mulheres rurais do sertão pernambucano. 2016. 264 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

MORIN, E. O desafio da complexidade. In: **Ciência com consciência**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

NASCIMENTO, H. M. **Conviver com o sertão**: origem e evolução do capital social em Valente/BA. São Paulo: Annablume/FAPESP; Valente, BA: Apaeb, 2003.

NASCIMENTO, T. R. B. **Dimensão educativa da participação das trabalhadoras rurais na gestão do Sintraf Serrinha**. 2009. 173 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação na Contemporaneidade, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2009.

PALUDO, C. **Educação popular em busca de alternativas**: uma leitura desde o campo democrático popular. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

PATEL, M. J. V. M. S. **Família, trabalho e relações conjugais**: perspectivas de dominação e de igualdade no feminino e no masculino. 2005. 247 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia: Construção Europeia e Mudança Social em Portugal) - Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2005.

PATEMAN, C. **O contrato sexual**. Trad. Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

RÊGO, A. H. **Família e coronelismo no Brasil**: uma história de poder. São Paulo: A Girafa Editora, 2008.

RIBEIRO, R. Belinha Maciel. **Jornal O Serrinhense**. Serrinha, 29 mai. 1927, p. 1.

_____. Dr. André Negreiros Falcão. **Jornal O Serrinhense**. Serrinha, 21 ago. 1927, p. 1.

_____. Cel. Luiz Nogueira. **Jornal O Serrinhense**. Serrinha, 2 out. 1927, p. 1.

SAFFIOTI, Heleieth. **Ontogênese e filogênese do gênero**: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. Flacso Brasil. Série Estudos e Ensaios; Ciências Sociais, jun. 2009, p. 1-44.

SALVARO, G. I. J. et al. “Mulheres agricultoras” e “mulheres camponesas”: lutas de gênero, identidades políticas e subjetividades. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, 2013, v. 25, n. 1. p. 79-89.

SHIVA, V. O empobrecimento do ambiente: as mulheres e as crianças para o fim. In: MIES, Maria; _____. **Ecofemismo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

SILVA, F. C. R.; MENDES, B. M. M. Narrativas de professores de Geografia: a escrita de si como projeto e formação. In: PORTUGAL, J. F.; CHAIGAR, V. A. M. [Orgs.]. **Ensino e pesquisa em educação geográfica: memórias, histórias de vida e narrativas docentes**. Salvador: EDUFBA, 2015.

TORRES, A. C. **Casamento: conversa a duas vozes e em três andamentos**. IV Congresso Português de Sociologia. Disponível em: <<https://aps.pt/wp-content/uploads/2017/08>>. Acesso em: 28 jan. 2020.

VERONEZZE, F. **Resistência, empoderamento e emancipação: as militantes da organização de mulheres assentadas e quilombolas do estado de São Paulo (Omaquesp)**. 2018. 171 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2018.

A SOCIALIZAÇÃO DE GÊNERO NA AGRICULTURA FAMILIAR

Nilson Weisheimer⁵⁴

RESUMO

O objetivo do artigo é analisar o processo de socialização de jovens na agricultura familiar em suas diferenciações de gênero. Utilizamos informações de pesquisa empírica representativa de jovens ocupados na agricultura familiar no estado do Rio Grande do Sul. Os resultados demonstram uma intensa participação dos jovens de ambos os sexos no trabalho e uma divisão do trabalho familiar segundo critérios de gênero e geração que reproduz desigualdades atribuindo às mulheres jovens a posição mais baixa nas hierarquias familiares não reconhecendo a importância de sua contribuição para reprodução social da agricultura familiar.

Palavras-chave: Juventude; Socialização; Gênero; Agricultura familiar.

GENDER SOCIALIZATION IN FAMILY FARMING

ABSTRACT

The article investigates the socialization process of young people in family farming in terms of their gender differences. We use information from empirical research representative of young people engaged in family farming in the South of Brazil. The results demonstrate an intense participation of young people of both sexes in work and a division of family work according to gender and generation criteria that reproduces inequalities attributing to young women the lowest position in family hierarchies without recognizing the importance of their role for the social reproduction of family farming.

Keyword: Youth; Socialization; Gender; Family farming.

⁵⁴ Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em 2009. Professor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdade e Desenvolvimento (PPGCS/UFRB). Líder do Grupo de Pesquisa Observatório Social da Juventude. Cumpriu estágio pós-doutorado no Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP), em 2015. Recebeu o Prêmio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) de Teses de Sociologia, em 2010.

INTRODUÇÃO

Esse artigo articula as temáticas de gênero e juventude na agricultura familiar. As complexas relações entre estas categorias atravessam a situação juvenil na agricultura familiar e suas dimensões materiais e simbólicas. Institui um sistema de diferenciação social no acesso a recursos que permitem ao jovem ter autonomia material; no processo de socialização familiar, escolar, e em espaços de sociabilidades juvenis; com reflexo no conjunto de representações sobre o modo de vida na agricultura e nos projetos juvenis de escolarização, profissão e de vida (WEISHEIMER, 2019). Frente à complexidade do tema, nesse escrito buscaremos abordar especificamente como as relações sociais de gênero e geração estruturam a socialização de jovens no processo de trabalho familiar agrícola.

Desde o trabalho pioneiro de Beatriz Heredia (1979) nos anos de 1970 em que demonstrou como o trabalho familiar se estrutura a partir da oposição entre casa e roçado, como expressão da divisão sexual do trabalho, o tema vem recebendo atenção de diferentes pesquisadoras e pesquisadores. Heredia, Gracia e Garcia Jr. (1984), Paulilo (1987, 2004) e Wootmann (1995) buscam romper com a invisibilidade do trabalho feminino ao abordarem as relações sociais no interior de unidades de produção familiares destacando o papel das mulheres nas dinâmicas produtivas e reprodutivas da agricultura familiar. Descrevem uma divisão sexual do trabalho, onde as mulheres executam com exclusividade o trabalho doméstico; são responsáveis, algumas vezes com os jovens, pelo entorno da casa e o manejo de animais de pequeno porte ligados ao autoconsumo das famílias. Tarefas essas que, simplesmente, por serem realizadas por mulheres não são reconhecidas como trabalho. Além disso, elas atuam ao lado dos homens na “lida da roça” no trabalho agrícola estrito, que envolve desde a preparação para plantio até a colheita, sendo essa participação de mulheres caracterizado como “ajuda”. Concluem que as mulheres têm participação relevante no trabalho familiar, tanto nas atividades consideradas produtivas, quanto naquelas tarefas que são reprodutivas da força de trabalho e das unidades de produção família. A condição feminina na agricultura familiar, marcada pelo não reconhecimento, tem sido desvantajosa para as mulheres, por consequência, no acesso aos resultados do trabalho familiar e também em relação às práticas de herança do patrimônio familiar e sucessão geracional das unidades produtivas.

Buscamos seguir a trilha desses estudos tomando o trabalho familiar como elemento central da reprodução social da agricultura familiar. Neste sentido, toda a força de trabalho da família tende a ser direcionada e organizada para a realização do trabalho agrícola. Esta organização do trabalho familiar baseia-se numa divisão sexual e etária de tarefas, com precedência em hierarquias no interior do grupo doméstico e que prescrevem papéis sociais diferenciados por critérios de sexo e idade, que caracterizam as relações sociais de gênero e geração neste espaço social.

Nossa proposta é combinar os enfoques de gênero e o geracional – juvenil, desenvolvendo uma análise das relações sociais de gênero e de gerações a partir das perspectivas dos e das jovens. Assim, procuramos interpretar o significado da participação dos jovens agricultores familiares nos processos de socialização no trabalho familiar agrícola. Nesse sentido, uma primeira tarefa foi discorrer sobre o

conjunto de estruturas e práticas sociais que presidem à constituição do jovem agricultor familiar como categoria social através das dinâmicas da socialização familiar na agricultura.

O objetivo desse artigo é analisar os processos de socialização dos jovens na agricultura familiar para identificar as diferenciações de gênero nesse processo. Entre os objetivos específicos nos propomos: i) situar teoricamente os jovens agricultores familiares e o processo de socialização na agricultura familiar; ii) comparar a participação dos homens jovens e mulheres no trabalho familiar segundo a intensidade de seu envolvimento no trabalho e sua participação na divisão do trabalho familiar.

A hipótese que orientou o estudo foi que a socialização na agricultura familiar reproduziria os papéis sociais de gênero. Além disso, a intensa participação juvenil no trabalho seria invisibilizada na categoria ajuda, sendo que a força trabalho feminina exerce funções indispensáveis à reprodução social das famílias agricultoras.

A base da análise foi uma pesquisa empírica representativa do universo de jovens ocupados na agricultura familiar no estado do Rio Grande do Sul (WEISHEIMER, 2019a)⁵⁵. Na ocasião foram entrevistados 681 jovens de 15 a 29 anos de idade. Nesse artigo, a descrição do processo de socialização no trabalho familiar agrícola envolve indicadores referentes ao tempo de participação e o tipo de atividade realizada. Para medir essa participação no trabalho familiar utilizamos como variáveis categóricas os dias de trabalho e a jornada diária de trabalho e uma média aritmética do padrão temporão da ocupação dos jovens. Para analisar a participação juvenil na divisão do trabalho familiar foram reunidas 31 variáveis independentes que indicam a realização de tarefas por diferentes membros das famílias em tarefas administrativas, tarefas agrícolas e tarefas domésticas. Ao longo da análise se procede uma comparação pela variável nominal sexo, para evidenciar as diferenciações sociais de gênero nesse processo.

O artigo está organizado em duas sessões. Uma dedicada à revisão teórica conceitual das categorias de análise, que visa apresentar a especificidade sociológica dos jovens agricultores familiares, do processo de socialização e de como essa se institui como socialização profissional e de gênero. Na segunda sessão, descrevemos a intensidade da participação juvenil no trabalho familiar agrícola e na divisão social do trabalho nas unidades de produção familiares.

1. JUVENTUDE E SOCIALIZAÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR

Entendemos que juventude é uma categoria relacional (BOURDIEU, 2019) que está em reciprocidade total com a sociedade (MANNHEIM, 1982). “A juventude é, ao

⁵⁵ Os resultados apresentados nesse artigo são provenientes do estudo que resultou na publicação intitulada “A situação juvenil na agricultura familiar” (WEISHEIMER, 2019). Nela, o leitor encontrará em detalhe os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa, seus elementos de validação e generalização. Uma versão completa desse trabalho, com acesso livre, disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/15908/000693991.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 15 jul. 2020.

mesmo tempo, uma fase de vida, uma força social renovadora e um estilo de existência” (FORACCHI, 1965, p. 302). Por jovens designamos os indivíduos que vivem os processos de socialização específicos. O jovem é “um ser socialmente dependente, em busca de recursos eficientes de autonomia ou de emancipação” (FORACCHI, 1965, p. 18). Temos os jovens como sujeitos cujas trajetórias envolvem processos de socialização que visam efetivar a transição da condição social de dependência da infância à autonomia na “vida adulta”. A condição juvenil corresponde ao modo como a sociedade constitui e atribui significados às juventudes em determinadas estruturas sociais (SPOSITO, 2003), que por sua dependência em relação à manutenção acaba sendo de subordinação aos adultos, ou seja, a condição juvenil é uma posição subalterna na hierarquia social. Por sua vez, “a situação juvenil” diz respeito aos diversos percursos experimentados pela condição juvenil, ou seja, traduz as suas diversas configurações (SPOSITO, 2003).

A socialização é uma “ampla e consciente introdução de um indivíduo no mundo objetivo de uma sociedade ou setor dela” (BERGER; LUCKMAN, 1973, p. 175). Envolve processos socialmente estruturados de transmissão de saberes que permite a “produção de um sistema disposições que é o *habitus*, mediação entre as estruturas e a prática” (BOURDIEU, 2005, p. 296). Os processos de socialização são condicionados pela posição dos sujeitos na ordem social vigente, ou seja, por sua condição de classe social. As classes sociais são grandes grupos humanos que se diferem entre si pela posição que ocupam nas relações sociais, num determinado modo de produção, como proprietários ou não de meios de produção.

Para reconstrução sociológica do jovem como sujeito e a compreensão de suas práticas e representações é necessário considerar a articulação entre a sua condição de classe social e o processo de socialização predominante que o define. Essas, juntamente com as condições de gênero e étnico-raciais dos indivíduos são geradoras de todo um “sistema de diferenças” sociais. No contexto em análise, a família e a classe social conferem sentido aos jovens agricultores e às suas trajetórias sociais, fornecendo-lhes os princípios geradores e unificadores de sua visão de mundo, valores e crenças fundamentais que é o *ethos* (BOURDIEU, 2009). Conforme Bourdieu (2005, p. 296), “a produção do sistema de disposição que é o *habitus*” realiza a “mediação entre as estruturas e as práticas”. Com este conceito, ele busca dar conta, na explicação das práticas sociais previamente orientadas por disposições incorporadas, da interdependência entre a realidade objetiva (da estrutura social) e a subjetiva (da ação social), que o leva a percebê-la em relação à divisão de classes sociais.

Esta dimensão relacional da socialização, que produz a incorporação das disposições de classe, através de um *habitus* e de princípio de orientação de um *ethos* de classe, significa o entendimento de que os indivíduos tendem ter projetos ajustados a sua realidade. Ou seja, este mecanismo assegura a adesão dos agentes à reprodução de sua posição social e a sua participação ativa neste processo de reprodução. Disto pode-se sustentar que a disposição de um jovem agricultor familiar será de se orientar “por suas propriedades intrínsecas e pelas propriedades relacionais inerentes à sua posição no sistema das condições” e reagirá a elas como aprendeu precocemente a fazer, contribuindo, assim, para a reprodução de seu grupo social. Isto porque o *habitus*, nada mais é do que a cultura do seu grupo de origem, incorporada à sua personalidade através dos processos de socialização, reformada por *ethos* que dá

coerência a uma visão de mundo e valores que reforçam o pertencimento a essa classe social.

Conforme essa posição teórica, a socialização produz a incorporação de disposições de maneiras de pensar e de agir, em conformidade com os valores culturais e sociais do grupo de origem dos jovens, os quais tendem a enfatizar a incorporação de disposições necessárias à reprodução social. Deste modo, é preciso estar atento para o fato de que esta socialização se, por um lado, engendra estratégias objetivas que cumprem funções de reprodução; por outro, é orientada para a conservação ou para o aumento do patrimônio familiar. Ou seja, para reproduzir as condições de produção será necessário querer alcançar um *status* superior e não manter a mesma posição da origem. Sem esta possibilidade de progressão, via adaptação a novos contextos e desenvolvimento de inovações, a própria reprodução passa a estar em risco. Assim a reprodução social do trabalho familiar agrícola implica também na sua transformação, ou ao mesmo na reconversão de parte de sua força de trabalho para outras relações de produção produzindo os elementos que asseguram a continuidade e os que estabelecem rupturas com esse processo e trabalho.

Os jovens agricultores familiares constituem uma categoria social específica devido à sua socialização no processo de trabalho familiar agrícola. Como eles são membros de uma unidade doméstica que também atua como unidade de produção agrícola, predomina a instituição de saberes, normas e valores do universo da família e do processo de trabalho que esta realiza. Com efeito, a socialização realizada neste contexto produz a incorporação de saberes específicos associada à configuração de identidades sociais e profissionais ligados à agricultura. Diferentemente de outros jovens, sua identidade social se constrói em relação ao trabalho familiar agrícola, o que produz os dilemas e as características diferenciados de sua situação juvenil. Essa condição impõe uma ambivalência em relação ao trabalho agrícola e à herança do patrimônio familiar que caracterizará a condição juvenil na agricultura familiar.

O processo de trabalho ocorre pela articulação entre as forças produtivas (meios de produção e trabalho) e determinadas relações sociais de produção. O processo de trabalho familiar agrícola se distingue dos demais em função dessas relações decorrerem da reciprocidade das obrigações familiares e não por relações de trabalho assalariadas, assim, por consequência, inexistente a extração de mais-valia no âmbito da família. Além disto, este processo de trabalho visa a reprodução social da família e da unidade produtiva, tanto no ciclo curto (reprodução biológica) como no ciclo longo (reprodução geracional) e não na acumulação de capital. Esses dois aspectos conferem um caráter não capitalista ao processo de trabalho familiar, embora os agricultores estejam subordinados ao modo de produção capitalista como “produtores simples de mercadorias” (MARX, 1985). Com efeito, esse processo gera uma diferenciação social a partir da integração mercantil – separando os agricultores que conseguem se capitalizar, dos que não conseguem manter seus meios de produção (LENIN, 1982). Essa diferenciação também pode resultar da composição e evolução do ciclo demográfico da família, alterando ao longo do tempo a relação entre trabalho e consumo (CHAYANOV, 1974). Ou seja, a composição familiar determina a forma que assumirá a divisão sexual do trabalho, culturalmente estabelecida. A condição de gênero atua como dispositivo mediador entre o material e o simbólico. Com efeito, este processo de trabalho constrói não só o espaço agrícola, mas também

espaços de relações sociais de geração e gênero. O processo de trabalho constitui-se no espaço privilegiado de socialização das novas gerações na lógica do trabalho e da produção familiar. Este constitui-se ainda em um espaço de inserção das novas gerações na atividade produtiva, o que envolve a construção de saberes necessários à reprodução do processo de trabalho. Logo, este se realiza com base em saberes e práticas que serão construídos e transmitidos através do próprio trabalho, o que confere um caráter socializador, de ensino e aprendizado, ao processo de trabalho familiar agrícola.

A socialização dos jovens agricultores se realiza, principalmente, como imersão em uma atividade laboriosa. Embora os jovens de ambos os sexos estejam inseridos no “mundo adulto” pela produtividade de sua força de trabalho, isso se realiza parcialmente, uma vez que filhas e filhos permanecem subordinados à autoridade dos pais na atividade produtiva, não superando o que caracteriza sua condição juvenil de dependência. Por isto, a inserção no processo de trabalho familiar agrícola não é suficiente para torná-los sociologicamente adultos. Trata-se, na verdade, de um treinamento que tem como finalidade prepará-los para, no futuro, tornarem-se agricultores independentes. Portanto, será o domínio sobre o saber fazer da agricultura, e não a idade, que proporcionará seu reconhecimento social como agricultor adulto, isto é, apto a construir uma nova família e dirigir uma unidade produtiva independente. Desta forma, a socialização no processo de trabalho familiar agrícola constrói a categoria social dos jovens agricultores familiares.

A estrutura objetiva, que é o trabalho familiar, tende a produzir, como efeito do processo socializador, as disposições necessárias para que os jovens agricultores desempenhem ações estruturadas capazes de reproduzir esta estrutura objetiva que é o processo de trabalho e sua forma de organização. Essa é a função do processo de socialização orientado para a reprodução geracional do trabalho agrícola. Ou seja, se trata de um processo de socialização que não é simplesmente familiar. Ele é também profissional, no sentido de que isto implica tanto numa posição nas relações sociais de produção, quanto em juízos de valor e prestígio. Temos, portanto, uma socialização profissional como uma espécie de imersão na cultura profissional, uma identificação das funções e tarefas a serem realizadas e a identificação com o grupo de referência (DUBAR, 2005).

Claude Dubar (2005) recorre à abordagem interacionista de Everett Hughes (1955) para falar de uma espécie de “iniciação” à cultura profissional capaz de permitir a “conversão” do indivíduo a uma concepção de si e de mundo. Em suma, de uma identidade socioprofissional. Com base nisto, aponta para três mecanismos específicos de socialização profissional: a passagem através do espelho; a instalação na dualidade e “o ajuste” da concepção de si. O primeiro, denominado “passagem através de espelho” que seria a imersão em uma cultura profissional e a identificação progressiva com a função. O segundo corresponde à “instalação na dualidade” formada pelo modelo ideal que caracteriza a dignidade da profissão, sua valorização simbólica, e o “modelo prático” que corresponde às tarefas cotidianas e aos trabalhos duros, que guardam pouca relação com o primeiro (DUBAR, 2005).

Neste contexto, a constituição de um “grupo de referência” no interior da profissão representa a antecipação de posições desejáveis e a legitimação de suas

capacidades, sendo este um mecanismo essencial de gestão desta dualidade. Trata-se de um processo de projeção pessoal em uma carreira futura por identificação com os membros de um grupo de referência. Desta forma, comparando-se aos membros de seu entorno, dotados de *status* social mais elevado, eles forjam para si uma identidade, não a partir de seu grupo de pertencimento, mas por identificação com um grupo de referência. Este processo – argumenta o autor – implica a aquisição antecipada de normas, valores e modelos de comportamento originários dessas referências.

O último mecanismo diz respeito ao “ajuste da concepção de si”, ou seja, de sua identidade em vias de construção, implicando a tomada de consciência das chances de atuação profissional que se pode esperar para o futuro. Ou seja, trata-se de identificar as possibilidades de atuação profissional em relação às possibilidades e as referências que se têm. Isto é o que Everett Hughes descreve como “projeções de si no futuro” (DUBAR, 2005, p. 186) e pressupõe a capacidade do sujeito de se orientar a partir de avaliações mais ou menos realistas de suas próprias possibilidades. Assim, a socialização profissional implicará uma construção social de identidades profissionais.

Esta perspectiva coloca a socialização profissional no centro da análise da reprodução social da agricultura familiar. Para tanto, estamos conferindo ao termo “profissão” uma definição mais ampla do que predomina na sociologia das profissões. Isto porque entendemos que os agricultores familiares não apenas são detentores de um saber especializado como também criam uma ética profissional cujas regras se transmitem às novas gerações no próprio trabalho. Deste modo, a socialização no trabalho familiar agrícola implica imersão profissional em um duplo significado. Como indício de integração à economia de mercado “admitindo-se que esta noção de profissão é tanto mais aceita quanto maior for esta integração” (BILLAUD, 1998, p. 175) e, principalmente, como reprodução de um “sistema de valores que organiza as condutas individuais e no qual a maneira de legitimar o trabalho é reveladora de uma ética que ultrapassa o âmbito apenas profissional” (BILLAUD, 1998, p. 175).

Em todo esse processo é possível identificar que a socialização dos jovens agricultores é atravessada por relações sociais de gênero. Conforme Joan Scott (1995, p. 75), “o termo ‘gênero’ torna-se uma forma de indicar ‘construções culturais’ – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres”. E enfatizando a necessidade de desnaturalizar as relações sociais e as desigualdades entre os sexos, a autora complementa: “Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres” (SCOTT, 1995, p. 75). As relações sociais de gênero implicam em assimetria de poder instituída socialmente, o que reproduz práticas de discriminação e opressão das mulheres. Com efeito, nos processos de socialização familiar se reproduzem as hierarquias sociais, relações de poder e formas de dominação masculina condizentes com a condição de classe de agricultores familiares.

Entende-se que esta é uma categoria relacional que emerge na interação entre homens e mulheres, o que está na origem de “esquemas classificatórios que fundamentam toda a ordem social e que colocam o homem e a mulher como opostos hierarquizados” (BOURDIEU, 1999, p. 16-18). Ou ainda, como propôs Joan Scott (1990, p. 14): “O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as

diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder”. Neste caso, a prevalência dos interesses coletivos da família sobre os projetos individuais passa a configurar um aspecto crítico das relações familiares e de sua organização patriarcal, onde a única possibilidade de autonomia para as mulheres encontra-se fora da atividade familiar.

Nancy Chodorow (1979) legou uma importante contribuição para compreendermos como a condição de gênero interfere na socialização, reproduzindo papéis sociais diferenciados para homens e mulheres. Seu argumento é que as mulheres são socializadas no ambiente doméstico em companhia das mulheres de gerações anteriores, as quais lhes transmitem desde cedo uma série de atributos objetivos. Ainda crianças, as mulheres aprendem as atividades do ambiente doméstico, se tornando “pequenas mães”. Já a experiência de socialização dos homens é oposta: eles precisam aprender a ser homens longe do ambiente doméstico, procurando companhias horizontais (meninos de sua idade) e estabelecendo laços públicos. Com efeito, a partir dessa socialização diferenciada, os princípios geradores do status social também se diferenciam (CHODOROW, 1979).

Este mesmo processo é descrito por Levi e Schmitt (1996), mostrando como, na educação das crianças, vão sendo incutidas representações sobre os papéis de gênero futuros que reproduzem as relações de dominação masculina que imperam no mundo adulto e se fazem presentes orientando o futuro.

Desde os primeiros tempos da existência, as formas educativas, os espaços de liberdade, as próprias atividades lúdicas preparam para destinos divergentes. Yonne Verdier mostrou de modo exemplar de que maneira, no campo, num período ainda recente, a aprendizagem da costura, do bordado ou do preparo da comida tendia não tanto para a efetiva formação de capacidades práticas, mas sim a inculcar o sentido de um destino percebido como inevitável: o da futura esposa e mãe (LEVI; SCHMITT, 1996, p. 14).

Estes autores chamam a atenção para o fato de que as mais inocentes brincadeiras infantis produzem a incorporação de papéis sociais de gênero. Conforme Pierre Bourdieu (1999), para quem a socialização é fundamentalmente a incorporação de um *habitus*, tanto o homem quanto a mulher e produtos da dominação masculina na medida em que essa cria expectativas sociais às quais ambos estão sujeitos. Como se trata de uma forma de dominação simbólica, esta conta, necessariamente, com um sentido de obediência dos dominados. O autor aponta o papel das próprias mulheres no reconhecimento dessa dominação masculina como legítima, à medida que elas também reproduzem as mesmas normas que as oprimem na socialização de seus filhos homens e mulheres.

Considerando-se o papel fundamental de pais e mães na socialização de crianças e jovens, pode-se dizer que eles atuam na reprodução dos mecanismos de dominação em relação aos seus filhos e filhas por meio da diferenciação dos processos de socialização, da atribuição de espaços sociais, papéis sociais e expectativas diferenciadas por sexo. Assim, na agricultura familiar as diferenças entre sexos, fundamental em qualquer ordenação social, tendem a ser usadas como justificativa da desigualdade que é reproduzida culturalmente, distinguindo posições e papéis sociais

entre jovens de ambos os sexos.

O enfoque de gênero, conjuntamente com o geracional, permite identificar que a socialização dos jovens no trabalho familiar agrícola, lhes impõem um repertório de regras que devem ser respeitadas em suas práticas cotidianas. Como o meio rural é marcado pelo tradicionalismo e patriarcalismo, isso se evidencia no predomínio do homem adulto como chefe da unidade de produção familiar. Assim, geralmente o pai é chefe masculino que transmite na socialização no trabalho as relações de hierarquia de uma ordem social onde as mulheres se subordinam aos homens e os jovens aos mais velhos. Nas práticas cotidianas do trabalho familiar se atribuem os papéis sociais a serem desempenhados por homens e mulheres, crianças, jovens, adultos e idosos na hierarquia doméstica.

Tais aspectos se evidenciam na distinção e complementaridade entre forças de trabalho de homens e mulheres culturalmente estabelecidas na agricultura como “forças plenas e marginais” (TEPICHT, 1973). Segundo esse critério entre os homens jovens, a capacidade para trabalho confere-lhes um novo papel social no interior da unidade produtiva, agora marcada pela inserção como “força plena”. Entre as mulheres jovens, o reconhecimento como agricultoras é muito mais precário, porque elas serão sempre consideradas como “forças marginais”, com seu trabalho visibilizado na categoria “ajuda” apenas pelo fato de serem mulheres.

Cada membro do grupo doméstico ocupa um lugar ligado à sua posição em relação às atividades que desenvolvem na “casa” e no “roçado”. A oposição e complementaridade entre “casa” e “roçado” corresponderiam ao fato de que, no roçado, o grupo se materializa enquanto unidade de produção, viabilizando com que na casa este se constitua em unidade de consumo. A partir desta distinção de espaços, os papéis são atribuídos aos membros das famílias e um *status* à sua participação no trabalho familiar. Deste modo, conclui-se que o trabalho familiar agrícola é classificado através de duas categorias: “trabalho” e “ajuda”. À primeira corresponde a todas as tarefas realizadas por homens adultos (responsável pelas atividades que o conjunto da família desenvolve no roçado); à segunda corresponderia a todo o trabalho realizado por mulheres e filhos (crianças e jovens), seja na casa ou no roçado (HEREDIA; GARCIA; GARCIA JR., 1984).

Na mesma linha de diferenciação por sexo e idade da força de trabalho agrícola, a socióloga Maria Ignez Paulilo (1987), com base em pesquisas realizadas no sul do Brasil, identificou diferenças culturalmente estabelecidas entre homens e mulheres por meio das classificações: “trabalho pesado” e “trabalho leve”. Conforme suas palavras:

Poder-se-ia pensar que mulheres e crianças desempenham certas tarefas porque, de fato, estas são leves por sua própria natureza. Mas não é bem assim. Na verdade, qualifica-se o trabalho em função de quem o realiza: são “leves” as atividades que se prestam à execução por mão de obra feminina e infantil (PAULILO, 1987, p. 3).

Essa classificação nativa entre trabalho leve e pesado não significa uma divisão de tarefas para preservar as mulheres e crianças das insalubridades intrínsecas ao trabalho agrícola, mas é uma forma de não reconhecimento e desvalorização de parte da força de trabalho familiar. Ou seja, a desvalorização do trabalho feminino na agricultura faz com que este seja percebido como “parcial” “leve” ou considerado como “ajuda”. Considerar o trabalho feminino e juvenil desta maneira é uma forma de invisibilidade social das suas participações no trabalho, conferindo a estes atores uma importância secundária nas dinâmicas de reprodução social da agricultura familiar. Esse processo de não reconhecimento, ao contrário de viabilizar as estratégias reprodutivas das famílias, se revela disfuncional à essa intenção.

A antropóloga Ellen Woortmann (1995), que comparou as práticas de agricultores do sul aos do nordeste brasileiro, afirma que, por meio da divisão sexual do trabalho que é, ideologicamente, engendrado, caberia às mulheres realizarem de modo exclusivo as tarefas domésticas além de participarem conjuntamente com os homens das tarefas agrícolas, não tendo reconhecido seu trabalho como produtivo. A autora identificou que as tarefas realizadas por mulheres exclusivamente perdem o caráter de trabalho em seu sentido produtivo. Contudo não podem ser menosprezadas no conjunto das necessidades da reprodução dessa força de trabalho produtiva. Em suas palavras “se estas não são ‘produtivas’, são, seguramente, reprodutivas, isto é, centrais para a reprodução do grupo doméstico e do próprio trabalho” (WOORTMANN, 1995, p. 35). Isso faz toda a diferença.

O processo de socialização dos jovens agricultores familiares reproduz as relações sociais de gênero atribuindo papéis diferenciados a homens e mulheres. No contexto da organização do trabalho familiar agrícola, isto implica a reprodução da divisão sexual e geracional do trabalho familiar hierarquizando os espaços na unidade produtiva e as diferentes tarefas que nela se realizam. Ou seja, esta socialização mediada por relações sociais de gênero vincula os filhos homens às tarefas agrícolas auxiliares a dos pais; as filhas mulheres às tarefas domésticas como ajudantes das mães. Como efeito destas práticas, a participação das jovens no trabalho agrícola será – via de regra – identificado como “parcial”, “leve” ou como “ajuda”; portanto, secundário e pouco valorizado no âmbito do grupo doméstico. Assim, prepara-se terreno para a exclusão das filhas mulheres da sucessão hereditária na atividade agrícola e de sua participação na herança da terra onde se realiza o trabalho familiar.

A retomada deste debate teórico busca demonstrar que os jovens agricultores familiares encontram-se, parcialmente, integrados ao mundo social dos adultos. Trabalham como “força plena”, mas não são reconhecidos como agricultores plenos, o que envolverá o domínio de um saber agrícola que será transmitido no próprio trabalho. “Esse saber é transmitido à ‘força de trabalho’, aos filhos que, ao trabalhar, estão se constituindo também como ‘conhecedores plenos’” (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997, p. 13). Isto faz da socialização no trabalho familiar agrícola, uma socialização profissional com fortes traços de desigualdades de gênero. Na próxima sessão buscamos demonstrar como esse processo se materializa empiricamente.

2. PARTICIPAÇÃO JUVENIL NO TRABALHO FAMILIAR AGRÍCOLA

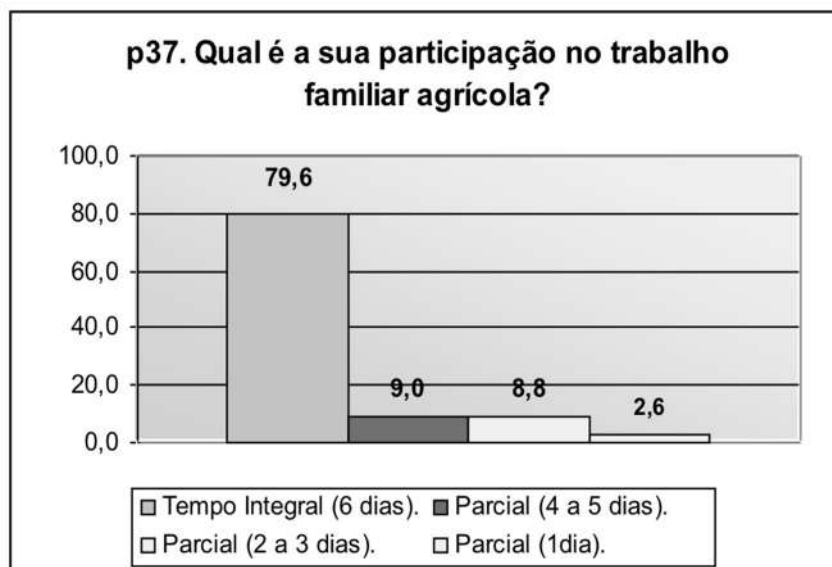
O trabalho familiar é o elemento central da reprodução da agricultura familiar. Neste sentido, toda a força de trabalho da família tende a ser direcionada e organizada para a realização das diferentes tarefas que marcam o cotidiano das unidades de produção familiares. Para dar conta das muitas tarefas é necessário organizar a força de trabalho. Ocorre que essa organização do trabalho familiar se baseia numa divisão sexual e etária de tarefas, com precedência em hierarquias no interior do grupo doméstico e que prescrevem papéis sociais diferenciados por gênero e geração que caracterizam as relações sociais no âmbito das unidades familiares. Nessa sessão, descrevemos como ocorre a socialização dos jovens no trabalho familiar sob um duplo aspecto: a) a intensidade de seu envolvimento no trabalho; b) a sua participação na divisão do trabalho familiar.

2.1 A INTENSIDADE DO TRABALHO JUVENIL

Os jovens agricultores se inserem no mundo do trabalho ainda na infância. Sendo a agricultura familiar uma unidade entre família-trabalho-consumo, os jovens relatam que iniciaram a trabalhar aos 11 anos de idade em média. Predomina entre os entrevistados a opinião naturalizada de que começaram trabalhando aos poucos, num misto de “brincadeira e ajuda” aos pais, aumentando a intensidade de participação com o avançar da idade. Assim o trabalho inicia como uma participação lúdica, de imitação dos pais e vai se transformando em ajuda cada vez mais indispensável para os afazeres dos adultos.

Os jovens foram questionados sobre como era a intensidade de sua participação no trabalho familiar agrícola considerando quatro categorias de tempo dedicado a este trabalho: 1) tempo integral; 2) parcial (quatro a cinco dias); 3) parcial (dois a três dias); 4) parcial (um dia). A distribuição de frequência destas categorias encontra-se no Gráfico 1. Constata-se que a grande maioria deles (79,6%) trabalha em tempo integral na propriedade, dedicando seis dias por semana à agricultura. Essa informação confirma a centralidade do trabalho familiar agrícola na vida cotidiana desses jovens, estabelecendo sua posição nas relações sociais de produção e inculcando-lhe uma disciplina moral.

Gráfico 1 - Participação em dias de trabalho agrícola (%)



Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares RS – MDA/FAURGS, 2007.

Quando realizamos o cruzamento dessa questão com a variável sexo, observa-se que 84,8% dos homens jovens afirmam trabalhar em tempo integral na agricultura e que 70,9% das entrevistadas mulheres tem essa participação em tempo integral. Por sua vez, elas apresentam percentuais maiores quando se trata de atuação nesta atividade em tempo parcial (Tabela 1).

Tabela 1 - Participação no trabalho familiar agrícola por sexo (f e %)

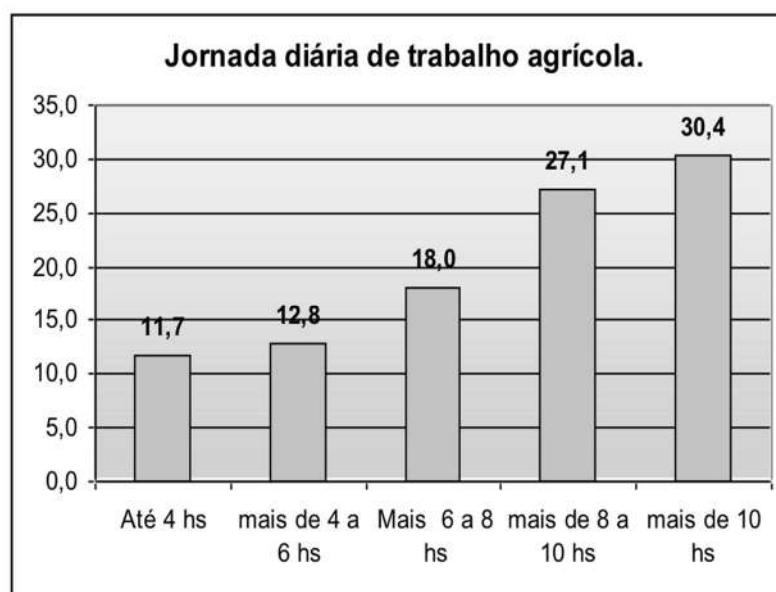
QUAL É SUA PARTICIPAÇÃO NO TRABALHO FAMILIAR AGRÍCOLA?		SEXO			
		Homens	Mulheres	Total	
Tempo Integral (6 dias)	f	362	180	542	
	%	84,8%	70,9%	79,6%	
	Parcial (4 a 5 dias)	f	28	33	61
		%	6,6%	13,0%	9,0%
	Parcial (2 a 3 dias)	f	30	30	60
		%	7,0%	11,8%	8,8%
	Parcial (1 dia)	f	7	11	18
		%	1,6%	4,3%	2,6%
Total	f	427	254	681	
	%	100,0%	100,0%	100,0%	

Fonte: Banco de Dados Jovens Agricultores Familiares RS – MDA/FAURGS, 2007.

Considerando a jornada diária de trabalho podemos identificar que predomina uma jornada diária de trabalho de oito horas e meia, em média. A sua distribuição pode ser verificada no Gráfico 2. Nele observa-se que o percentual de respostas cresce com o aumento da jornada diária de trabalho. Enquanto 11,7% dos entrevistados

afirmam trabalhar até quatro horas, 27,1% informam que trabalham de oito a dez horas por dia e 30,4% dos jovens disseram ter jornadas diárias superiores a dez horas. Considerados os percentuais cumulativos das maiores categorias, verifica-se que 57,5% deles exercem uma jornada diária de trabalho maior do que as registradas entre assalariados em outras ocupações, que tende a ser de até oito horas. Ou seja, os jovens trabalham muito.

Gráfico 2 - Jornada diária de trabalho familiar agrícola (%)



Fonte: Banco de Dados Jovens Agricultores Familiares RS – MDA/FAURGS, 2007.

A Tabela 2 traz a distribuição de frequências e percentuais da jornada de trabalho familiar agrícola por sexo dos entrevistados. Nela se verifica que as mulheres têm maior participação do que os homens nas jornadas inferiores a seis horas diárias de trabalho, com 18,5% delas cumprindo jornadas de até quatro horas, enquanto apenas 7,5% deles figuram na mesma categoria de resposta. Na medida em que aumenta a jornada diária de trabalho o percentual de jovens também cresce, sendo de 29,3% trabalhando de oito a dez horas e outros 34,2% com jornada superior a dez horas diárias. Já, entre elas, verificam-se percentuais um pouco menores de 23,2% e 23,6%, respectivamente, para as mesmas jornadas diárias de trabalho. Assim verificamos que as diferenças mais significativas nas jornadas de trabalho entre homens e mulheres jovens se realiza justamente nos extremos, onde as mulheres registram 10 pontos percentuais a mais do que os homens nas jornadas diárias de até 4 horas e os homens registram cerca 10% entre as jornadas superiores a 10 horas diárias de trabalho.

Tabela 2 - Jornada diária de trabalho por sexo (f e %)

		SEXO			
			Homens	Mulheres	Total
JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO NA UPF:	Até 4 hs	f	32	47	79
		%	7,5%	18,7%	11,7%
	mais de 4 a 6 hs	f	42	45	87
		%	9,9%	17,9%	12,8%
	Mais 6 a 8 hs	f	81	41	122
		%	19,0%	16,3%	18,0%
	mais de 8 a 10 hs	f	125	59	184
		%	29,3%	23,4%	27,1%
	mais de 10 hs	f	146	60	206
		%	34,3%	23,8%	30,4%
Total		f	426	252	678
		%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares RS – MDA/FAURGS, 2007.

Percebe-se que os jovens de ambos os sexos apresentam uma elevada participação no trabalho familiar agrícola, considerando-se tanto o tipo de participação quanto a jornada de trabalho. Estas duas variáveis analisadas permitem verificar que os jovens ocupam a maior parte de seu tempo com a execução dos trabalhos agrícolas na unidade de produção familiar. Contudo, são observadas diferenças no volume de participação que colocam os jovens adultos e as jovens adolescentes em posições assimétricas em relação à intensidade do seu envolvimento nesta atividade. As diferenças de intensidade na participação no trabalho agrícola correspondem às dinâmicas da divisão sexual e etária do trabalho no interior da unidade de produção familiar e a respectiva atribuição de papéis sociais distintos com base nestes critérios.

As informações trazidas a lume revelam uma participação no trabalho agrícola um pouco menor, ou seja, inferior de mulheres jovens em comparação ao dos homens jovens o que pode ter duas explicações: a) uma parte dos entrevistados associa a jornada de trabalho com o estudo formal o que é mais frequente entre as mulheres do que entre os homens; b) nas suas respostas, as mulheres jovens podem não ter considerado o tempo dedicado às atividades domésticas. Nestes casos, isto corresponderia a uma expressão da cultura que percebe o trabalho feminino como “parcial”, “leve” e “ajuda” como discutido anteriormente. Ou seja, essa diferença na participação pode ser explicada por duas alternativas. A primeira, corresponde à possibilidade de que elas tenham internalizado a desvalorização de sua participação no trabalho agrícola e não reconhecem suas atividades domésticas como parte do trabalho familiar agrícola. A segunda possibilidade é a de que, realmente, as mulheres jovens, com destaque para as adolescentes, estejam tendo uma inserção parcial e realizando jornadas diárias de trabalho menores do que a dos homens jovens. Nestes casos, elas tendem a apresentar outras formas de ocupação do tempo excedente.

O tempo que os jovens dedicam ao trabalho familiar revela a intensidade de sua participação no trabalho. Ao preceder o exame do padrão temporal da ocupação dos jovens agricultores familiares podemos comparar quais as atividades prevalecem

segundo a condição de gênero do entrevistado. Com isso podemos identificar os vínculos entre a ocupação principal do jovem medida pelo tempo médio semanal dedicado a cada atividade e o papel desempenhado nas dinâmicas familiares. A análise do padrão temporal da ocupação dos jovens possibilita verificar a assimetria de gênero na socialização de homens e mulheres. Esse exercício foi baseado em estudos que enfatizam a influência do uso do tempo sobre a estabilidade e transformação de estruturas sociais, tais como foi desenvolvido por Cebotarev (1984). Assim examinando a unidade tempo – atividade podemos descobrir a relação entre uso de tempo e os papéis-chave dos entrevistados segundo sua condição de gênero (CEBOTAREV, 1984).

No Quadro 1 se revela como os jovens ocupam seu tempo ao longo da semana. Isso permite identificar a influência do uso do tempo para o trabalho familiar agrícola, o trabalho doméstico, o trabalho assalariado, a educação formal e o lazer na construção de papéis-chave de homens jovens e mulheres. Entendendo esse como aquela função desempenhada que adquire prioridade sobre outros papéis (como de estudante em detrimento de trabalhador, por exemplo). Verificamos assim que o trabalho agrícola é a principal ocupação dos jovens, aquela para a qual no universo de estudo se dedica mais tempo. Ele representa 64,3% do tempo de ocupação entre os homens e 47% do tempo das mulheres. O trabalho doméstico praticamente não conta com a participação dos homens jovens enquanto ocupa 29,4% tempo das mulheres. Entre os entrevistados homens, 11,2% do tempo se destina a trabalho assalariado fora do estabelecimento familiar enquanto isso equivale a 5,4% do tempo das mulheres jovens. Por sua vez, elas dedicam mais tempo (18,4%) para educação formal do que os homens que ocupam 7,5% do tempo com essa atividade. Segundo os relatos dos jovens percebemos que as mulheres jovens têm um tempo de ocupação superior ao dos homens da mesma idade. Elas ocupam 100% do seu tempo com afazeres de trabalho e estudos enquanto eles ocupam 83,4%. Essa informação vai ao encontro de outros estudos, como os realizados pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), que constata uma jornada maior das mulheres em relação a homens no trabalho familiar agrícola em escala global. No Brasil, os resultados revelam que “as mulheres gastam em média 372 horas, por ano, em atividades produtivas e reprodutivas das famílias, enquanto a média para os homens é de 368 horas” (FAO, 2015). Com efeito, as jovens agricultoras não contam com tempo livre. Isso revela a injustiça do não reconhecimento do trabalho feminino na agricultura familiar que são até mais extensas do que a dos homens. O uso do tempo, relacionado aos papéis atribuídos, representa obstáculos relevantes para a emancipação feminina.

Quadro 1 - Padrão temporal das ocupações de jovens homens e mulheres (%)⁵⁶

Jovens	Trabalho agrícola	Trabalho doméstico	Trabalho assalariado	Educação Formal	Lazer
Homens	64,3	0,2	11,2	7,5	0,2
Mulheres	47	29,4	5,2	18,4	0

Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares RS – MDA/FAURGS, 2007.

Os padrões temporais das ocupações juvenis reforçam a definição teórica inicial dos jovens agricultores familiares como uma categoria *sui generis* devido a uma singular socialização no processo de trabalho familiar agrícola. O envolvimento no trabalho agrícola é a ocupação principal desses jovens revelando o seu papel social preponderante na estrutura social. Diferente de outros jovens, o lazer não figura como ocupação principal entre os jovens agricultores familiares, e mesmo a educação formal que figura como principal agência socializadora das novas gerações, tem essa função restrita a uma parcela minoritária dos jovens. O que constatamos é que o trabalho adquire dimensão central na vida dos jovens como *locus* da produção de bens materiais (produtos e serviços) e simbólicos (valores, representações e identidades sociais) (GUIMARÃES, 2005). Com efeito, as relações sociais que lhes conferiam sentido e especificidade, resultavam da posição ocupada por eles na divisão social do trabalho, ou seja, por sua ocupação na agricultura familiar. Como resultado, podemos perceber que, mesmo com as mulheres jovens participando um pouco menos do trabalho agrícola, elas se ocupam muito mais do trabalho doméstico e da escolarização formal. Além disso fica perceptível que as mulheres jovens exercem jornadas mais longas do que os homens da mesma idade, o que na prática significa que elas acordam antes e vão dormir depois do que os homens da mesma idade, porque no conjunto das atividades juvenis elas ocupam mais tempo do que eles. Por consequência elas ocupam todo o seu tempo enquanto os homens jovens ainda conseguem dispor de um tempo livre. Ou seja, a invisibilidade de seu trabalho agrícola encobre a realidade de que a mulher jovem geralmente tem mais ocupações atarefadas do que os homens da mesma idade. Vejamos como isso se processa ao nível da divisão do trabalho familiar.

2.2 OS JOVENS NA DIVISÃO DO TRABALHO FAMILIAR

A produção familiar na agricultura implica a realização de um conjunto relativamente vasto de tarefas. Estas atividades produtivas apresentam variação conforme o sistema de produção adotado e, além das atividades da lida da roça (cultivo e criação), envolvem a gestão do empreendimento mercantil e as tarefas domésticas que viabilizam a reprodução da força de trabalho da família e criam valores diversos. Nessa sessão é analisada a participação dos jovens na divisão do trabalho

⁵⁶ Esse índice traz a média aritmética das respostas sobre qual ocupação principal dos jovens entre segunda-feira ao sábado, nos turnos manhã, tarde e noite.

familiar. Buscamos identificar a posição ocupada pelos jovens a partir do papel desempenhado no processo de trabalho, que constitui uma relação objetiva entre os membros da família e reforça as construções simbólicas relativas a papéis de gênero e geração na hierarquia familiar.

O exame das informações sobre quem entre os membros da família assume a responsabilidade pela condução de determinadas tarefas permite reconstruir as formas da divisão social do trabalho familiar agrícola. Estes dados foram construídos por intermédio de um conjunto de indicadores referentes a quais membros da família é o principal responsável por realizar uma determinada tarefa, a partir de uma lista de 31 atividades. Isso nos permite mapear a divisão do trabalho entre: entrevistado; entrevistada; pai; mãe; cônjuge; pai e mãe; pai e filhos; mãe e filhas, entrevistado(a) e cônjuge; entrevistado(a) e irmãos; toda a família, outras pessoas. Os resultados desse procedimento são apresentados na Tabela 3.

Os indicadores contidos na Tabela 3 foram, posteriormente, organizados em três conjuntos com a distribuição de índices sintéticos sobre quem executa: a) as tarefas administrativas (tarefas 1 a 10); b) as tarefas agrícolas (tarefas 15 a 31) e c) as tarefas domésticas (tarefas 11 a 14). Deste modo, obtivemos os Gráficos 3, 4 e 5, respectivamente, que ilustram a forma da divisão social do trabalho na perspectiva dos jovens agricultores. Este procedimento permite demonstrar que, para além de sua aparente unidade, o processo de trabalho familiar agrícola se realiza por meio de uma divisão interna de tarefas e responsabilidades que se estruturam através das diferenças de gênero e geração, que demarcam os papéis sociais e revelam as posições hierárquicas ocupadas no interior do grupo doméstico.

Tabela 3 - Divisão do trabalho entre os membros da família (%)

Quem realiza as seguintes tarefas na UPF? (em %)	Entrevistado	Entrevistada	Pai	Mãe	Cônjuge	Pai e Mãe	Pai e Filhos	Mãe e Filhas	Entrevistado e cônjuge	Entrevistado(a) e irmãos(ãs)	Toda a família	Outros	NA	NS/NR	Total
1. Comprar insumos	7,8	0,9	50,2	2,9	10,0	2,6	7,3	0,4	1,2	3,1	3,4	7,4	2,5	0,1	100
2. Decidir o que plantar	5,1	0,1	29,4	1,9	5,7	9,5	10,0	0,1	5,1	1,5	24,2	5,7	0,7	0,3	100
3. Decidir onde plantar	6,0	0,6	31,4	1,9	6,9	6,9	10,4	0,0	4,3	1,8	22,8	5,3	1,0	0,4	100
4. Decidir sobre os investimentos	4,1	0,7	22,8	2,2	3,8	12,9	7,0	0,1	6,8	1,0	31,7	5,6	0,9	0,4	100

A SOCIALIZAÇÃO DE GÊNERO NA AGRICULTURA FAMILIAR
NILSON WEISHEIMER

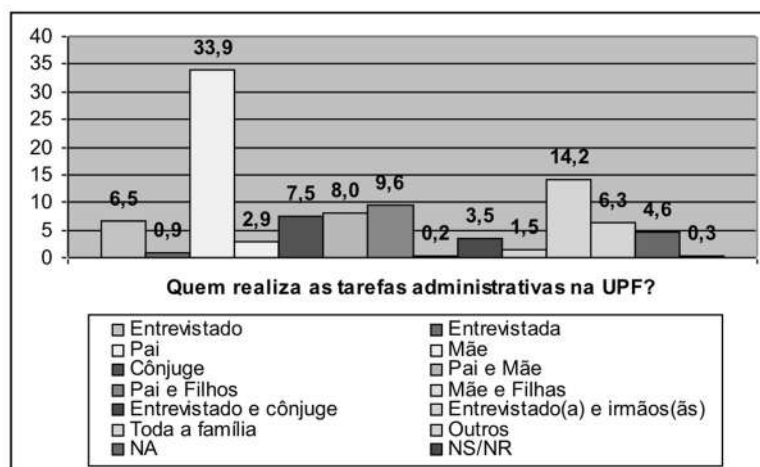
5. Depositar dinheiro no banco	7,0	1,6	32,0	5,0	7,6	10,7	6,6	0,3	3,4	0,9	13,7	6,5	4,3	0,4	100
6. Falar com o técnico agrônomo	9,7	1,0	35,5	2,1	8,7	4,7	9,7	0,1	2,9	1,8	11,2	6,5	5,7	0,4	100
7. Participar de reuniões de Sindicato ou Cooperativa	6,8	1,0	31,9	2,9	6,0	9,4	9,0	0,0	2,9	1,3	8,2	6,8	13,4	0,4	100
8. Sacar dinheiro no banco	7,6	1,5	30,8	5,7	9,0	11,6	7,0	0,4	3,7	1,2	12,6	5,1	3,2	0,4	100
9. Tirar financiamento no banco	4,0	1,3	33,9	2,8	8,1	6,5	16,2	0,1	2,8	1,3	5,0	6,3	11,6	0,1	100
10. Vender a produção	6,6	0,4	40,0	1,3	9,5	5,1	12,9	0,1	2,2	1,2	9,7	7,5	3,2	0,1	100
11. Decidir o que comprar para a casa	2,2	5,9	6,6	35,4	4,6	12,5	1,0	2,8	5,4	0,1	19,1	4,0	0,3	0,1	100
12. Fazer compras para a casa	2,3	6,8	6,2	35,8	5,1	14,1	1,5	2,5	5,3	0,4	14,8	4,3	0,3	0,6	100
13. Limpeza da casa	2,3	18,4	1,2	36,0	5,6	1,2	0,9	20,9	1,5	0,3	6,6	4,3	0,9	0,3	100
14. Preparo das refeições	1,2	15,0	1,8	44,2	6,8	0,9	0,6	15,4	0,4	0,1	4,3	8,5	0,7	0,3	100
15. Aplicação de veneno (defensivos)	14,7	0,4	26,0	0,1	11,9	1,3	22,0	0,1	1,5	2,8	4,4	9,0	5,4	0,3	100
16. Beneficiamento de produtos	5,1	1,3	6,6	4,8	1,9	1,2	4,8	0,0	2,9	0,9	13,4	4,3	52,4	0,3	100
17. Capina	4,4	1,5	4,1	3,1	1,2	5,3	7,6	1,5	5,6	0,6	48,9	3,7	12,3	0,3	100
18. Colheita	5,1	0,4	4,4	0,4	2,9	3,4	11,2	0,0	5,4	1,0	52,6	8,3	4,4	0,4	100
19. Consertos da casa, galpão ou estâbulos	8,5	0,7	17,8	1,2	6,8	1,8	20,3	0,3	2,3	1,0	23,5	12,2	3,4	0,3	100
20. Embalar produtos	4,6	2,5	5,1	2,9	2,5	2,1	8,2	0,9	2,9	0,6	24,7	2,5	40,2	0,3	100
21. Limpeza de chiqueiro ou estâbulos	13,4	1,0	12,8	4,4	4,7	5,1	15,7	1,2	2,6	4,6	18,2	6,3	9,7	0,3	100

22. Manutenção da lavoura ou estufa	8,8	1,2	18,1	1,3	7,9	3,4	18,8	0,1	3,4	2,1	26,6	5,1	2,9	0,3	100
23. Plantio	8,4	0,7	10,9	1,8	5,7	3,7	19,7	0,4	3,8	1,9	33,3	7,2	2,2	0,3	100
24. Preparo do solo para plantio	13,4	0,4	19,2	2,2	8,2	2,3	22,5	0,3	1,3	1,8	16,7	6,9	4,4	0,3	100
25. Tirar leite	5,9	5,1	2,6	24,4	2,3	4,1	2,5	8,8	4,3	0,7	18,4	4,4	16,2	0,3	100
26. Trabalho na horta para consumo próprio	3,2	6,0	1,6	37,5	3,1	3,1	1,3	10,4	5,3	0,1	16,9	6,3	4,7	0,3	100
27. Trabalho no pomar	5,1	1,5	8,4	10,4	1,3	2,9	4,4	2,5	5,0	0,7	30,0	5,1	22,1	0,3	100
28. Transformação de alimentos	1,2	4,1	1,3	33,2	2,8	1,3	0,9	6,5	1,2	0,1	7,6	4,6	35,0	0,3	100
29. Tratar do gado	8,7	1,2	9,4	6,0	3,5	5,4	12,1	0,9	4,0	0,4	33,5	3,8	10,7	0,3	100
30. Tratar dos suínos	8,4	1,2	19,3	4,9	3,2	3,2	9,3	0,6	3,1	0,6	22,4	7,2	16,3	0,4	100
31. Tratar dos pequenos animais	1,3	4,7	6,2	18,2	2,5	4,3	4,3	3,2	3,2	0,4	29,6	8,1	7,8	0,4	100

Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares RS – MDA/FAURGS, 2007.

Iniciamos verificando como são distribuídas as responsabilidades sobre a realização das tarefas administrativas na unidade de produção familiar. No Gráfico 3, percebe-se que há um predomínio do pai no exercício das ações relacionadas com a gestão do empreendimento familiar, com índice de 33,9%. Em 14,2% dos casos a administração é exercida por toda a família; em 9,6%, a gestão é compartilhada por pais e filhos. Em 8% das situações, a administração da unidade produtiva é feita por pais e mães enquanto 7,5% dos jovens responderam que era o cônjuge quem realizava essas tarefas na propriedade. Entre estes últimos, um caso era de um entrevistado do sexo masculino. Este caso refere-se à situação onde já ocorreu a emancipação do jovem e na divisão das tarefas a esposa tem sido a responsável pela administração do empreendimento familiar por suas maiores competências adquiridas na escolarização. Essa informação revela que entre as mulheres jovens se reproduz com o casamento as condições de subordinação que tinha como filha agora com o marido, na medida em que elas permanecem afastadas da gestão dos negócios familiares. Outro indicador importante diz respeito a que 6,5% dos entrevistados (homens) realizam estas tarefas, enquanto apenas um caso a gestão está sob a responsabilidade das entrevistadas.

Gráfico 3 - Distribuição de tarefas administrativas da Unidade de Produção Familiar (%)



Fonte: Banco de Dados Jovens Agricultores Familiares RS – MDA/FAURGS, 2007.

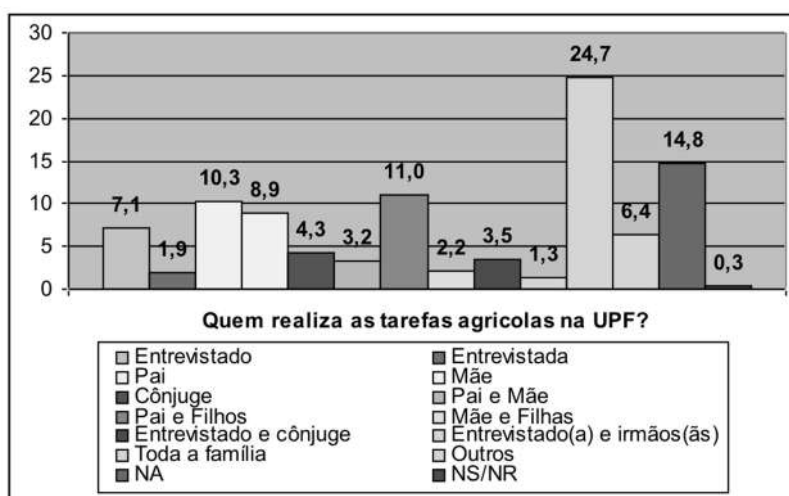
Recorrendo-se à Tabela 3, pode ser verificado o rol de tarefas administrativas da unidade de produção familiar (itens 1 a 10). Nela se percebe que, praticamente, todas são, predominantemente, realizadas pelo pai. Destas tarefas, as que mais são realizadas exclusivamente pelos pais dos entrevistados são comprar insumos, vender a produção e falar com o técnico agrônomo. A exceção fica por conta da decisão sobre os investimentos, que é, em 31,7% dos casos, atribuição de toda a família. A categoria de resposta toda a família também figura com percentuais significativos quando se trata de definir o que plantar (24,2%) e decidir onde plantar (22,8%). O fato de a decisão sobre os investimentos e outras ações futuras serem tomadas como uma decisão coletiva da família é emblemática do tipo familiar de gestão da unidade produtiva e indica a ocorrência de estratégias comumente partilhadas no interior do grupo doméstico. Ainda entre estas atividades, a participação dos entrevistados é maior quando se trata de falar com o técnico agrônomo (9,7%), enquanto que entre as jovens entrevistadas é depositar dinheiro no banco (1,6%).

Tomando a realização de tarefas relativas à administração da atividade produtiva como um indicador das posições ocupadas na hierarquia familiar, percebe-se que o pai personifica a gestão da atividade, o que é compartilhado, em alguns casos, com a esposa, sem ameaçar o predomínio masculino na tomada de decisões: os jovens encontram-se distantes destas atividades enquanto residirem com seus pais. Neste sentido, pode-se concluir que os filhos se encontram subordinados aos pais na gestão da unidade de produção familiar; entre eles, as mulheres jovens encontram-se ainda mais distantes das tomadas de decisão, ocupando posições mais baixas na hierarquia familiar.

Passamos ao exame das formas que assumem a divisão das tarefas agrícolas. Estas correspondem a um conjunto de tarefas voltadas ao cultivo e à criação e para as quais é mobilizada a força de trabalho de todos os membros da família. O Gráfico 4 apresenta o índice de distribuição de quem o trabalho agrícola. Verificamos que na sua execução sobressai a participação de todos os membros da família (24,7%). Destaca-se ainda que quase 15% das respostas indicam atividades que não são realizadas e

figuram na categoria não se aplica (NA), o que resulta da diversidade dos sistemas de produção da agricultura familiar praticada no sul do país. Mais relevante, no entanto, é que “pais e filhos” correspondem a 11% de respostas, percentual próximo ao registrado para “pai” (10,2%). Isso mostra que os homens jovens são os responsáveis pelas atividades agrícolas em 7,1% dos casos; as mulheres jovens entrevistadas assumem essa função, exclusivamente, em 1,9% das respostas. Estas informações não deixam dúvidas da importância da participação da força de trabalho juvenil para a realização das tarefas agrícolas, principalmente inserida na categoria “toda a família”.

Gráfico 4 - Distribuição das tarefas agrícolas da Unidade de Produção Familiar (%)



Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares RS – MDA/FAURGS, 2007.

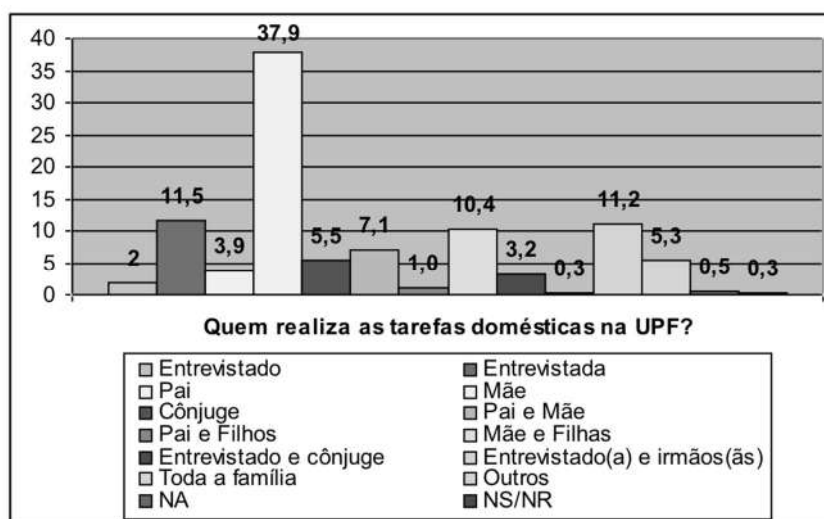
Conforme detalhado na Tabela 3, tarefas como a aplicação de veneno ou defensivos é, principalmente, realizada pelos homens, sejam os pais (26%), por pais e filhos (22%) ou exclusivamente pelo entrevistado (14,7%). As tarefas como colheita, capina e plantio são as mais realizadas por todos os membros da família. Neste contexto, a participação dos jovens e mulheres no trabalho contribui para o trabalho familiar estando diluída na alternativa “toda a família”. O preparo do solo é uma tarefa em que também se destaca a atuação conjunta de pais e filhos. Das tarefas agrícolas, a que mais é realizada, exclusivamente, pelos entrevistados corresponde à aplicação de veneno e defensivos como mencionado, seguindo-se o preparo do solo para o plantio e a limpeza de chiqueiros e estábulos. Por sua vez, as mulheres jovens entrevistadas apresentam um percentual maior do que o dos homens no trabalho da horta para consumo próprio, na transformação de alimentos e no trato dos pequenos animais. Assim percebe-se que tarefas produtivas relacionadas diretamente ao consumo familiar tem uma marcante presença feminina, enquanto a força de trabalho masculina se dedica mais ao trabalho voltado para produção comercial.

Existe um conjunto de tarefas indispensáveis ao funcionamento da unidade produtiva que se realizam no âmbito doméstico, tais como o preparo das refeições, a limpeza da casa e outras que são necessárias para a reprodução da força de trabalho da família como bem argumentado por Woortmann (1995). O Gráfico 5 descreve quem

realiza as tarefas domésticas. Nessa tarefa se registrou o maior percentual de concentração da atividade, com uma média de 37,9%, realizada exclusivamente por mães dos entrevistados enquanto 3,9% dos pais realizam essa tarefa. Isso também se percebe entre os jovens, visto que 11,5% dos casos o trabalho doméstico é de responsabilidade exclusiva da jovem entrevistada. Em 11,2% de casos onde o trabalho doméstico é compartilhado por todos os membros da família. Todavia, este índice é inferior ao registrado por esta categoria de resposta quando se trata das tarefas administrativas ou agrícolas. Ou seja, há um maior envolvimento de todos os membros da família em atividades administrativas do que em tarefas domésticas. Ainda, 10,4% dos inquiridos afirmam que as tarefas domésticas são realizadas por mãe e filha, índice bastante superior ao que foi constatado para esta categoria em outras atividades. Estas respostas demonstram que o trabalho doméstico é, praticamente, exclusivo das mulheres – mães, entrevistadas, mães e filhas – fazendo do trabalho doméstico uma expressão eloquente das desigualdades de gênero e da dominação masculina.

Voltando à Tabela 3, verificamos que todas as tarefas domésticas são exercidas, principalmente, pela mãe. No preparo de refeições e na limpeza da casa predominam na ordem a exclusividade da mãe, de mãe e filha e entrevistada. Entre estas atividades, as entrevistadas são as principais responsáveis, principalmente na limpeza da casa (18,4%) e no preparo de refeições (15%), tarefas que são realizadas apenas por 2,3% e 1,2% dos homens jovens, respectivamente.

Gráfico 5 - Realização das tarefas domésticas da Unidade de Produção Familiar (%)



Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares RS – MDA/FAURGS, 2007.

Estes dados confirmam que os trabalhos domésticos se concentram, principalmente, nas mãos das mulheres, reproduzindo desta forma a divisão sexual do trabalho entre as novas gerações. A construção de um espaço de atuação diferenciado por sexo no cotidiano da agricultura familiar reflete as construções ideológicas relativas à mulher e ao papel social que se espera que ela desempenhe no interior da família. Estas se referem ao fato de que, ao atribuir às mulheres uma responsabilidade,

quase exclusiva sobre as tarefas domésticas, se está impondo a elas uma posição subalterna na hierarquia familiar. O fato de os homens não participarem da realização dos trabalhos domésticos, apesar de sua aparente naturalidade, revela as relações de poder no interior do grupo doméstico, sendo uma expressão da dominação masculina. Ideologia que, compartilhada pelo grupo social estudado, impõe às mulheres múltiplas jornadas de trabalho, sem lhes assegurar o reconhecimento de seu trabalho como “produtivo”.

Considerando as tarefas relativas à administração da unidade produtiva como indicador das posições superior na hierarquia familiar, percebe-se que os pais ocupam a posição de maior autoridade na gestão do trabalho e de seus resultados no interior do grupo familiar. “Ele é o detentor de um saber que o autoriza a governar o processo de trabalho, isto é, a de dirigir o trabalho da família” (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997, p. 13). Esta autoridade está fundamentada no fato de o pai ser o detentor do saber agrícola e que este saber transforma a terra em terra de trabalho. Deste modo, se produz um processo de legitimação do agricultor pleno que concentra em suas mãos o controle sobre a renda familiar e sobre a gestão da produção agrícola.

O pai, por assim dizer, é sempre força plena (TEPICHT, 1979) de trabalho da família, não por ter o maior vigor físico entre os membros do grupo doméstico – até porque em certo estágio do ciclo evolutivo da família, os filhos podem ter mais força do que o pai para trabalhar – mas, porque, ideologicamente, define-se como aquele que reúne plenas condições para participar de todas as etapas do processo de trabalho familiar, principalmente na gestão do negócio mercantil.

Sendo o pai quem encarna o trabalho agrícola, logo o resultado do trabalho ali realizado é trabalho dele; a esposa, os filhos e as filhas, mesmo desempenhando tarefas fundamentais à produção, como no preparo do solo, no plantio e na colheita, apenas “ajudam”. Como resultado, os mais jovens e as mulheres enfrentam resistência para obter seu reconhecimento enquanto agricultores.

Os homens jovens vão assumindo aos poucos, sucessivamente, a responsabilidade pela realização de certas tarefas agrícolas. Entre as tarefas realizadas por eles, destacam-se: a aplicação de veneno e defensivos, a limpeza de chiqueiros e estábulos, o preparo do solo para o plantio, o trato dos pequenos animais, assim como do gado e dos suínos. As atividades mencionadas assinalam a passagem progressiva dos filhos das atividades que se realizam com a supervisão dos pais para aquelas que ele vai executar sozinho. Assim, cada nova tarefa implica uma fase do processo transitório da etapa de dependência para a de individualização progressiva. Situação última que só será alcançada, plenamente, com a passagem sucessória ou o abandono da casa dos pais, constituindo uma nova família nuclear e uma nova unidade produtiva.

As informações exibidas nessa sessão, considerando serem referentes à situação dos jovens na agricultura gaúcha no final da primeira década desse século, apresentam resultados que não são conjunturais. Ao contrário, revelam que as estruturas da socialização no trabalho familiar agrícola não sofreram alterações substanciais desde os estudos iniciais do tema. Essa diferenciação social de gênero na socialização de jovens agricultores vem se confirmando em outros estudos desde então, tanto no sul do Brasil (PANDOLFO, 2013; SILVA, 2015) quanto no

nordeste brasileiro (DAMÁSIO, 2016; ALMEIDA, 2017; SOUZA, 2018; WEISHEIMER 2019b). Com efeito, podemos perceber que de maneira geral na agricultura familiar, o trabalho das mulheres jovens, por estar inserido nas atividades realizadas por toda a família, como o plantio, a capina e a colheita, muitas vezes não é percebido, ficando sem reconhecimento e visibilidade. Elas também estão presentes nas tarefas realizadas em conjunto com a mãe, principalmente no trabalho da horta para o consumo próprio. Geralmente realizam tarefas que são consideradas como especificamente femininas; na medida em que são realizadas por mulheres, perdem o caráter de trabalho; passam a ser consideradas como ajuda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse trabalho buscamos demonstrar como o processo de socialização de jovens agricultores familiares no trabalho familiar agrícola é organizado a partir de relações sociais de gênero e de geração. A família como estrutura básica de vinculação do jovem, a ordem social vigente é a agência socializadora predominante na vida dos agricultores familiares. Desde muito cedo esses indivíduos são inseridos nas práticas cotidianas do trabalho e da manutenção da unidade familiar. Essa socialização no processo de trabalho familiar agrícola é o que distingue sociologicamente os agricultores jovens familiares de outros jovens. Ela assegura a transmissão de saberes, a interiorização de uma visão de mundo, uma ética do trabalho e todo um conjunto de disposições necessárias à reprodução do próprio processo de trabalho. Nisso, converte-se simultaneamente em socialização profissional, que permite iniciação à cultura profissional capaz de permitir a conversão do indivíduo a uma concepção de si e do mundo criando uma identidade profissional; socialização de gênero, reproduz as desigualdades entre homens e mulheres, atribui papéis sociais diferenciados a homens e mulheres na hierarquia familiar e nas suas estratégias de reprodução social.

Os resultados apresentados confirmam a intensidade da participação dos jovens, de ambos os sexos, no trabalho familiar agrícola. É amplamente predominante entre os jovens agricultores a participação integral no trabalho agrícola, assim como esse é exercido em longas jornadas diárias de trabalho. Nesse registro as mulheres figuram com percentuais um pouco menores do que o dos homens. Essas diferenças se evidenciam quando consideramos uma presença maior das mulheres em menores jornadas de trabalho e homens nas maiores. Contudo essa diferença encobre na verdade que eles se ocupam em outras atividades com mais frequência dos que seus pares de idade do sexo oposto.

A forma como os jovens ocupam o seu tempo permite identificar o papel-chave que eles desempenham nas relações sociais. O padrão temporal das ocupações confirma o predomínio da socialização no trabalho familiar entre os jovens agricultores. Comparando o padrão das ocupações percebemos que as mulheres, apesar de menos presente no trabalho agrícola, estão ocupadas com mais frequência no ensino formal, além disso ela ocupa parte considerável de seu tempo em trabalho doméstico, enquanto os homens não se ocupam desses afazeres. Essa expressão da dominação masculina reserva a exclusividades de tarefas reprodutivas da unidade

familiar e de seu bem-estar às mulheres. Esse trabalho doméstico que não pode ser desconsiderado para viabilizar o trabalho produtivo da agricultura impõe às mulheres jovens um tempo de ocupação maior do que a dos homens.

A divisão do trabalho familiar corresponde às dinâmicas da divisão sexual e etária do trabalho, também revela os papéis sociais atribuídos aos membros da família na sua hierarquia interna. O pai figura como chefe do estabelecimento tendo proeminência nas atividades de gestão. Na condução das tarefas agrícolas predomina a participação de todos os membros da família, nessa categoria o trabalho juvenil e feminino sofre invisibilidade. Enquanto o trabalho doméstico fica sob a responsabilidade exclusiva das mulheres absorvendo parte significativa do tempo das jovens. Há uma nítida vinculação entre as tarefas menos valorizadas no trabalho e as posições mais subalternas na hierarquia familiar. A condição de gênero, construída social e culturalmente institui papéis sociais que são incorporados por homens e mulheres de todas as idades, o que pode ajudar a entender o fraco reconhecimento, inclusive em parte pelas próprias mulheres, da sua participação no trabalho familiar, percebido como trabalho doméstico mesmo quando envolve a produção para o consumo familiar como a horta, pomares e criações de animais de pequeno porte que asseguram a segurança alimentar e nutricional das famílias e a reprodução de sua força de trabalho. Ou seja, esta socialização de gênero na agricultura familiar vincula os filhos homens às tarefas agrícolas, auxiliares, a dos pais; as filhas mulheres, às tarefas domésticas como ajudantes das mães. Como efeito dessas práticas a participação das jovens no trabalho agrícola será – via de regra – identificado como “parcial”, “leve” ou como “ajuda”; portanto, secundário e pouco valorizado no âmbito do grupo doméstico.

A socialização de gênero na agricultura familiar impõe às mulheres jovens as posições mais baixas na hierarquia social, por estarem submetidas a uma dupla subordinação, por serem jovens e mulheres. Isso contribui para reproduzir formas de exploração e invisibilidade social feminina na agricultura familiar.

Este relato pretendeu contribuir para desnaturalizar esse sistema de desigualdades revelando como essas são socialmente construídas e reproduzidas nas práticas sociais dos agricultores familiares. Acreditamos que a apreciação dos resultados permite reconhecer a grande importância da participação juvenil e feminina no trabalho familiar e do papel que elas, as jovens, desempenham para viabilizar a reprodução social da agricultura familiar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Juliane de Oliveira. **Socialização de gênero e geração na agricultura familiar no território de Irecê – Bahia**. 111 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2017. Disponível em: <<https://www.ufrb.edu.br/pgciencias-sociais/dissertacoes-de-mestrado/category/21-2017>>. Acesso em: 26 jul. 2020.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de Sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1973.

BILLAUD, Jean-Paul. Inventar uma ética profissional: as regras de um jogo obrigatório. In: LAMARCHE, Hugues (Coord.). **A agricultura familiar**: comparação internacional – do mito à realidade, v. 2. Campinas: Unicamp, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

_____. **A Economia das trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

_____. **O Senso Prático**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

_____. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 2019.

CEBOTAREV, Eleonora. Agatha. A Organização do tempo de atividade doméstica e não-doméstica de mulheres camponesas na América latina. In: AGUIAR, Neuma (Coord.) **Mulheres na Força de Trabalho na América Latina**: Análises Qualitativas. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 45-78.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidade económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CHODOROW, Nancy. Estrutura Familiar e Personalidade Feminina. In: ROSALDO, Micheli; LAMPHERE, Louise. **A mulher, a cultura e a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

DAMASIO, Mario Cesar Damásio. **Caracterização do processo de trabalho familiar agrícola no território de Irecê – BA**. 109 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2016. Disponível em: <<https://www.ufrb.edu.br/pgciencias/sociais/dissertacoes-de-mestrado/category/20-2016>>. Acesso em: 26 jul. 2020.

DUBAR, Claud. **A Socialização**: construção das identidades sociais e profissionais. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **Enhancing the potential of family farming for poverty reduction and food security**. Rome: FAO, 2015. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-i5120e.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2015.

FORACCHI, Maria Alice. **O estudante e a transformação da sociedade brasileira**. São Paulo: Nacional, 1965.

GUIMARÃES, Nadya Araujo. Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil? In: ABRAMO, Helena W.; BRANCO, Pedro Paulo M. **Retratos da juventude brasileira**: análise de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

HEREDIA, Beatriz A. **A Morada da vida**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HEREDIA, Beatriz M. A.; GARCIA, Maria F.; GARCIA JR. Afrânio. O lugar das mulheres em unidades domésticas camponesas. In: AGUIAR, Neuma (Coord.). **Mulheres na Força de Trabalho na América Latina: Análises Qualitativas**. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 29-44.

HUGHES, Everett. "The making of a Physican". Human Organization, III, 1955. In: DUBAR, Claud. **A Socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O Desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LEVI, Giovani; SCHMITT, Jean-Claude. (Orgs.) **A história dos jovens**. v. 1-2. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MANNHEIM, Karl. O problema da juventude na sociedade moderna. In: BRITTO, Sulamita de. **Sociologia da Juventude I**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. p. 69-94.

_____. O problema sociológico das gerações. In. FORACHI, Maria Alice (Org.). **Mannheim, Grandes Cientistas Sociais**. n. 25. São Paulo: Ática, 1982. p. 67-95.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Difel, 1985.

PANDOLFO, GRAZIELA Castro. **Escola e Família: a socialização dos jovens agricultores familiares**. 123 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto alegre, 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/81363>>. Acesso em: 24 jul. 2020.

PAULILO, Maria Ignez S. Trabalho Familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, jan./abr. Florianópolis: CFC/CCE/UFSC, 2004. p. 229-252.

PAULILO, Maria Ignez. O peso do trabalho leve. **Ciência Hoje**. v. 5 n. 28, jan./fev. 1987.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, 1990.

SILVA, Vera Terezinha Carvalho da. **Jovens rurais que permanecem no campo: a sucessão na agricultura familiar em dois municípios gaúchos**. 132 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade federal do Rio Grande do Sul. Porto alegre, 2015. Disponível em <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/132855/000984722.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 24 jul. 2020.

SOUSA, João Paulo Aguiar de. **Projetos profissionais de jovens agricultores familiares no município de Valença-BA**. 139 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2018. Disponível em: <<https://www.ufrb.edu.br/>

pgcienciassociais/dissertacoes-de-mestrado/category/22-2018>. Acesso em: 26 jul. 2020.

SPOSITO, Marília. Trajetória na construção de políticas públicas de juventude no Brasil. In: **Políticas públicas**: juventude em pauta. In: FREITAS, Maria V. et al. (Orgs.). São Paulo: Cortez, 2003.

TEPICHT, Jerzy. **Marxisme et agriculture**: Le paysan Polonais. Paris: Armand Colin, 1973.

WEISHEIMER, Nilson. **A Situação juvenil na agricultura familiar**. Curitiba: Editora CRV, 2019a.

_____. **Juventude e agricultura familiar no Recôncavo da Bahia**. Cruz das Almas: EDUFRB, 2019b. Disponível em: <<https://www1.ufrb.edu.br/editora/component/phocadownload/category/2-e-books?download=164:juventude-e-agricultura-familiar>>. Acesso em: 26 jul. 2020.

WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, parentes e Compadres**: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste. São Paulo: Hucitec, 1995.

_____; WOORTMANN, Klass. **O trabalho da terra**. Brasília: UNB, 1997.

WOORTMANN, Klass. “Com parente não se negueia”: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, Brasília, n. 87, 1990.



FLACSO
BRASIL

Série Cadernos FLACSO

N17

www.flacso.org.br